

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**VIDAS DO MEIO FIO: OS MORADORES DE RUA DE FORTALEZA NO
CONTEXTO DA FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA**

SILVANA GARCIA DE ANDRADE LIMA

**FORTALEZA
2008**

SILVANA GARCIA DE ANDRADE LIMA

**VIDAS DO MEIO FIO: OS MORADORES DE RUA DE FORTALEZA NO
CONTEXTO DA FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas como requisito para obtenção do grau de Mestre pela Universidade Federal do Ceará-UFC.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Américo Leite

FORTALEZA- CEARÁ

2008

Silvana Garcia de Andrade Lima

**VIDAS DO MEIO FIO: OS MORADORES DE RUA DE FORTALEZA NO
CONTEXTO DA FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA**

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Américo Leite
Presidente e Orientador
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi
Universidade Federal do Ceará – Membro Efetivo

Profª Dra. Lídia Valesca Pimentel
Faculdade Farias Brito – Membro Efetivo

Profª. Drª. Maria de Nazaré de Oliveira Fraga
Universidade Federal do Ceará - Suplente

Minha vida foi feita de percalços e desafios a superar, sempre com muita luta, determinação, mas com sutileza. Essa força herdo do meu pai, Ivan, (in memoriam) e a delicadeza da minha mãe, Iranildes, (in memoriam) pois cada um a seu modo e em seu tempo me ensinou o respeito pela vida. Dedico este trabalho aos amores da minha vida: a meus pais, pelo que sou; ao meu marido Samuel, pelo companheirismo e aos meus filhos, Gabriel e Ana Clara, razão da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é um dos sentimentos mais sublimes do ser humano, aproxima-o de Deus. Faz com que o Homem mergulhe em si mesmo e descubra a sua porção de humildade. Quero aqui me aproximar do divino e agradecer, com todas as forças da minha alma, àqueles que participaram desses anos de trabalho até o resultado final.

Agradeço inicialmente àquela moradora de rua cujo nome não recordo e que encontrei na Praça da Estação em uma noite de abordagem de rua. Ela que deflagrou em mim o desejo por conhecer essa temática e descobrir um mundo paralelo. Ela representa todos àqueles que estão na rua e que se propuseram a desnudar seu mundo.

Aos que torceram por mim e me ajudaram a ingressar no seio acadêmico como a assistente social Sandra e meu marido Samuel.

À professora doutora Alba Maria Pinho de Carvalho que me acolheu como sua orientanda, até quando foi possível e o destino nos separou, pelas horas de ensino e aprendizado.

Ao meu orientador professor doutor Carlos Américo que aceitou me orientar “já com a bola rolando” e com toda a paciência do mundo compreendeu meus medos, receios e respeitou as minhas limitações.

Aos colegas de turma Ivo, Demóstenes, Fernanda, Andréa, Suely, Daniel e Laís que fizeram desses anos, tempos agradáveis de viver. Tempos de “Zeca Feira” que não voltarão.

À minha família que sempre me incentivou, em especial ao Samuel que soube respeitar a minha “ausência” nesses anos de estudo e dedicação acadêmica, deixando de lado outras atividades. Como também ao meu filho Gabriel, que sem entender muito do que se tratava, sempre dizia, “termina logo, mãe, a tua tarefa”. E à minha filha de quatro anos, Ana Clara: “hoje, você não vai estudar?”.

Aos amigos que me estimularam com material para leitura e participaram desse trabalho mesmo que indiretamente, me dando força, em especial Lídia e Ricardo.

Aos colegas de trabalho Shirley, Louise, Paula, Cynthia Studart, Iracema, Andréa Crispim, Thiago, Ricardo que foram solidários nos momentos que precisei e

me ajudaram em algum momento deste percurso. Cada um tem sua parcela de responsabilidade na construção desse trabalho.

À Cinthya Silva, amiga inesperada, que aceitou fazer a revisão ortográfica deste trabalho, mesmo estando cheia de atividades.

À professora Silvia e sua equipe que me ajudou na análise estatística desse trabalho.

Por fim, a todos os moradores de rua que entrevistei e tiveram a delicadeza de mostrarem para mim a história de suas vidas.

RESUMO

No presente trabalho, temos como objetivo discutir a política da assistência social e a sua confluência com o segmento de moradores de rua que faz do espaço público sua morada e da sua presença na cidade uma das expressões da exclusão social. Propusemo-nos a dialogar, no âmbito da Política da Assistência Social, com a então nascente política pública intersetorial de atenção à população em situação de rua do município de Fortaleza, avaliando os rumos da proteção social quanto ao povo que vive na rua e dela sobrevive. Investigamos as principais formas de enfrentamento desses grupos para sobreviver nas ruas, discutindo as circunstâncias sociais que permeiam o fato e as demandas efetivas de proteção social a este segmento. Assim, o esforço investigativo se faz numa dupla vertente: descortinar as representações da rua, aquilo que os leva e atrai tais grupos ao espaço público e nele os atrela, bem como suas aspirações quanto ao poder público; avaliar as respostas que a política pública da assistência social está a construir face à realidade peculiar das populações de rua. É este o desafio a ser vencido no percurso de nossa investigação. É nessa perspectiva que nos lançamos na empreitada de “ter olhos de ver” e ir além do aparente, desvendando esse universo novo dos “nômades da rua”, através de um estudo mais profundo das articulações entre o segmento de moradores de rua com a então emergente política de atenção à população de rua do município de Fortaleza.

Palavras-chave: Morador de rua, Política Pública, Exclusão Social

ABSTRACT

In the present work, we have the purpose of discussing the social service politics and its confluence with the segment of street residents who makes the public space their residences and who makes their presence in city one of the expressions of social exclusion. We have proposed ourselves to dialogue, in the Social Service Politics area, with the rising of the public politics intersection of attention to the population in street situation of Fortaleza municipality evaluating the social care ways to the people who lives in street and survives upon it. We have investigated the main facing ways of these groups to survive in the streets, discussing the social circumstances that surround the fact and the effective demands of social care to this segment. In this way the investigative effort happens in a double versant: uncovering the street representations which leads and attracts these groups to the public space and ties them in it, as though as their aspirations to the public power; evaluating the answers that the public politics of social care is building in face to the peculiar reality of street population. This is the challenge to be won in our investigation ride. It is in this perspective that we throw each other in the task of “having eyes of seeing” and going beyond the visible, uncovering this new universe of the “street nomads”, throughout a deeper study of the articulations between the segment of street residents to the nowadays rising politics of care to the street population of Fortaleza municipality.

Keywords: Homeless, Public Politics, Social Exclusion

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Sobrevivência nas ruas.....	81-82
Tabela II – Experiência de trabalho.....	85-86
Tabela III – Tipos de atividades laborativas exercidas antes da vivência de rua.....	86-87
Tabela IV- Interesse por área de trabalho.....	87-88
Tabela V- Faixa de tempo de vivência na rua	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - Percurso Metodológico: Vestígios do Invisível.....	19
CAPÍTULO II – Moradores de Rua: Sujeitos da Cena Urbana.....	26
CAPÍTULO III - O Morador de Rua e o Trabalho: O Complexo Limiar Desse Mundo.....	46
CAPÍTULO IV - A Assistência Social como Política de Proteção Social e os Moradores de Rua de Fortaleza.....	54
4.1. Política Pública para Moradores de Rua: Construindo um Desenho.....	60
4.2. A Rede de Assistência.....	67
4.3. Vidas em Falas: Reflexões Sobre o Desenho da Política Intersetorial de Atenção à População de Rua.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
APÊNDICES.....	112

INTRODUÇÃO

A segunda metade da década de 80, fase da redemocratização do país, foi marcada, na área da assistência social, em nível nacional, por um amplo movimento social que lutava pelo reconhecimento da assistência como uma política de direito.

Até então, a assistência social era encarada como a área da “não-política”, da subordinação e da carência. A luta se configurava na realização da travessia do campo da subjugação para a cultura do direito, do reconhecimento da assistência como política pública.

Depois de um processo de batalhas políticas e articulações deste movimento, onde os profissionais do Serviço Social exerceram o protagonismo, a Constituição de 1988 reconheceu, pela primeira vez, a assistência social como Política Pública. Esse reconhecimento se deu no âmbito do tripé da Seguridade Social: saúde, direito de todos, previdência social para aqueles que contribuírem e assistência social para quem dela necessitar.

Na perspectiva da consolidação dessa política, encampa-se nova batalha para promulgação de uma lei orgânica que viesse a dar consistência a tal conquista. Nesse sentido, depois de um processo, em 1993, cria-se a Lei Orgânica da Assistência Social que, em seu art. 1º, explicita:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS, 1993).

Fazendo um recorte no cenário nacional e trazendo a discussão para Fortaleza, cabe resgatar um momento singular e paradoxal de desarticulação das estruturas institucionais da Assistência Social que aqui se viveu, com prejuízos na configuração destas políticas em Fortaleza como política pública. De fato, ao longo dos anos 90 e primeiros anos do segundo milênio, a Prefeitura Municipal de Fortaleza, devido a todo um processo histórico de desmantelamento da assistência

social, não contava com uma secretaria específica de assistência social, que mobilizasse as demandas próprias no campo desta política (informação verbal)¹.

Tal fato constituía um desrespeito ao que estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, no art. 8º, o qual preconiza que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observados os princípios e diretrizes estabelecidas nesta Lei, fixarão suas respectivas Políticas de Assistência Social” (LOAS, 1993).

Diante disto, cada Município e Estado teria seu órgão específico de assistência com um comando único das ações. Entretanto o gestor municipal, à época, prefeito Juraci Magalhães, ignora todas as recomendações e, através da reforma administrativa, realizada na sua segunda gestão, extingue a Secretaria de Trabalho e Ação Social - STAS, desconstruindo tudo o que até então havia sido realizado no município em matéria de assistência social. É importante demarcar, como protoforma de um órgão específico de assistência social, a Fundação do Serviço Social de Fortaleza, que, nas décadas de 70 e 80, congregava um conjunto de unidades e uma gama de profissionais no desenvolvimento de práticas assistenciais. Com a extinção de órgão específico, referida reforma cria a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS).

Tal secretaria agregava três políticas: a saúde, a educação, e a assistência social, sendo que as duas primeiras, através da Coordenadoria de Saúde e Coordenadoria de Educação e a assistência social, ficaram restritas através de dois núcleos, o Habitação e Trabalho, Emprego e Renda, em detrimento de outras dimensões da questão social.

De repente a secretaria foi desmontada (...) a nossa preocupação é que toda aquela história tava indo embora e agente ficava lá, Silvana, literalmente segurando documentos (...) e nessa história conseguimos salvar algumas coisa (depoimento de Eniziê Weyne, assistente social da extinta STAS).

Em decorrência da luta encampada por um grupo de assistentes sociais, argumentando a importância e a necessidade legal de um comando único para a assistência, é que surgiu a Coordenadoria de Assistência Social (informação verbal)². Nesse processo de luta pela visibilidade da assistência foi elaborado o

¹ Informação colhida com a Professora Alba Carvalho.

² Informação dada em entrevista pela assistente social Eniziê Weyne, técnica que fez parte deste grupo.

Plano de Assistência Social do Município de Fortaleza, o qual apresentava propostas ousadas e inovadoras para a época e serviu, durante muito tempo, de norte para as ações posteriores.

No terceiro mandato do executivo, a saúde foi desmembrada e a SMDS foi extinta com a criação da Secretaria de Educação e Assistência Social (SEDAS). Nesse ínterim, muitos profissionais da área da assistência social, por questões de cunho salarial e de condições de trabalho, migraram para outras áreas da prefeitura. Na SEDAS, coexistiam duas coordenadorias de políticas públicas: a Coordenadoria de Políticas Públicas da Assistência Social - CASSI e a Coordenadoria de Política Pública da Educação - COEDUC.

Devido a um conjunto de fatores técnicos e políticos, a política da educação teve prioridade na agenda municipal e, efetivamente, a Coordenadoria de Políticas Públicas da Assistência Social não tinha expressividade no âmbito da SEDAS, sendo muito mais um apêndice no organograma institucional.

Com a eleição da prefeita Luizianne Lins emerge, no panorama local, a discussão de como repensar a assistência social e reiniciar um processo de reorganização da mesma em Fortaleza. Este novo contexto político vem coincidir, no plano nacional, com o que Carvalho (2005) intitula “momento contemporâneo da assistência social”. É o momento em que se consolida um redesenho e redefinição da Assistência Social como política pública de proteção social. Nesta perspectiva, reconstrói-se a Política Nacional da Assistência Social – PNAS, redefinindo todo seu arcabouço teórico e legal. Um elemento decisivo para esta redefinição da política foi a criação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, proposto como modelo democrático e participativo de gestão pública, articulando serviços, programas, projetos e benefícios, no âmbito da assistência social, prestados diretamente ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. E por fim, um outro elemento de redefinição foi a NOB - SUAS, Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social que normatiza as ações desta política neste redesenho.

Assim, na tessitura destes elementos básicos circunscreve-se uma nova época no âmbito da política. Analisa Alba Carvalho:

Hoje, neste tecido eminentemente contraditório do Governo Lula, vivemos em momento singular na saga da Assistência Social: a disponibilidade e a vontade política de atores sociais, comprometidos com o movimento pela legitimação da Assistência Social como política pública de Estado, vem efetivando o redesenho, a reestruturação orgânica dessa política, no âmbito do PNAS, do SUAS e da NOB (CARVALHO, 2005, p.03).

Neste cenário contemporâneo, foi ficando cada vez mais claro que a estrutura da Coordenadoria de Políticas Públicas da Assistência Social – CASSI não suportava mais as demandas de uma metrópole como Fortaleza. Pautados nesta perspectiva, foi contratada a consultoria da Prof^a Dr^a. Alba Maria Pinho de Carvalho, a fim de contribuir no processo de construção de uma proposta de assistência social como política pública no município de Fortaleza.

Pautou-se na agenda a discussão acerca da necessidade da implantação de uma secretaria municipal que vislumbresse a assistência como política capaz de responder à complexidade da questão social local numa perspectiva emancipatória, efetivando, em nível de Fortaleza, o redesenho desta política.

Nesse mesmo percurso, a Prefeitura Municipal de Fortaleza levanta a possibilidade da criação de uma Secretaria de Direitos Humanos que contemplasse ações desse campo.

Diante dessa decisão do executivo municipal, os gestores da política da assistência social do município compreenderam que o melhor caminho face à possibilidade de criação uma Secretaria de Direitos Humanos seria a definição de campos de atuação específicos na divisão institucional de trabalho, incidindo na proteção social, considerando a própria identidade da política de assistência social no âmbito da seguridade social.

Em um processo de reflexões e análises, foram realizados encontros, no Ginásio Paulo Sarasate, envolvendo técnicos da Coordenadoria da Política da Assistência Social (CASSI), dos Distritos de Assistência Social (DAS), e dos equipamentos sociais, com o intuito de discutir os rumos da assistência e de definir o seu público prioritário, em meio à possibilidade de uma Secretaria de Direitos Humanos prevista com uma ampla atuação, assumindo, inclusive, áreas tradicionalmente trabalhadas pela Política de Assistência Social. Esse processo de repensar e de redefinir atuação para a Assistência Social propunha-se a ser o mais coletivo possível, tendo em vista reunir gestores e técnicos que atuavam nas áreas da coordenação, gestão e execução da política.

A plenária foi dividida em grupos para que a discussão fluísse melhor e, no encontro posterior, o coletivo pudesse delimitar caminhos da atuação da assistência social, no município de Fortaleza. Os profissionais foram divididos nos grupos conforme disponibilidade e/ou área de interesse e atuação.

O objetivo dos grupos era adentrar em dimensões que consubstanciam a questão social em Fortaleza, discutindo alternativas de intervenção e o foco do trabalho diante da divisão institucional. Para efeito pedagógico, cada grupo trabalhou uma questão chave.

Nessa luta pela redefinição da atuação da Assistência Social e definição de seu público prioritário, eu estava, como profissional, junto aos demais, participando assiduamente dos encontros realizados. Na divisão dos grupos já referida, decidi por envolver-me com o que trataria da questão dos moradores de rua. Pensaria, então, juntamente com o meu grupo, em ações de enfrentamento às questões relativas à moradia na rua.

Passei, inicialmente, a buscar informações que subsidiassem meu fazer profissional, no sentido de elaborar um projeto a ser implantado no município de Fortaleza que atendesse ao segmento por mim escolhido. Entretanto, percebi que a temática era complexa, densa, e, portanto, merecia um aprofundamento. Busquei, então, especializar-me nesta questão específica dos moradores de rua, no sentido de compreender valores, padrões de conduta e atitudes.

Nessa perspectiva, transformei esta questão em objeto de estudo de um projeto de investigação, inscrevendo-me para a seleção do Mestrado Profissional de Políticas Públicas, a fim de trabalhar de forma técnico - científica questões do meu universo profissional. E, para concorrer a uma vaga nesse mestrado, apresentei o projeto intitulado “A Política da Assistência Social e os Moradores de rua: dilemas e desafios”.

O interesse profissional passou a fazer parte também de um interesse pessoal de busca de saberes e informações que combinou com a articulação entre a teoria e a prática. Compreender melhor a dinâmica do segmento dos moradores de rua, a partir da pesquisa e da vivência cotidiana que já havia adquirido no meu fazer profissional, deu-me fôlego para experimentar novos saberes, despertando o desejo pela temática.

Passei, então, a aguçar o olhar e a perceber o que não é visível ao pensamento comum: as diferentes urbanidades, inclusive, a daqueles que habitam

as ruas. Confundindo-se com os transeuntes na miscelânea da cidade, os moradores de rua transitam, misturando-se com os cidadãos. Diurnamente, passam, e, aos nossos olhos, são apenas mais uma faceta da expressão da pobreza; à noite, porém, revelam a mais crua face da miséria absoluta.

Em Fortaleza, essa realidade não é muito diferente da verificada no resto do país, tendo em vista ser nossa cidade marcada por muitos contrastes sociais, por décadas de abandono e por uma situação de indigência desses atores sociais.

Para se compreender esta situação, basta caminhar pelas ruas da urbe e perceber o movimento dos excluídos encarnado nas suas trilhas: mendicância; pessoas dormindo nos logradouros; pessoas puxando carroças como tração animal; crianças ocupando os espaços dos sinais de trânsito; entre outros.

Ao trazer à tona a discussão acerca dos “nômades da rua”, é fundamental perceber que se deve também considerar o conceito de pobreza numa sociedade capitalista que se organiza na lógica da mercantilização onde a dignidade do homem se traduz no imaginário coletivo, no lugar social ocupado pelo indivíduo. Conforme Vieira:

A pobreza não se reduz, portanto, a uma questão meramente econômica, se constituindo também num parâmetro de avaliação social. Nesse contexto, a população de rua, que indiscutivelmente se encontra numa situação de extrema pobreza, tem seu lugar demarcado, sendo estigmatizado pela sociedade como um todo e pela classe trabalhadora em particular (VIEIRA, 1992, p.18).

A forma como se elabora esse fenômeno na nossa sociedade, consubstancia uma carga de valores fundada na tese do trabalho que dignifica o homem, associado à idéia do homem trabalhador, honesto que se opõe à marginalidade (VIEIRA, 1992).

Outro aspecto importante que se observa neste percurso diz respeito ao grande número de moradores de rua que são acometidos por transtornos mentais e co-morbidades neste campo, tendo em vista que a vivência na rua é complexa, às vezes, chegando ao limiar do sofrimento mental. Segundo Fialho (2007), dados demográficos e bibliográficos indicam claramente que os psicóticos esquizofrênicos formam um subgrupo entre os moradores de rua, com perfil e características próprias.

Diante desta problemática tão desafiadora, plena de novas situações a serem desvendadas, buscamos, meu grupo e eu, estudar a temática em questão, provocando o poder público, em uma ação coletiva, no sentido de formação de um grupo de assistentes sociais, psicólogos e sociólogos, organizações governamentais e organizações não-governamentais. Criamos, assim, o “Grupo de Trabalho - GT de Morador de Rua” que, subsidiado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, vem buscando compreender o universo dos itinerantes da rua, para atender esta demanda que, atualmente, encontra-se alijada das políticas municipais e são claramente a expressão da questão social em Fortaleza.

Após percorrer essa trajetória, já envolvida nas atividades discentes do curso de Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas, iniciado no ano de 2006, e atuando profissionalmente na recém criada Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, julguei necessário rever o foco do meu estudo, repensando determinados enfoques e dimensões. Assim, o eixo desse estudo circunscreve-se na articulação entre a política da assistência social e os moradores de rua. A questão fundante dessa pesquisa continua sendo os moradores de rua e seu universo. No entanto, à maneira dos antigos retratistas que, ao fotografar o sujeito, ajustavam a lente de suas velhas máquinas fotográficas, senti a necessidade de “ajustar o foco” do meu olhar e perceber como a política de atenção à população de rua, ora nascente, está conseguindo atender às necessidades tão prementes desse segmento.

Vi a necessidade de criar instrumentos importantes que consolidem uma política pública de atendimento ao crescente número de moradores em situação de rua na nossa cidade, já que em âmbito municipal, não existem programas específicos de transferência de renda para esse público. Em verdade, em Fortaleza, a política pública destinada a combater a exclusão social desse segmento populacional que vive e mora na rua está em processo de construção, perpassando as políticas de assistência social na condição de uma política de proteção social. Desta forma, a temática que escolhi trabalhar ainda é pouco explorada, tanto no âmbito técnico como em nível acadêmico. Por isso, acredito que contribuir para essa discussão é um terreno muito fértil, entretanto, me lancei nessa empreitada sabendo que o distanciamento entre a técnica que trabalha essa temática no seu fazer profissional cotidianamente e a pesquisadora que deve manter um olhar investigativo é extremamente difícil e se constituiu num grande desafio enfrentado.

A abordagem desse estudo foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo refere-se à trajetória metodológica realizada no período da pesquisa, que se dá sob a influência da etnografia, vasculhando o indefinido e perseguindo passos vacilantes para reconstituir trajetórias de vida. Desta forma,

A busca etnográfica, pelo contrário, tem algo de errante. As tentativas abordadas, os erros cometidos o campo, constituem informações que o pesquisador deve levar em conta. Como também o encontro que surge freqüentemente com o imprevisto, o evento que ocorre quando não esperávamos (LAPLANTINE, 2003, p.151).

Nesse sentido, os movimentos grupais e individuais foram observados e apreendidos conforme as possibilidades, pois no “campo tudo deve ser observado, anotado, vivido, mesmo que não diga respeito diretamente ao assunto que pretendemos estudar” (LAPLANTINE, 2003, p.156).

Na abordagem aos grupos foi utilizada a técnica de grupos focais e no trato individual foi usada a entrevista semi-estruturada. Vale ressaltar que a primeira parte dessa pesquisa foi realizada como resultado de minha prática profissional, entretanto, sob os olhares atentos de pesquisadora e acadêmica.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com técnicos da assistência social, gestores públicos e moradores de rua, sendo estes escolhidos aleatoriamente. As entrevistas com os moradores de rua não contaram com a presença feminina, pois, neste período, não havia mulheres freqüentando a instituição pesquisada.

No segundo capítulo, procurei apresentar uma abordagem histórico-conceitual do morador de rua³ em Fortaleza, enfocando elementos teóricos levantados por diversos autores que versam sobre essa temática. Ainda, neste capítulo, fiz alusão às transformações urbanas ocorridas no final século XIX e suas implicações na sociedade que traduziram a população em situação de rua como uma das faces da questão social. Apresentei também alguns dados censitários e considerações sobre a condição de morar na rua.

Procurei, no terceiro capítulo, explorar a questão do trabalho sob a ótica do morador de rua, repensando esse elemento e discutindo a importância do

³ Nesse trabalho consideraremos os termos morador de rua, população em situação de rua, população de rua e nômades de rua com o mesmo sentido, já que não há um consenso entre os teóricos a esse respeito.

trabalho para eles. Foram agregadas falas de alguns indivíduos que autorizaram, para ilustrar o capítulo.

O quarto capítulo tem quatro subdivisões que se interligam num eixo norteador onde a assistência social surge como política de proteção social, priorizando o público de moradores de rua no município de Fortaleza através da criação, ora em curso, de um desenho de política pública para população em situação de rua. Na seqüência, discute-se a rede de assistência montada na cidade e seus rumos diante da proposta de uma política municipal para esse segmento populacional, bem como ela poderá intervir na vida dessas pessoas e as considerações sobre a pesquisa de campo. Após o quarto capítulo são apresentadas as considerações finais.

CAPÍTULO I - PERCURSO METODOLÓGICO: VESTÍGIOS DO INVISÍVEL

Eu sou mendigo. E a Toca de Assis, acolhe mendigo. Eu tava passando na rua, o rapaz passou e me acolheu. Eu sou miséria, juntando miséria (Jairo, 56 – Toca de Assis).

O cenário de total abandono em que Fortaleza se encontrava, ao longo de muitas décadas, no que diz respeito ao atendimento à população moradora de rua, potencializou a situação de indigência de alguns setores sociais que ficaram cada vez mais excluídos, percebidos pelos mais astutos ao caminharem pela cidade por entre a mendicância: as carroças de materiais recicláveis empurradas por tração humana, homens, mulheres e crianças amontoadas sob papelões a dormir protegidos do frio.

Não era difícil perceber o descaso com que essa temática era tratada pelo poder público, sem a mínima sensibilidade ou vontade política para resolução dos casos, de fato era uma demanda “invisível”. Entretanto, no ano de 2006, tal temática foi contemplada no planejamento da então Coordenadoria de Políticas Públicas da Assistência Social da Secretaria de Educação e Assistência Social – Sedas, através do Plano Plurianual de 2005, hoje Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, ações que contemplariam o atendimento ao segmento morador de rua.

Percebeu-se claramente a necessidade da criação de serviços de atendimento a esse setor da sociedade que se encontrava em total vulnerabilidade, jogado ao limbo social, todavia, as dificuldades de trabalhar com esse segmento foram surgindo devido à falta de experiência com a temática. Nessa perspectiva, me lancei nesse processo com o olhar de pesquisadora, tendo em vista que, neste período, já me encontrava como estudante do mestrado de avaliação de políticas públicas e buscava, na academia, a articulação necessária para a compreensão da realidade.

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (MINAYO, 1995, p.17).

Busquei informações, teorias, parceiras para estabelecer uma discussão sobre a temática e abordá-la de forma segura e madura, para, desta maneira, propor ações sérias para Fortaleza. Desta forma, foi contratada para realizar consultoria nesta área a professora doutora Lídia Valesca Pimentel, que há mais de dez anos trabalha e pesquisa o segmento população de rua.

Como primeira ação, foi decidido que algumas secretarias municipais e setores da sociedade civil organizada que militavam na causa seriam chamadas para uma grande reunião que foi denominada GT – Grupo de Trabalho Ampliado de Morador de Rua. O objetivo da reunião era uma maior aproximação com esses organismos, na perspectiva da parceria e construção coletiva. Estiveram presentes a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Executiva Regional II, Secretaria Extraordinária do Centro, Habitafor e Instituto Reluz.

Encontrei grande receptividade por parte das organizações não governamentais que já trabalhavam com os moradores de rua e que, por sua vez, sentiram-se valorizadas por terem sido chamadas pelo poder público para discutir, democraticamente, acerca de uma problemática que assola não apenas um setor da sociedade, mas a cidade como um todo. Também percebi que para as demais secretarias era uma agenda que não parecia ter muita urgência e suas presenças nas reuniões eram mais por proforme.

As discussões são muito relevantes e bastante interessantes, cada pessoa e/ou instituição que se agrega ao grupo trás grandes contribuições para o debate. Entretanto, ainda sinto que as pessoas são arredias no trato da questão e se participam do coletivo é por pura convenção ou ainda por curiosidade. As ONG's têm uma bagagem histórica e nos apontam o caminho a ser seguido; é um grupo heterogêneo, assim como é o morador de rua. Vai ser um desafio estabelecer uma relação de confiança (DIÁRIO DE CAMPO, 01/11/06).

As discussões foram avançando conforme ía conhecendo a temática e, de fato, o maior desafio, no início, foi a organização da rede de atendimento aos moradores de rua em Fortaleza. Passamos, então, eu e outros atores, a “garimpar” as iniciativas locais de atenção a esse grupo populacional, na tentativa de articular uma rede onde todos os atores pudessem se conhecer, como também socializar suas ações e atividades, até mesmo, para que pudéssemos perceber se havia realização de trabalhos repetidos. Fora isso, eles poderiam, ainda, se legitimar frente aos demais componentes da rede. Foi um processo longo e árduo ganhar o respeito

e a confiança dos membros do GT, já que as instituições não governamentais se ressentiam dos anos de abandono do setor público quanto à população de rua, deixando a responsabilidade desse público nas mãos do terceiro setor.

Essa mobilização também deveria ter como foco os profissionais que fazem a política da assistência social em Fortaleza, haja vista que o atendimento aos moradores de rua deveria passar pelos técnicos que certamente iriam atender as suas demandas, e, nessa perspectiva, pensamos a realização de um seminário de capacitação sobre moradores de rua que contemplasse os membros do Grupo de Trabalho Ampliado Morador de Rua, os profissionais dos CRAS- Centro de Referência da Assistência Social e das seis SER's – Secretarias Executivas Regionais. O seminário "O morador de rua e a cidade, seus usos e representações", aconteceu no auditório do IMPARH, nos dias 21 e 22 de novembro de 2006. A discussão girou em torno da origem histórica do morador de rua, da sua sociabilidade e da sua realidade em Fortaleza.

A intenção era atingir o público externo, GT Ampliado, e, ao mesmo tempo, sensibilizar o público interno da assistência social para a temática, instigando os olhares. Não queria fazê-los profundos conhecedores do tema, entretanto, a proposta era "revelar" o subliminar e apontar para um segmento que logo iriam atender.

Dando continuidade ao fortalecimento do GT, busquei implementar outra ação de cunho informativo e educativo acordado com todos os membros, foi o que denominamos de *Ciclo de Debates*, cujo objetivo era estabelecer estudos, discussões e debates continuados acerca do tema. Entretanto, essa iniciativa teve pouca participação, logo os encontros destinados a esse fim não lograram êxito, devido ao desinteresse dos próprios participantes que não compareciam aos encontros.

Paralelamente a essas ações, um grupo de técnicos, do qual eu fazia parte, discutia a proposta da criação de um Centro de Referência do Morador de Rua que viesse a atender aos moradores de rua em suas necessidades básicas. Partindo do pressuposto que eles são atores sociais desejantes, isto é, portadores de uma visão de mundo e sobre o futuro, resolvemos realizar um processo de escuta com os mesmos. O objetivo era torná-los protagonistas das ações que elaborávamos, na perspectiva da construção de uma política pública destinada a esse segmento, deste modo, buscamos utilizar uma técnica de pesquisa de natureza

qualitativa, conhecida como grupo focal.

Essa técnica é utilizada em diversas áreas do conhecimento, notadamente na psicologia, antropologia e sociologia, no sentido de se compreender as significações dadas pelos sujeitos em estudo através das suas falas.

Para a construção dessa empreitada, utilizei o espaço profissional, para deflagrar a pesquisa acadêmica. Imbuída que estava do papel de pesquisadora, lancei-me nesta jornada com o olhar investigativo e iniciei minha pesquisa através da escuta dos moradores de rua, realizada através da técnica de grupos focais.

O grupo focal é uma:

Técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne, num mesmo local e durante certo período, uma quantidade determinada de pessoas que fazem parte do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico (NETO, MOREIRA e SUCENA, 1988, p. 163).

Para a realização do grupo focal, deve-se contar com um coordenador, com um ou mais observadores, com os participantes e com um local adequado para a reunião e equipamento para a gravação, às vezes, filmagem. No que se refere ao número de sessões que precisam ser realizadas por grupo, Matos (2002) afirma que:

Pode ser necessária apenas uma sessão por grupo, dependendo da temática ou da utilização concomitante de outras técnicas de pesquisa, como as entrevistas individuais, a observação participante, as pesquisas bibliográficas e documentais (MATOS, 2002, p. 64).

Trabalhar com grupo focal possibilitou a realização da escuta dos significados, dos desejos, das suas representações. Na ocasião, busquei interpretar suas opiniões sobre sua errância na cidade, sua forma de sobrevivência, seu ingresso na população das ruas e suas expectativas acerca da atuação do poder público municipal no que diz respeito à melhoria de suas vidas.

Todas as atividades foram gravadas e fotografadas com a permissão, muitas vezes, desconfiada, dos participantes, deixando evidente os seus receios de terem suas vidas desnudadas, quando perguntavam-nos “vai sair no jornal?” “já vieram aqui e disseram que não e eu vi minha cara lá.”

Para a realização da atividade foram feitos quatro grupos focais em

entidades que realizam trabalhos com moradores de rua, sendo elas: Toca de Assis Masculina, Toca de Assis Feminina, Albergue Shalon de Promoção Humana, Grupo Espírita Casa da Sopa. Realizamos também conversa informal com moradores de rua da Praça da Estação, no centro da cidade, acompanhando o trabalho da Pastoral do Povo da Rua.

Cada atividade foi realizada dentro do ritmo e da dinâmica de cada grupo, anteriormente sugerido pela instituição. Mesmo assim percebi que não foi fácil estabelecer um debate propriamente dito com esse segmento, pois a sua própria condição me revelou dificuldades peculiares de travar um diálogo. É próprio dos nômades da rua a solidão e o não agrupamento, nesse sentido, o falar de si em âmbito coletivo torna-se uma barreira nem sempre transponível.

Diante disto, foi necessário mais que ouvir. Foi preciso relativizar, entrar no universo da rua e desvendar as matizes que se apresentavam.

Superar o medo que os mesmos tinham e ganhar-lhes a confiança com conversas informais e brincadeiras foi uma saída, pois, somente assim, foi possível adentrar num mundo só deles.

Concomitante ao processo do grupo focal, com um total de setenta e sete participantes, foram também aplicados trinta e seis questionários aos que se disponibilizaram para isso (vide apêndices). Estes questionários revelaram muito de seus perfis.

Cada entidade tem uma metodologia de atendimento e perfil da demanda, o que possibilitou observar o segmento por diversos ângulos, tornando a pesquisa ainda mais instigante e rica.

Todas as instituições têm um ponto em comum: são entidades religiosas.

A Toca de Assis Masculina, localizada no bairro das Damas, é uma casa abrigo dirigida por religiosos católicos e leigos franciscanos que experienciam, junto com os moradores de rua acolhidos, a rotina de uma casa. Vivem da caridade alheia, inclusive com relação à alimentação e não aceitam convênio com o poder público por princípio religioso. Muitos dos acolhidos são pessoas que necessitam visivelmente de atendimento médico, devido a problemas de locomoção, saúde física abalada e notadamente transtorno mental.

A Toca de Assis Feminina, localizada no bairro Papicu, funciona com a mesma dinâmica. Entretanto, o que vi foi quase a totalidade das mulheres acolhidas apresentando transtorno mental e sendo assistidas pelo CAPS (Centro de Atenção

Psicossocial), com exceção de uma, que se recusava a ser atendida, mas que precisava do serviço.

O Albergue Shalom de Promoção Humana, situado no bairro Centro, funciona em período noturno para acolhimento de homens que pela manhã deixam a instituição. Possui convênio com a Secretaria Municipal de Assistência Social para atender cinquenta e cinco moradores de rua mensalmente.

O Grupo Espírita Casa da Sopa, situado no centro da cidade, distribui, dentre outras atividades, sopa aos moradores de rua do centro da cidade e imediações, disponibilizando local para banho e higienização. Lá freqüentam famílias que, efetivamente, moram e sobrevivem da rua.

As pessoas em situação de rua possuem uma forma específica de uso dos espaços públicos. Os diferentes usos são circunstanciados, ora pela sua sobrevivência ora pelas práticas típicas de sua sociabilidade. Desse modo, eles ocupam praças, marquises, canteiros e outros equipamentos públicos.

Mapear⁴ os lugares onde se encontram os moradores de rua era o primeiro passo para a compreensão de sua dinâmica na cidade, bem como contribuir, sobremaneira, para realização da abordagem. Realizamos coletivamente, então, em cooperação com os integrantes do GT, a próxima etapa desse processo metodológico que denominamos de *Oficina de Mapeamento*. Essa metodologia surgiu inspirada no método construtivista, onde se compreende que os saberes são aspectos pré-existentes da realidade.

Nessa perspectiva, os membros do GT participaram desta oficina, trazendo suas experiências, informando cartograficamente onde e quando poderiam ser encontradas ocupações de moradores de rua. Essa localização foi dada por regional. O processo se deu assim: levamos mapas das seis regionais da cidade de Fortaleza, e as entidades iam verbalmente indicando conforme suas experiências cotidianas, os locais em que normalmente eram vistas aglomerações de moradores de rua ou mesmo indivíduos isolados e eu e outros técnicos iam marcando nos mapas os locais indicados. Essas indicações seriam posteriormente úteis para a realização do próximo passo.

⁴ Por várias vezes me encontrei no dilema da mediação entre a profissional e a pesquisadora, que necessitava do distanciamento para ter um olhar mais aguçado, entretanto, o envolvimento técnico, por vezes, me traía. E eu continuava o trabalho e a pesquisa tentando realizar o distanciamento necessário.

Passei então a discutir com o GT a implantação de um equipamento público de atendimento aos moradores de rua que contemplasse as expectativas levantadas por eles e outras que não tinham sido mencionadas, mas para isso deveria saber onde melhor localizá-lo, já que o povo de rua perambula por toda a cidade.

A próxima etapa foi denominada de *Checagem do Mapeamento*, que foi a ida *in loco* aos locais indicados, para a checagem dos dados fornecidos pelos parceiros. Foram necessários olhos atentos e muita disposição, pois tal atividade foi realizada nas madrugadas de 09, 10 e 11 de julho de 2007, já que moradores de rua são de maneira geral, encontrados e identificados mais claramente à noite.

Observou-se, no entanto, que de acordo com o caráter tipicamente ambulante do morador de rua, alguns pontos de aglomeração fizeram-se e outros se desfizeram. Com o olhar cada vez mais alerta, fiz uma observação circular em vários pontos da cidade, inclusive, com abordagens que me trouxeram muitas informações. Esses dados revelaram muitos elementos e foi possível com eles compreender a itinerância dos moradores de rua (mapa vide apêndices).

Posteriormente, realizei uma nova etapa que avalei ser muito importante para conclusão da pesquisa, como protagonista da criação dessa política pública para população de rua, que foram as entrevistas semi-estruturadas (vide apêndices) com os moradores de rua freqüentadores do Centro de Atendimento à População de Rua-CAPR, primeiro equipamento público da assistência social para moradores de rua, os trabalhadores sociais do CAPR e os gestores sociais da política municipal da assistência social.

Nesse sentido, o percurso metodológico se concretizou à proporção que a política para população de rua se desenhava, onde eu me apresentava como um ator nesse contexto.

CAPÍTULO II - MORADORES DE RUA: SUJEITOS DA CENA URBANA

A história das grandes cidades traz em seu desenrolar experiências de homens e mulheres que fazem das ruas, espaços urbanos, suas moradias, bem como de outros atores, também habitantes desses espaços. Tal relato histórico remete à gênese da ocupação das ruas por aqueles que hoje seriam denominados “moradores de rua”.

O problema de morar nas ruas e/ou tirar sua subsistência delas não é um fenômeno da vida urbana contemporânea, remete, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo, quando pensadores, como Max e Engels, por meio do pensamento político, e romancistas, como Vitor Hugo, através da obra literária “Os Miseráveis”, já sinalizavam para a existência dos miseráveis. No começo do século XVII, intrigados com a grande migração de famintos para as grandes cidades, instigados pela própria estrutura do poder local, os ingleses instituíram políticas públicas voltadas para a remediação da pobreza em seus locais de origem. Já na França, em 1789, a Revolução burguesa teve como grandes aliados na sua base de sustentação os mais pobres e miseráveis (BURSZTYN, 2000).

Com o advento do desenvolvimento do capitalismo nos séculos XVIII e XIX, acirram-se as contradições de classe, expondo os indivíduos à miséria, que se materializava na crescente indignação a que era submetido o trabalhador. Para o pensador Engels,

Tudo isto, porém, pressupõe que o trabalhador tenha emprego; quando não o tem fica totalmente por conta do acaso e come o que lhe dão, o que mendiga ou o que rouba; e quando não obtém nada, simplesmente morre de fome como já vimos (ENGELS, 1983, p. 317).

A classe burguesa, que ascendia sobremaneira nos séculos XVII e XVIII, utilizava o espaço público muito freqüentemente. Criou, pois, abrigos e manicômios para garantir o afastamento dos mendigos do seu campo de visão. O tema em voga era o disciplinamento da pobreza e a higienização do espaço e dos corpos. Conforme Pimetel (2005):

A prática de reclusão dos mendigos e miseráveis do espaço público ganha

legitimação no movimento de sanitaristas a partir do século XVIII, quando reformadores sociais e utopistas embebidos da sede de saber precisar as características daquele tempo (PIMENTEL, 2005, p.59).

O contato com a pobreza emergente, à medida que cresciam as cidades e os espaços de sociabilidade (parques, cafés, praças, etc.), fazia surgir na burguesia um sentimento de estranhamento, um sentimento de acirramento da questão social, demarcando a localização fronteiriça em que cada lado poderia estar.

Em Fortaleza, não se deu de forma distinta tal processo. A cidade moderna do século XIX absorveu os reflexos das mudanças ocorridas na Europa, especificamente na França dos séculos XVIII e XIX. Tempos em que eclode a *Belle Époque* e em que os intelectuais se encontram em praça pública para discussão de idéias. À época, fora construída a ferrovia Fortaleza-Baturité, que diminuiu a distância e aumentou a dependência do interior em relação à capital. As melhorias no porto fizeram da capital da província o principal ponto de escoamento da exportação do algodão, importante atividade comercial do Ceará àquele momento. O município vive em meio a um processo borbulhante de dinamização das atividades capitalistas com o estabelecimento, inclusive, de firmas inglesas e francesas, que em 1860 já detinham 40% dos estabelecimentos comerciais da cidade. A sociedade fortalezense passa então por significativas modificações em sua estrutura com a emergência de uma elite dominante e a existência de trabalhadores pobres (ativos ou em disponibilidade). Essa elite dominante, advinda do enriquecimento pelo cultivo do algodão, detinha o poder político local e era configurada pela classe média, composta em razão da proliferação de profissionais liberais - bacharéis, médicos, advogados, engenheiros – e de pequenos comerciantes (SOUSA, 2008).

O contato cada vez mais intenso com europeus e suas idéias cientificistas trazidas através dos filhos da elite que com muita freqüência se dirigiam à Europa para estudar, motivaram a elite fortalezense a assimilar comportamentos e valores europeus tidos como civilizados, e ainda a modificar as atitudes e condutas da população, tanto no âmbito público como no privado (PONTE, 1999).

A cidade de Fortaleza atravessava um processo de grandes transformações urbanas. O que antes era uma municipalidade tímida e recatada, agora representava a mais importante das províncias do Estado em matéria de economia, política e cultura, inclusive, sobrepujando a cidade de Aracati,

hegemônica até aquele momento.

Nesse processo, foi elevada à cidade com o nome de Fortaleza de Nova Bragança. As modificações nela efetuadas ocorreram em ritmo acelerado, visando ao reordenamento urbano e a facilitação do escoamento e circulação de mercadorias, bem como o embelezamento da cidade e espaços destinados à nova elite.

Diferentemente desta elite, os miseráveis eram motivo de enfeio do espaço público e deveriam ser excluídos do convívio da sociedade, a exemplo do que fizera a monarquia européia do século XVII, que adotou contra os vagabundos severas medidas, que incluíam a truculência policial e a “grande reclusão” dos miseráveis no Hôpital Général, asilo destinado aos vagabundos e mendigos de Paris (GEREMECK, 1995).

Na Fortaleza da época, a pobreza imperava com a chegada dos retirantes fugidos da seca. Era necessária a intervenção do poder público diante da “invasão” das massas no espaço da cidade, no sentido de disciplinar a pobreza, já que as multidões adentraram os portões do município, devido a um período de castigo da seca, e os cidadãos se sentiram sitiados diante daquele quadro da urbe.

A seca de 1877/79 trouxe grandes conflitos urbanos e uma nova realidade para Fortaleza, especialmente no que tange à densidade populacional e organização espacial. “Os números disponíveis no Censo de 1872 indicam que, no início da década de 1870, Fortaleza contava com uma população de 30.372 habitantes (...), já durante a seca, sua população supera a marca de 100.000 habitantes” (VIEIRA, 2000, p.32).

Surgem, então, formas oficiais de contenção da miséria como os abarracamentos e os campos de concentração. Segundo Mesquita (2006), no Ceará existiram sete campos de concentração, sendo que cinco funcionavam no interior do Estado e dois em Fortaleza nos bairros do Pirambu (chamado Urubu) e do Otávio Bonfim (chamado também Tauape e Matadouro, uma área hoje próxima ao bairro Damas).

Esses campos eram construídos estrategicamente em lugares onde se concentrava estação ferroviária, a fim de se evitar conflitos e migrações e isolar os retirantes do restante da população. Ainda assim, os que chegavam a Fortaleza eram submetidos ao disciplinamento dos campos de concentração. A estrutura dos campos de concentração era precária, feita para dar conta de um número grande de

indivíduos e comportar sempre mais. “Diferente dos abarracamentos, o campo de concentração não era um acampamento espontâneo e havia um controle maior, sendo mais vigiado. As pessoas não podiam sair livremente, recebiam alimentação e assistência médica no próprio espaço” (MESQUITA, 2006, p.06).

Os abarracamentos⁵ constituíam uma solução rápida e prática para solucionar a demanda populacional, inserindo seus habitantes nos projetos de reordenamento da cidade. A princípio, eram locais sem infra-estrutura que alojavam os retirantes e eram grandes focos de manifestação endêmica, depois, mediante instruções presidenciais de 31 de março de 1878, passaram a possuir barracas, poços de água potável, enfermaria, escolas.

O semanário *O Retirante* colocava-se como “defensor das vítimas da seca” e permanentemente percorria os abarracamentos, denunciando arbitrariedades e abusos sexuais cometidos pelos comissários que deveriam manter a ordem. Esses conflitos entre os comissários de socorro, representantes do poder institucional, que não administravam os abarracamentos dentro de uma legalidade estabelecida, romperam o contrato social que unia os diferentes segmentos sociais envolvidos (VIEIRA, 2002).

Também na literatura está marcada a sujeição do homem a sua condição de flagelo. No romance *A Fome* de Rodolfo Teófilo, a tristeza e miséria do sertanejo estão retratadas, quando este, ao vir para cidade, necessita de alojamento nos abarracamentos.

A seca só aumentou o número de despossuídos que vagavam sem rumo na cidade de Fortaleza, o que representava um sério “perigo” à população e à elite da urbe que não estava acostumada a se deparar com os famintos e miseráveis sertanejos. Estes, por sua vez, não estavam dispostos a deixar suas famílias morrerem de fome e representavam ameaça de saques e revoltas.

Desta feita, o poder público intensificou o policiamento na cidade e nos abarracamentos, para remediar as “mazelas da seca” e o “atraso da educação popular”, e, desta forma, cumprir sua missão de livrar a sociedade dos males da

⁵ À época da seca de 1877/1879, existiram 13 abarracamentos, um deles era o do Meireles, considerado zona marginal, realidade bem diferente da atual, já que hoje é tido como bairro das elites, com um dos melhores IDH's do município 0,974; Aldeota, também bairro nobre, onde cerca de 35,97% dos domicílios tem renda superior a 20 salários mínimos, já foi um abarracamento; os demais foram São Luiz, Pajehú, Boa Esperança, Alto da Pimenta, Benfica, São Sebastião, Alto do Moinho, Alagoa Secca, Jacarecanga, Via Férrea e Engenheiros.

miséria.

Outras estratégias de disciplinamento da pobreza foram instauradas como mecanismos “eficazes” de ordenação do poder público, entre outras, os asilos, os institutos correccionais, as hospedarias, os leprosários, o aprisionamento de mendigos e loucos que andarilhavam pela cidade.

O discurso dos políticos e dos poderes instituídos do século XIX era a de que a “caça” aos loucos e aos mendigos constituía um ato de caridade cristã. Outro discurso que despontava era o da recém-burguesia industrial que alocava os retirantes nas fábricas que se instalavam em Fortaleza e tinha como referência o trabalho como função disciplinadora de contenção da pobreza em espaços reservados para eles, isto é, seus “espaços naturais”, as periferias da cidade (PIMENTEL, 2005).

A Fortaleza do século XIX de muitas faces da Belle Époque é também a dos retirantes, dos flagelados da seca, que com o passar dos tempos se moderniza e tem sua importância na formação das periferias.

A favelização da cidade se dá por consequência da seca, ocorrendo no mesmo movimento em que a cidade se moderniza. Os retirantes foram ocupando espaços que não lhes tornassem um incômodo aos demais, mas espaços que lhes trouxessem ao menos uma acomodação possível. Mesquita (2006) observa que,

Por mais que existissem formas de controle, de adestramento e disciplinamento dos corpos, havia formas de resistência e poder. Ocupar o trilha não é acomodação, é uma forma de lutar por um lugar no espaço urbano (...). Ocupar lugares no litoral também é forma de enfrentamento (MESQUITA, 2006, p. 06).

Já no século XX, a década de 40 foi marcada pela industrialização da urbe, o que segregou ainda mais o espaço urbano marcado com a construção dos primeiros bairros operários na zona oeste da cidade, local onde se instalaram as primeiras indústrias da cidade. Nos anos 60, essas mesmas indústrias passaram a se instalar no Distrito Industrial, região sem muitos atrativos e infra-estrutura.

Foi na década de 50 que as favelas começaram a se estabelecer, a exemplo do Lagamar e Pirambu⁶, entretanto, é apenas nos anos 80 que há um

⁶ Atualmente é a segunda maior favela do país, com 350.000 habitantes, a maior densidade populacional do Brasil (Diário do Nordeste 25/07/07)

verdadeiro acréscimo no seu número, o que, contrastando com os “arranha-céus” localizados nas áreas nobres da cidade, demonstrava a tremenda desigualdade social que Fortaleza trazia em si. Foi neste período que o município esteve em primeiro lugar dentre as cidades com maior número de favelados (SOUSA, 2008).

Independe dos mecanismos historicamente estabelecidos que impeçam a presença dos pobres e miseráveis em meio aos demais. Os considerados diferentes, ao ocuparem lugares que não lhes foram destinados, continuam a impor sua incômoda figura nos territórios mais nobres da urbe. Atravessam a cidade de trem, ônibus ou mesmo a pé, vindo de localidades longínquas, para participarem do encontro dinâmico que o próprio espaço público oferece, inevitavelmente, com outros atores sociais.

Hoje a realidade social deixa transparecer as diferenças aviltantes entre ricos e pobres. Isso é resultado de modificações ocorridas no mundo do trabalho, onde a flexibilização das leis trabalhistas e o desemprego se apresentam aos nossos olhos cotidianamente. Segundo dados do IBGE (2007), a população cearense economicamente ativa formal ou não, tem os piores rendimentos do país. A taxa de indigentes chega a 13,04%, e estes sobrevivem mensalmente com uma média de R\$ 38,93.

Em Fortaleza, diante de todo esse quadro, o déficit habitacional é considerado hoje o quarto maior do país em termos absolutos, chegando a 160.000 moradias, o que equivaleria dizer 800.000 pessoas vivem em áreas de risco (HABITAFOR, 2006). De acordo com a Federação de Bairros e Favelas, existem na cidade 624 favelas e 103 áreas de risco. Apesar do aumento de 9,6 % do índice do IDH, durante a última década, a cidade ainda se encontra no 12º lugar entre as capitais brasileiras no ranking do IDH.

Nesse sentido, as disparidades sócio-habitacionais também são problemas a serem discutidos pela cidade e seus cidadãos, pois atrás dos grandes e luxuosos prédios da Aldeota, Papicu, Varjota, se instalaram grandes favelas que fervilham à céu aberto, sedentos de espaços e direitos. A Verdes Mares, o Pau Finim, Lagoa da Zeza são a outra face da realidade crua de Fortaleza: grandes favelas onde pulsam também as capilaridades do município e áreas de grande vulnerabilidade social.

Independente disso, outros indivíduos de demais localidades e de bairros periféricos, como por exemplo, o Grande Bom Jardim, Santa Cecília, Siqueira, Barra

do Ceará, fazem um movimento migratório de saída de seus locais de origem para bairros com maiores possibilidades de obtenção de retorno financeiro, em busca de ganhar o sustento. Normalmente, fazem da prática da catação de material reciclável, da lavagem de carros, da vigilância dos mesmos, da mendicância o seu “ganha pão”. Entretanto, escolhem sempre localidades em que os excessos do capitalismo se apresentam de forma mais evidente, podendo passar até semanas sem retornar ao lar.

Exercem preferência pelo Centro da cidade, situado na SER II⁷ considerada a regional mais rica, cujo lixo produzido também é o mais rico. Segundo dados do IBGE (2000), essa região possui os 10 bairros mais ricos da cidade, sendo que 08 se encontram na SER II e seus moradores possuem em torno de 29,8% do total de renda gerada nos 114 bairros da cidade. Apresenta o menor índice de analfabetismo (9,55%), menor índice de mortalidade infantil (15,6%) e maior IDH entre as seis SER's (0,693), bem acima da SER IV que apresenta o segundo melhor IDH (0,559) .

Algumas dessas pessoas, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, após passarem mais de quatro dias na rua, já podem ser consideradas moradoras de rua, o que para Vieira (1992) é considerado condição de *estar na rua*, isto é, quando o indivíduo estabelece relação com as demais pessoas da rua e passa a conhecer estratégias e alternativas de sobrevivência, não achando a rua um espaço tão ameaçador assim.

Conceituar essa categoria não é nada simples, tendo em vista a diversidade de expressões utilizadas nas últimas três décadas, carregadas de significados para denominar àqueles que vivem nas ruas e delas sobrevivem. É, na verdade, a expressão do pensamento da sociedade sobre essa população, e também a articulação com as diversas conjunturas sociais, econômicas e políticas. De acordo com Rosa (2005), a vida nas ruas na década de 70 estava relacionada à ausência de trabalho, o que acarretaria a ocupação dos espaços públicos sob viadutos e locais abandonados. Os jornais da época destacavam essa população como favelados, desabrigados, encortiado, alcoólatras, vadios, toxicômanos,

⁷ Na gestão Juraci Magalhães, através da Lei 8000/97, houve a descentralização administrativa da gestão municipal em seis Secretarias Executivas Regionais – SER I, SER II, SER III, SER IV, SER V, SER VI, que funcionam como miniprefeituras para dar um certo grau de autonomia em matéria de recursos e projetos. Atualmente foi criada a SECE, Secretaria Especial do Centro, mas que não possui orçamento próprio.

indigentes, marginalizados.

A década posterior ainda permanece com as determinações anteriores, entretanto, acrescentam-se os termos homem da caverna, moradores de rua, sem-teto, trabalhadores sem-teto, vagabundos, itinerantes, nômades urbanos, *homeless*, população flutuante, trecheiros, doentes mentais, povo da rua e sofrendores da rua⁸.

Curiosamente, na década de 80, a conceituação se amplia. Inicialmente, trecheiros fazia referência àqueles que se deslocavam de uma cidade a outra a pé, depois passou a designar as pessoas que se deslocavam dentro da cidade. Outro termo menos usual, mas também conhecido para os que habitam as ruas há mais tempo é *pardais*, usado de forma pejorativa, referindo-se àqueles que ficam esperando assistência, já que:

(...) os pardais são pássaros característicos da cidade. Ficam sempre por perto de habitações humanas em busca de alimento, pois sobrevivem de restos de comida, seus ninhos são feito debaixo de telhados, de pontes e dentro dos semáforos. Adaptam-se muito bem nesses locais. É difícil definir sua cor, pois seu colorido é sem graça, não chamam atenção. Daí talvez a analogia (ROSA, 2005, p.54).

À medida que as tendências do pensamento da sociedade vão se modificando, as caracterizações desses indivíduos também se recolocam, isto é, pensar que estas pessoas são simplesmente pessoas que fracassaram na vida seria minorar a questão, portanto, passou-se a percebê-las como um segmento da sociedade que sofreu um processo de exclusão. Deve-se a isso a contribuição dos movimentos religiosos nos últimos trinta anos. Primeiro se falava em pobres, depois o discurso modificou-se para a questão dos marginalizados e depois começou-se a falar no processo de exclusão.

Essas variações de nomenclatura não são exclusividade brasileira, na França, por exemplo, usaram-se diversas expressões como SDF (de sans domicile fixe), sans-abri (sem abrigo), sans-logis (sem alojamento), vagabonds (desocupados), mendiants (indigentes ou mendigos) e clochards (mendigos ou vagabundos) (ROSA, 2005).

Entretanto, para o senso comum essas pessoas são apenas sem-teto,

⁸ Esses dois últimos termos geralmente utilizado pelas instituições religiosas a fim de minimizar o caráter estigmatizador.

esquecendo-se que na verdade eles são mais que isso, são sem-lugar na sociedade, sem-dignidade, sem-trabalho, sem-documento, sem-memória, sem-laços familiares, sem acesso aos direitos sociais.

Outra tipologia muito utilizada, contribuição de Neves (1999), é a de população de rua, que apresenta vantagens quanto à expressão da heterogeneidade que comporta, entretanto, dificulta a compreensão no que tange aos diversos estereótipos e quanto à vinculação da boa parte desta população a algum tipo de atividade remunerada. De fato é um conceito amplo e genérico para dar conta da complexidade da significação de viver nas ruas. Nesse sentido, o termo população em situação de rua passou a ser mais utilizado, pois designa uma situação transitória, passageira e que pode ser superada.

Parece que, etimologicamente, essa questão é um problema ainda a ser discutido amplamente, haja vista que os diversos termos dialogam acerca de um mesmo tema e se apresentam a cada baixio de viaduto.

Afora desta discussão, os moradores de rua confundem-se nesse vai-e-vem da urbe, percorrendo a cidade em busca de locais para dormir, em busca de ocupação ou para simplesmente passar o tempo, e, muitas vezes, sequer são notados, principalmente de dia, pois existe uma realidade fragmentada na cidade que os dilui e os torna “invisíveis” aos nossos olhos.

Pensar essa população é pensar uma categoria social que tem por característica básica a multidimensionalidade, isto é, várias facetas de uma só realidade. Nesse sentido, a rua abriga uma diversidade de histórias de vida difícil de ser observada de um só ângulo:

Desta forma, os problemas identificados, as políticas públicas e as pesquisas voltadas para este grupo devem também ser, antes de tudo, multifacetada, ou seja, não devem ser tratadas a partir de apenas uma área do conhecimento, específica, ou de forma setorial, sob o risco de não se alcançar estas pessoas e seus verdadeiros problemas (FERREIRA; MACHADO, 2007, p.05).

De maneira geral, observa-se nas grandes cidades do país, e mesmo em outros países, uma população flutuante que pernoita em vários locais e que são considerados pessoas em situação de rua. Algumas moradias são por vezes tão precárias e estão em áreas de tamanho risco que, em última análise, poderiam rivalizar com qualquer logradouro público. Muitas vezes, dado o caráter de

fragilidade das ocupações urbanas, faz dos albergues a única opção de residência dessas pessoas.

Os cenários das grandes cidades do mundo apresentam, atualmente, a população em situação de rua. Trata-se de um segmento que, sem trabalho nem meios de sobrevivência, faz do espaço público, isto é, a rua, a sua morada e resistência.

Segundo as Nações Unidas, todos aqueles que não só vivem na rua, mas também estão em condições que não atendem a necessidades e padrões mínimos de habitabilidade, isto é, que moram em cortiços e favelas sem o mínimo de dignidade são considerados *homeless*. No mundo todo, estima-se em cem milhões essa população, sendo que destes, vinte milhões viveriam na América Latina. (VIEIRA, 1992).

Todos esses aspectos devem ser tomados como referência nesse estudo, para que se compreenda como é o universo do morador de rua: seus desejos, suas aspirações, enfim, seu mundo, que é muito particular, e, decerto, destoante com o conceituado pelo senso comum.

Na prática, os moradores de rua são sujeitos nômades, heterogêneos. Eles percorrem vários espaços da cidade, sendo muito difícil precisar sua trajetória, pois têm apenas como ponto fixo, muitas vezes, o local de sua dormida. Esse nomadismo faz deles sujeitos invisíveis na urbe, os quais desaparecem na multidão, como acentua Pimentel (2005):

Podem aparecer num dia, ocupando um banco de praça, no outro, uma marquise. Em determinadas horas do dia, estão em um lugar, à noite, estão em outro. Comumente, fazem asseio em torneiras públicas, em rios e lagoas da cidade. Também freqüentam restaurantes populares e locais de distribuição de comidas, os transeuntes, os cidadãos cruzam com eles, mas não os percebem (PIMENTEL, 2005, p.16).

Estudar esse segmento traz ao pesquisador um grande desafio, pois é necessário aguçar os sentidos, a fim de captar vestígios deixados pelos trajetos da cidade durante as andanças dos moradores de rua. É necessário não só ter olhos, mas ter “olhos de ver”; ver o indescritível, o subliminar, apropriar-se das imagens e registrar os acontecimentos que são voláteis e se perdem no tempo.

Um aspecto importante que deve ser destacado é a questão da temporalidade dessas pessoas que, por certo, não coincidem com o tempo dos

demais cidadãos que, regidos pela emergência do capitalismo, pautam suas vidas nessa perspectiva. Para os moradores de rua não há a necessidade de acordar cedo para recorrer à urgência do trabalho nem, muito menos, de se apressarem para pegar um ônibus. Pelo simples fato de não haver aonde ir, podem passar o dia inteiro na simples contemplação e ócio ou, mesmo, flanando pelas ruas da cidade sem qualquer compromisso com o tempo.

O tempo para eles está vinculado ao imediato, isto é, à necessidade de sobrevivência do agora. “É outro o tempo da rua, ele não está controlado pelo relógio. É possível passar horas assistindo a cidade acontecer. Não há pressa no andar lento e pausado do homem da rua” (DIAS, 1990, apud, VIEIRA, 1992).

Você trabalhando não tem a oportunidade de ver o pôr-do-sol na Ponte Metálica, se agente quiser a gente sai daqui oh, sem compromisso nenhum, vai lá prá Ponte Metálica fica vendo o pôr-do-sol, apreciando, como viver é bom, tem muitas coisas lindas que a gente pode apreciar (Washington, 24 anos).

Baseado nessa lógica de socialização na rua é deveras complicado para esse segmento se habituar novamente ao alto custo que o trabalhador convencional se presta para ter um teto e comida, isto é, trabalho extenuante, tempo controlado, precárias condições e qualidade de vida.

Assim como habitar as ruas é, de tal sorte, uma forma de violação social do uso do espaço público, a sobrevivência nelas subverte os padrões e valores de reprodução da sociedade capitalista, em que trabalhar é a forma legítima de garantia do sustento. A resposta da sociedade para esses violadores da ordem social é o estigma de vagabundo, vadio, coitado, preguiçoso, ou seja, aquele que precisa ser afastado ou reintegrado.

Morar nas ruas é um fenômeno que se aguça vertiginosamente a cada dia e muitos são os motivos para que isso aconteça. A presença do álcool e das drogas é uma constante na vida dos moradores de rua. Esse problema parece de grande relevância na tessitura dessa questão.

O álcool pode representar em essência fator gerador significativo para a ida às ruas, bem como pode consistir na explicação para a permanência nas mesmas. É um fator multidimensional, uma verdadeira “roda viva” que retroalimenta o sujeito nessa situação. Pode ter um aspecto atribuído genericamente à fuga da

realidade ou válvula de escape por onde circula as frustrações, sensação de perda, solidão, tendo mesmo a necessidade de “anestesiá-los os sofrimentos” (ROSA, 2005).

De maneira geral, as rodas de cachaça⁹ são os poucos momentos de lazer que os habitantes das calçadas possuem, onde se dá o encontro com os iguais. Bebem para comemorar algum acontecimento ou simplesmente pelo vício. Todos colaboram na compra e partilha da pinga, sendo motivo para briga e até para morte, caso se aja diferente dessa proposta. Há, sem dúvida, uma relação bastante imbricada entre violência, sociabilidade e bebida alcoólica.

O uso abusivo dessa substância traz sem dúvida sérios comprometimentos à saúde física e mental do indivíduo, que fica cada vez mais envolvido com a rua e suas relações, afastando-o da família e desgastando os já frágeis laços familiares (isso quando esse indivíduo possui algum parente), muitas vezes, a própria bebida impulsiona o rompimento com o grupo familiar e o estimula a adentrar o universo das ruas, chegando a comprometer, sobremaneira, suas faculdades mentais.

Há, é claro, os que conseguem parar de beber e oscilam entre a parada e a recaída, muitas vezes assessorados por grupos religiosos de assistência a esses grupos, em caso de problemas de saúde ou internação em instituições do gênero.

Se pensar a dependência alcoólica como marca importante na vida dos moradores de rua atrela-se a ela, inevitavelmente, o consumo da droga que, por vezes, passa a substituir o álcool ou potencializá-lo. Mais uma vez esta é uma possível causa de ida para as ruas, já que o convívio com os familiares é difícil de estabelecer quando se vivencia este problema.

Dentre as drogas mais utilizadas pelos nômades da rua, nos últimos anos, está o crack, apesar de ter outras substâncias que povoam esse mundo, a “pedra” (como é chamado o crack pelos moradores de rua) é uma droga pesada, barata e de fácil acesso. Ailton, 40 anos, dependente da droga, descreve o poder dela sobre seus usuários: “O crack é desse jeito mesmo, o crack ele obriga, mesmo que você não queira na vida, mas da primeira vez que você utiliza é um desastre”. Rosa (2005) observa que os moradores de rua

Vivem no limite da possibilidade de uso de bebida ou da droga ilícita pela

⁹ São os momentos de socialização dos moradores de rua onde a tônica é o álcool (PIMENTEL, 2005).

falta de perspectiva e de saídas, como também ficam à mercê de traficantes, que fazem deles usuários ou passadores e para acertos de contas entre eles próprios (ROSA, 2005, p.163).

Nessa miscelânea que é o mundo das ruas, muitas pessoas por motivos diversos, sejam eles álcool, drogas, desgaste dos laços familiares, transtorno mental, podem ir parar nas calçadas e ser mais um na multidão, como foi o que aconteceu com o paulista Silvio Tadeu da Cruz, 39 anos, figura lendária da cidade de Fortaleza, mais conhecido como “Bob Marley”, devido a sua semelhança com o cantor do mesmo nome, que há dez anos havia desaparecido de sua cidade natal.

Ele freqüentava os logradouros do centro da cidade, normalmente uma calçada de estacionamento na Avenida Duque de Caxias, onde passava a maior parte do tempo acorçado e calado. Também era possível vê-lo em seu percurso delirante, na calçada de uma grande rede de lanchonetes na Avenida Beira Mar, catando restos de comida. Tinha por hábito não pedir esmolas. Sua aparência aviltante com grossos sinais de sujeira e a cabeleira farta em desalinho revelavam seu total estado de abandono. Seu maior companheiro era o cigarro, podia-se vê-lo sempre às voltas com baforadas, talvez em momentos de desconexão com o real. Havia relatos de alunos das escolas das imediações que declaram ter sido auxiliados por ele em matérias como matemática e trigonometria.

O “Bob Marley” parecia fazer parte da paisagem da cidade de tal maneira que ninguém mais se importava, entretanto, alguém rompeu a barreira da invisibilidade e ao se deparar com o cidadão Silvio, portador de sofrimento mental, buscou sua família e reconstituiu toda sua trajetória de vida. Descobriu que a origem de seus problemas fora a morte inesperada de um irmão muito querido em um acidente de carro, deixando-o emocionalmente muito atordoado. A perda do emprego no banco que trabalhava, agravando a dificuldade de pagar a faculdade de Engenharia que cursava, isso também foi um golpe muito duro para ele, já que tudo aconteceu no mesmo período. Passou, então, a ter problemas mentais e resolveu andarilhar pelo mundo, até que após muitos anos sua família foi encontrada. (O POVO, 28/01/08). Entretanto nem sempre as histórias têm finais felizes como esse, pois, muitas vezes, quando famílias são encontradas, não mais aceitam tais indivíduos de volta ao seio familiar, tão desgastada estão as relações entre eles.

O sair de casa e ir morar na rua representa um momento de ruptura que o indivíduo trava. Tem sempre uma representação simbólica nesse movimento, é

quando perde o emprego ou quando se separa da mulher ou quando briga com pai ou na morte da mãe, mesmo que, efetivamente, esse não seja o motivo essencial da saída para a rua. Ele vai perdendo as referências com as instituições formais, como o trabalho, a escola, a família, entrando num processo lento de nomadismo que Pimentel (2005) chama de desenraizamento.

Os espaços ocupados pelos habitantes da rua não lhes são próprios, devido à maneira que ocupam tais urbanidades para satisfazer as necessidades da vida cotidiana, desta forma, desafiam o ordenamento da cidade com a construção de suas “casas” nos baixios de viadutos, na orla marítima¹⁰, nas praças com papelões e lençóis de jornais.

Somente lhes restam esses espaços. Fazer destes lugares espaços transitórios parece um paradoxo bastante fértil em contraponto com a representação do que seja a rua, um local para moradia. Reside nessa questão a grande contradição, em termos simbólicos, daquilo que faz da rua ser o que é, sua itinerância e condição de passagem entre o morador de rua que faz da mesma algo permanente.

A população em situação de rua acaba por inverter a lógica entre o público e o privado. O que é privado, no imaginário popular, corresponde ao aconchego, ao individual, à família onde as necessidades pessoais são atendidas. Arendt (1991) lembra que aquilo que é privado está oculto aos olhos do outro, é indizível, muitas vezes, a dor, o sofrimento está na esfera do privado.

Outro elemento que equaciona o universo privado é a propriedade, no sentido de “ter um lugar seu no mundo”, deste modo o espaço privado representa aquilo que lhe é próprio. “A propriedade (...) está relacionada com cidadania, igualdade, proteção das leis e segurança. Ser político significa atingir a mais alta possibilidade da existência humana; mas não possuir um lugar próprio e privado significa deixar de ser humano” (SCOREL, 1999, p.232).

A esfera pública é da liberdade dos participantes, onde se formam vínculos entre os homens e se pode construir uma organização político-social, portanto, é nesse lócus que o indivíduo incorpora quase uma espécie de segunda vida, isto é, um *bios politikus*, uma forma política de viver (SCOREL, 1999).

¹⁰ Alusão a uma moradora de rua que tive a oportunidade de conhecer o caso na SEMAS, a qual reside em construção precária na Beira Mar, próximo ao Náutico, SER II que se recusa a ser encaminhada para outro local.

Exige-se um comportamento compatível com a civilidade. Nesse espaço, não há lugar para os excessos. Ações como chorar e dormir devem ser submetidas à esfera privada, pois lá não se observa nem se é observado pelos demais cidadãos.

A subversão da ordem, na prática dos moradores de rua, consiste na inversão da casa pela rua, ou seja, do privado pelo público. Esta inversão se expressa no exercício de suas vidas privadas em total publicidade: tomam banho em torneiras públicas, fazem sexo nos bancos das praças e dormem ao relento. Ambigualmente, o que deveria ser realizado em espaço coletivo, seu labor, por exemplo, é realizado no que se considera sua “casa”: a rua.

Numa abordagem peculiar, Damatta (1990) coloca que, no domínio da rua, o indivíduo é caracterizado como livre, compondo as regras do mundo em que vive, e que essa individualização é verificada em estados sociais onde “ninguém é de ninguém” ou “ninguém conhece ninguém”; e que a rua como morada define o indivíduo como ocupante de um espaço subvertido. “Sabemos que em casa podemos fazer coisas que são condenadas na rua” (DAMATTA, 1997, p.20).

A casa e a rua acabam por se confundir no universo dos moradores de rua, tal a fusão que se dá ante aos dois espaços¹¹, tendo por consequência principal a invisibilidade – uma vez que não é possível se precisar claramente quem é transeunte ou habitante das ruas, em razão da exclusão social. Nas palavras de Sousa, esse anonimato só é rompido quando estes incomodam o *status quo*: “acho engraçado que quando foi para tirar uns entulhos de frente da minha calçada, no instante a Prefeitura apareceu, mas para tirar essas pessoas daqui de frente é essa demora toda” (2008, p.1).

Retomando essa dicotomia entre a esfera do público e do privado, ou seja, a rua e a casa, é difícil estabelecer qualquer delimitação, tal a confusão de papéis que se coloca entre esses dois universos. Como pensar, por exemplo, em privacidade (física ou simbólica)? Como falar em higiene, banho, necessidades fisiológicas? Tomo por empréstimo as conjecturas de Mautner:

¹¹ Em visita a um grupo de moradores de rua da Praça da Estação no exercício do meu fazer profissional, travei conversação com uma senhora que dizia morar nas ruas há mais de vinte anos. Ao ser indagada sobre como fazia para se abrigar das chuvas, respondeu que se protegia no seu “apartamento” o qual até som ambiente possuía (alusão à marquise de uma loja e a um prostíbulo ao lado).

Um dia, algum tempo atrás, escrevi sobre a mulher *despossuída*, aquela que não tem nenhuma gaveta para guardar a sua periodicidade menstrual. Onde está a muda de calcinha, onde está o trapo, o modess, o algodão? Como é que elas resolvem a sua higiene íntima? Tenho vontade de deixar bem esclarecido, para mim mesma, o que é estar na rua, essa condição de “sem eira nem beira” (1995, p.52).

Para o indivíduo que possui casa nos modelos estabelecidos, um banheiro e um banho fazem parte de sua realidade diária e é muito natural o ato de banhar-se todos os dias na privacidade do seu lar, entretanto, para a população de rua um banho representa muito mais que higienizar-se, representa resgate da dignidade perdida, é o sentimento de “pertencimento” à sociedade, já que seus corpos são o que de fato possuem e estão sempre sujos, grossos do sol, em desalinho. Desta forma, tomar banho representa, momentaneamente, livrar-se do estigma de morador de rua e fazer parte da cidade.

A população em situação de rua também realiza uma prática que não é restrita a esse segmento, o nomadismo. Outros atores sociais também realiza essa prática, como por exemplo, profissionais do sexo, que determinam por certo período de tempo pontos de prostituição; os artistas de rua e os vendedores ambulantes, que se mudam conforme a conveniência; os meninos de rua que ocupam praças e logradouros e mudam-se quando as instituições de proteção adentram seus “códigos” ou a polícia tenta detê-los; entre outros habitantes do espaço da rua.

A maior característica, talvez, destes atores sociais, seja a capacidade que os mesmos têm de ocupar esses espaços e modificar a seu modo a estética do lugar, dando ao local características muito próprias da natureza do seu habitante. Essa é uma das formas que o nômade tem de demarcar seu território, anunciando de alguma sorte à cidade e aos cidadãos a sua presença, fazendo parecer que há duas urbes, uma imersa na outra (PIMENTEL, 2005).

Quando um indivíduo ou grupo se insere em um território, isto vai para além de uma ocupação física, pois é, na verdade, um movimento de desterritorialização de códigos sociais considerados “normais” e uma reterritorialização de códigos internos. Segundo Schneider e Tartaruga (2004),

O território entende-se como manifestação espacial do poder fundamentada em relações sociais, relações estas determinadas, em diferentes graus, pela presença de energias – ações e estruturas concretas – e de informação – ações e estruturas simbólicas. Essa compreensão permite pensar o processo de territorialização – desterritorialização – reterritorialização (T-D-

R), baseado, sobretudo, no grau de acessibilidade à informação; em outras palavras, a informação, ou não, de símbolos e/ou de significados podem fazer surgir novos territórios (territorialização) destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização) (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p.04).

Os territórios dos moradores de rua se dão a partir da errância pela cidade, entre o vagar de um lugar para o outro, preterindo de um espaço e elegendo outro. Nesse processo, se aglomeram outros atores sociais que compartilham da sociabilidade típica da rua. Esses pontos de aglomeração funcionam mais como espaço de significância do que de ocupação física de espaço, onde o morador pode reconhecer o outro e ser ao mesmo tempo reconhecido, estabelecendo uma linha limite entre aqueles que não fazem parte daquele gueto.

Concordo com Pimentel (2005), quando ele coloca que outro aspecto importante a ser entendido no universo dessa população é que as relações se modificam com certa fluidez e variam de acordo com as circunstâncias. As mudanças de território não são raras, sejam por questões naturais como chuvas, inundações, seja por ações involuntárias, como reforma de prédios abandonados, praças, ações policiais ou ainda como a “saturação” do território e a procura de outro. Entende-se como “saturação” do território a desqualificação da sua função imediata, antes cheia de atrativos, que pudesse garantir aos moradores que ali ocupavam algum benefício.

Dentre outros fatores que interferem diretamente na itinerância desse grupo populacional estão as estratégias de sobrevivência fisiológica e de obtenção de rendimento (banho, abrigo, esmola, “bicos”, assistência em geral), condicionadas ao tipo de espaço urbano ocupado.

A obtenção de renda para os diversos fins, faz com que eles exerçam uma topografia própria, fixando-se inconstantemente no entorno dos centros de consumo, como por exemplo, áreas como supermercados, feiras, lojas, bancos entre outros. As entidades de assistência são também importantes pólos de atração desse segmento, cujo agrupamento se dá nos horários determinados da passagem das mesmas. Sem dúvida os locais mais propícios para viver e dormir na rua (quando se consegue) acabam sendo ocupados, diversas vezes, por grupos distintos, e

constituem-se em pontos tradicionais de ocupação¹².

Apesar de tecerem essa movimentação geográfica, os moradores de rua tendem a estabelecer um perímetro territorial de circulação, ou seja, são itinerantes dentro de um espaço delimitado. Estão sempre circulando no mesmo quarteirão, praça ou bairro. Entretanto, a territorialização se dá de forma distinta, quando se fala de grupos familiares e indivíduos sozinhos ou em duplas, já que as famílias, normalmente buscam espaços para se fixar e reconstituir minimamente a rotina doméstica e os demais buscam meios de sobrevivência (ESCOREL, 2000).

Essa população é, sem dúvida alguma, uma incógnita na realidade social brasileira. Sabe-se pouco sobre ela, mas a cada dia estampam-se aos nossos olhos suas necessidades e a conseqüência delas. Esse crescimento populacional tem despertado o desejo e a necessidade de se dimensionar as proporções desta demanda. Em alguns países como, por exemplo, na Inglaterra e no Canadá, segundo Vieira (1992), houve a preocupação de realizar um censo demográfico com os moradores de rua para compreender a realidade ora apresentada. Já no Brasil, a situação é diferenciada, tendo em vista que o censo do IBGE tem como referência básica o domicílio, desconsiderando, portanto, esses atores que, por sua vez, não estão enquadrados nesse contexto predefinido.

Em pesquisa realizada na cidade de Fortaleza, no ano de 2000, pelo Instituto Municipal de Pesquisa Administração e Recursos Humanos - IMPARH¹³, levantou-se que o número de moradores de rua no município totalizava 2.040, sendo encontrado em maior concentração nos setores administrativos regionais II 26%, VI 22% e I 20%. Destes, 62,7% são homens, 35,9% são mulheres e 1,4% foram considerados outros, por não se enquadrarem em nenhuma das duas categorias sexuais clássicas anteriores.

Como estratégia de sobrevivência, 76,9% dos moradores de rua realizam trabalhos informais como flanelinha, vigia de carros, lavador de carro, pintor de parede e biscateiros, sendo que, destes, 46% obtêm renda diária de até R\$5,00 (cinco reais).

¹² Em Fortaleza, um exemplo de local de ocupação tradicional é na avenida Tristão Gonçalves, embaixo da marquise da loja Acal, ali ficam à noite em torno de trinta moradores de rua.

¹³ Há algumas contestações de pesquisadores e profissionais da área, acerca desta pesquisa, principalmente ao que se refere a metodologia utilizada.

Ao que parece, a mendicância, que ao senso comum é atividade corriqueira para esse segmento populacional, aparece nesta pesquisa com um índice de 20,7%. Ambiguamente, em pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, em 2007, através do 1º Censo Nacional da População em Situação de Rua, esse dado contrasta com os dados anteriores, já que 15,7% costumam pedir dinheiro para sobreviver e 27,5% constituem uma gama de catadores de materiais recicláveis¹⁴.

Outro dado que chama muita atenção é que, do conjunto das setenta e uma cidades onde foram realizadas pesquisas com o público de população adulta em situação de rua, foram identificadas 1.701 pessoas, isto é, um decréscimo de 17% no total geral de moradores de rua com relação à última pesquisa realizada há oito anos, numa conjuntura que só vem espoliando cada vez mais os excluídos.

No que diz respeito à escolaridade, a pesquisa realizada pelo IMPARH informa que 40,6% têm o ensino fundamental II. Em Belo Horizonte¹⁵, dados confirmam que 29,9% possuem fundamental incompleto. Os atuais números nacionais afirmam que 48,4% estudaram até o ensino fundamental I incompleto e que 15,1% nunca estudaram. Isso conduz à reflexão acerca do nosso sistema educacional que se apresenta falho e não inclui como de fato deveria, desrespeitando o direito universal de educação para todos.

Outro aspecto relevante é o da faixa etária, indicando que 81,6% dos fortalezenses que estão morando nas ruas estão entre 21 e 60 anos, idade potencialmente produtiva e 21,4% estão entre 26 a 35 anos, segundo pesquisas realizadas em Belo Horizonte, e destes, 79,6% conseguem fazer ao menos uma refeição diária.

Quanto à proveniência dos moradores de rua, 51,7% são oriundos de Fortaleza, 37,2% do interior do Estado, contrariando a tendência do pensamento clássico que afirma que eles viriam através da migração do interior do Ceará e de outros estados como aconteceu no século XIX, com os retirantes da seca. Por muito tempo se confundiu esse segmento com os migrantes, inclusive sob ótica coercitiva

¹⁴ Há que se fazer uma distinção entre moradores de rua e catadores de materiais recicláveis, algumas vezes essas duas categorias podem se fundir já que o morador às vezes sobrevive da catação e o catador fica vários dias na rua por ocasião de sua atividade. Entretanto, o catador nem sempre é um morador de rua pode ter casa e vínculos familiares e retornar a ela após alguns dias na rua.

¹⁵ 2º Censo e Análise Qualitativa sobre População em Situação de Rua em Belo Horizonte –Relatório Final.

do Estado, que os relegou à escória da sociedade. É bem verdade que hoje o Poder Público já ensaia alguns modelos de políticas públicas para a população de rua, entretanto, sob a lógica do Estado de direito, alguns policiais despreparados ainda os trata como vadios e vagabundos, utilizando, muitas vezes, a política “higienista” de retirada dos moradores de rua do alcance dos nossos olhos e os enviando para longe dos “cartões postais” da cidade.

Nesse sentido, esse segmento ainda é um desafio a ser desvendado na sua temporalidade desconexa, totalmente descompassada dos outros cidadãos e completamente conectada no universo e códigos que eles criaram, o que torna difícil de ser entendido por nós, que nos supomos cidadãos enquadrados em uma ordem estabelecida.

Ultrajam a cidade com seus corpos sujos, aparência aviltante e suas cabeleiras em desalinho, muitas vezes, com sua loucura premente e seus percursos “delirantes”. Nas palavras de Pimentel (2005), são apontados na rua, atores de uma trajetória de exclusão e pobreza, são vistos como o “lixo da rua” e, ironicamente, é essa mesma rua quem os acolhe.

CAPÍTULO III - O MORADOR DE RUA E O TRABALHO: O COMPLEXO LIMIAR DESSE MUNDO

No fim do século XX, com a reestruturação global do capitalismo, manifestam-se as transformações societárias na complexidade da dimensão econômica, sócio-política e cultural, e se observam as mudanças dos números da pobreza, evidenciando novas categorias como os sem-trabalho e os sem-lugar. No Brasil da contemporaneidade, conforme coloca Carvalho,

considerar a tessitura histórica recente se faz em meio à dois processos estruturais fundantes e em curso que, contraditoriamente, se articulam com perspectivas políticas distintas: o processo de democratização [...], constituindo o Estado Democrático, ampliado pela via da política, e o processo de inserção do Brasil à nova ordem do capital [...] que converte o mercado em único critério de realidade [...] (CARVALHO, 2005, p. 01).

Nessa perspectiva, se manifestam na sociedade inúmeros conflitos decorrentes da questão social, os quais dizem respeito às desigualdades sociais produzidas pela sociedade capitalista, e encontram sua origem na contradição entre produção coletiva do trabalho e apropriação privada do produto desse trabalho. “Gera, assim, uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2001a, p. 16).

Pode-se afirmar que a sociedade do capital vai ainda mais além, descartando aqueles que não a interessam, como coloca Bauman, “outro aspecto, muito mais seminal – embora esteja longe de ser reconhecido e abordado –, é que na área do planeta comumente compreendida pela idéia de “sociedade” não há um compartimento reservado ao refugio humano” (BAUMAN, 2005, p. 21). O ser humano passou a ser tão descartável quanto os dejetos, os restos, o lixo.

As relações também são descartáveis, as pessoas se relacionam com o mundo de forma a rejeitar o outro, logo que o desejo cesse, tais relações se tornam quase “coisas”, mercadorias. “A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 1998, p. 41)

A sociedade capitalista acaba por coisificar as pessoas, dando a elas uma importância que não é relativa a si, mas ao que elas possuem ou podem oferecer ao outro, desvalorizando, desta forma, o indivíduo e suas relações com o outro.

No imaginário popular, ter um trabalho e subsistir a partir dele é fundamental, pois desta feita é possível entrar na ciranda da sociedade do capital.

O trabalho pro morador de rua é mais difícil por causa do preconceito (...), eu não arranjo um emprego por não ter roupas adequadas, um calçado bom. Com certeza se eu chegar numa entrevista de emprego vestindo essas roupas eles não vão deixar nem eu entrar, eles julgam pela aparência. (...) O morador de rua empregado, não precisava ser nem de carteira assinada, mas ele tendo um emprego fixo que tivesse uma boa renda ele deixaria de ser um morador de rua ou então só ele gostando muito da rua (Washington, 24 anos).

Deste modo, o homem é o primeiro ser que conquistou certa liberdade de movimentos em face da natureza. Através dos instintos e das forças naturais em geral, a natureza dita aos animais o comportamento que eles devem ter para sobreviver. O homem, entretanto, graças ao seu trabalho, conseguiu dominar, em parte, as forças da natureza, colocando-as a seu serviço.

Os animais também trabalham e produzem, porém somente para atender às exigências práticas imediatas, exigências materiais diretas dos mesmos ou de seus filhotes. Não podem, portanto, ser livres ao trabalharem, pois a atividade dos mesmos é determinada unicamente pelo instinto ou pela experiência limitada que podem ter. A grande diferença entre os dois reside no planejamento da ação, na capacidade que o homem tem de projetar seu trabalho, possuindo a escolha de como alcançar seus objetivos.

O trabalho é a condição de uma atividade concreta, condição básica de toda a história da humanidade, haja vista que a sociedade não para de consumir nem de produzir. As necessidades sociais e a maneira de como satisfazê-las são produtos históricos, portanto, criadas continuamente. “É uma atividade essencial do homem, sua atividade livre e consciente” (IAMAMOTO, 2001, p. 40).

Sob esse olhar, o trabalho humano é um trabalho, incontestavelmente, útil, sendo necessário para manter a existência material do ser e a sociabilidade entre os seres humanos. O aspecto reservado ao trabalho, tido como motor natural da sobrevivência, remete à reflexão sobre alguns pontos, tendo em vista que para a sociedade humana o trabalho tem uma carga importantíssima. São ancorados nesse

conceito vários sonhos, imaginários de mudança de vida, de saída de condição de crise, enfim, depositados, muitas vezes, as esperanças de um “milagre” que o indivíduo aguarda que aconteça.

No que tange especificamente ao morador de rua, o discurso da saída da rua está, muitas vezes, pautada nessa alegativa, sempre apontando para o resgate da sua dignidade outrora perdida, através da entrada no mercado de trabalho, certos de que sua trajetória de rua ou sua desgraça estão colocadas devido à falta de trabalho, e de que tudo poderia ser mudado, quase como num conto de fadas, caso uma oportunidade de trabalho lhes fosse oferecida.

Todavia, sabe-se que, na década de 80, houve o início da fase da descontração das relações formalizadas de trabalho em todos os níveis e setores da economia. Esse processo se agudiza no decênio posterior, quando o Brasil, marcado por uma nova ofensiva burguesa, vai adaptando-se ao capitalismo mundial, implicando diretamente no mundo do trabalho.

Diante deste quadro situacional, os anos 90 foram marcados pela desestruturação do mercado de trabalho, com a redução do emprego de carteira assinada e a expansão do desemprego e das ocupações em que não se estabelece um salário permanente, como por exemplo, empresas familiares, trabalhadores avulsos, vendedores ambulantes, guardadores de carros, entre outros. A drástica diminuição de ocupações nas áreas industriais, nesse período, também foi um fator que contribuiu para a expansão do exército de reserva (SILVA, 2006).

Houve uma mudança expressiva na sociedade e muitas categorias foram atingidas pelas transformações no mundo do trabalho advindas da reestruturação produtiva. Essas transformações são expressas por Pochmann (2001), quando coloca que, entre 1986 e 1997, os postos de trabalho que mais perderam espaço foram aqueles vinculados a uma maior qualificação profissional, em parte, ligada ao setor industrial, como por exemplo, as seguintes profissões: carpinteiros, trabalhadores em calçados, fiandeiras, técnicos eletricitas, alfaiates, modistas. A redução desses postos de trabalho contribuiu para o aumento do exército industrial de reserva, repercutindo no fenômeno da população em situação de rua¹⁶.

Em contrapartida, ainda segundo o autor, no mesmo período, outros postos de trabalho tiveram ampliação, abrindo espaço para os trabalhadores do

¹⁶ Esse elemento pode ser comprovado no cotidiano do nosso trabalho quando conversamos com os moradores de rua e eles informam suas antigas ocupações.

comércio, professores do ensino médio, trabalhadores da construção civil, garçons, padeiros, confeitheiros, trabalhadores da pecuária e agropecuária, telefonistas, trabalhadores de limpeza e conservação.

Em relação ao século XX percebe-se que:

A principal ocupação criada nos anos 1990 foi a de empregado doméstico, responsável por 23% de todas as vagas abertas. Logo depois vem a ocupação de vendedor, que respondeu por 15% do total de postos de trabalho abertos, seguido da construção civil (10%), dos serviços de asseio e conservação (8%) dos serviços de segurança (6%) (POCHMANN, 2001b apud SILVA, 2006, p. 165).

De acordo com o pensamento de Silva (2006), essas mudanças têm intrínsecas ligações com o fenômeno de se morar nas ruas durante este período, haja vista as pesquisas¹⁷ realizadas apontarem que as ocupações desenvolvidas pelos moradores de rua, antes de se encontrarem nesta condição, eram exatamente aquelas que perderam postos de trabalho, mas que exigia certa qualificação para seu exercício (eletricista, carpinteiro, sapateiro, pintor, manobrista, motorista etc). Por outro lado, quando adentraram no mundo das ruas, vincularam-se às ocupações cada vez menos qualificadas, para dar conta da sua necessidade de sobrevivência (catadores de materiais recicláveis, guardadores de carros, flanelinhas, engraxates etc).

Ainda sobre esse assunto, a autora, discorrendo sobre as idéias de Pochmann, afirma que a população de rua tem sempre atividades produtivas voltadas para segmentos ocupacionais não-organizados, como os acima descritos, estando estas ocupações subordinadas à dinâmica do capitalismo. Esse grupo populacional insere-se no exército industrial de reserva, principalmente no *lupem-proletariado* (parte da pobreza, que é apta ao trabalho, mas não exerce atividades trabalhistas devido às próprias características do sistema capitalista que não oferta vagas para todos).

Também o desemprego, um drama na trajetória dos indivíduos, é um aspecto relevante que faz as pessoas perderem, muitas vezes, o teto, a consideração social, e até mesmo a autoconsideração. A vergonha, a comiseração, o sentimento de derrota e desalento são dramas presentes nas pessoas que

¹⁷ Pesquisas realizadas em Porto Alegre (1994/1995), Belo Horizonte (1998), São Paulo (2000)

engrossam as estatísticas dos institutos de pesquisa. De acordo com o que coloca Forrester:

Não é o desemprego em si que é nefasto em si, mas o sofrimento que ele gera e que para muitos provém de sua inadequação àquilo que o define, àquilo que o termo “desemprego” projeta, apesar de fora de uso, mas ainda determinando seu estatuto. O fenômeno *atual* do desemprego já não é mais aquele designado por essa palavra, porém, em razão do reflexo de um passado destruído, não se leva isso em conta quando se pretende encontrar soluções e, sobretudo, julgar os desempregados (FORRESTER, 1997, p. 10)

O fato é que o desemprego não atinge apenas alguns setores da sociedade, é um fenômeno cruel e se dissemina ao passo que os indivíduos, vítimas desse sistema, são ludibriados por promessas fantasiosas de restabelecimento de trabalho, através de cursos profissionalizantes ou coisas do gênero. “Um exemplo disso são as instituições voltadas à qualificação e ao treinamento profissional, que atuam, muitas vezes, sem grande articulação entre si e de forma segmentada, gerando eficácia contestada” (POCHMANN, 2001, p. 125).

Entretanto, a discussão vai para além da capacitação para o mercado de trabalho. De acordo com Telles (1999) não há lugar para os desempregados e excluídos no momento atual do capitalismo globalizado. A pobreza revela a incapacidade de adequação ao progresso contemporâneo daqueles que por falta de capacitação ou/e competência se tornaram dispensáveis para sociedade, são os chamados “inempregáveis”.

Esse processo resulta na reflexão da marginalização impiedosa a qual leva o indivíduo a considerar-se responsável pela condição de degradação em que se encontra. Julgam-se indignos e não “enquadráveis” nos padrões exigidos pelos ditames da sociedade. Eles se acusam daquilo de que são vítima. “Pois não há nada que enfraqueça nem paralise mais que a vergonha (...) daí o interesse do poder em recorrer a ela e a impô-la; ela permite fazer a lei sem oposição, e transgredi-la sem temor de qualquer protesto”. (FORRESTER, 1997, p. 12). A população de rua é ainda mais estigmatizada, pois encarna as contradições básicas do modo capitalista de produção, isto é, a falácia que todos têm as mesmas oportunidades, e a evidência que a produção seja social e a apropriação dos ganhos seja individual, estando a população de rua no cerne da questão.

Os primeiros anos dos séculos XXI trouxeram a continuidade do

crescimento do setor de serviços, enquanto as indústrias enxugavam seus quadros de funcionários, além de adentrar na perspectiva da terceirização de alguns setores, como alimentação, limpeza e segurança. Muito embora os setores de serviços tenham absorvido os descartados pela indústria, não foi possível compensar o grande número de contingente de mão-de-obra, contribuindo para o aumento do desemprego no país. Muitas mudanças afetaram, em seu conjunto, o mundo do trabalho, manifestadas pela precarização das condições de trabalho, pela redução do emprego com registro em carteira, pelo aumento dos trabalhos temporários, pela redução da proteção social e pelo conseqüente agravamento da pobreza. Nesse contexto, se dá o acirramento da questão social, tendo como pano de fundo o fenômeno da população de rua que se expressa na sociedade contemporânea.

Outro aspecto importante a ser destacado é que qualquer discussão sobre população de rua deve se fundamentar nas alternativas que o poder público pode e deve oferecer a esse segmento enquanto política pública diante de uma situação tão delicada e complexa como esta, entendendo que esta questão leva efetivamente a outros meandros, como por exemplo, o desespero social que pode conduzir à droga, à violência, enfim, a um contexto desgastado do tecido social. Lembrando que o desemprego constitui um dos elementos de maior dificuldade de ordenamento no atendimento social, como se pode verificar na observação feita por Pochmann (2001):

Ao contrário de outras experiências de políticas públicas como em relação ao problema da doença e da ignorância, que registram a presença de sistemas de atenção à saúde e à educação, o desemprego no Brasil segue tratado como um problema menor, na maioria das vezes identificada pelas autoridades governamentais como de ordem individual, mais privado do que público. (POCHMANN, 2001, p. 124)

Desta feita, o discurso desgastado do morador de rua de que o trabalho lhe resgataria a cidadania, muitas vezes, é contestado veementemente pelos técnicos e profissionais da área, no sentido de indicarem que a relação do mesmo com o trabalho é importante em alguns aspectos para a superação da condição de rua. Entretanto, o seu comprometimento global é mais sério que apenas um elemento em questão, pois envolve posicionamentos perante a vida e sobre si, subjetividade, perda dos laços afetivos.

A solução dos problemas econômicos, elas não vão determinar isso, agora isso é interessante porque no discurso dos moradores de rua a questão econômica é que aparece como mais visível, só que nos atendimentos, nas conversas, enfim, nos atendimentos, agente percebe que existe uma questão maior, mas como a questão econômica é mais palpável é mais material, pela escassez das coisas materiais ela parece mais visível, mas as questões subjetivas elas são muito mais profundas e muito mais significativas na situação da rua que a questão econômica (Andréa Cortez, assistente social).

No que tange à perda dos vínculos familiares, o morador de rua apresenta um isolamento do núcleo familiar que gera sérias implicações, dentre elas, o fato de “não ter lugar no mundo”, não ter para onde voltar e ser amparado, isto é, gera um sentimento de estar sozinho no mundo¹⁸. Alguns têm problemas de dependência química (álcool e drogas), antes já mencionado, que os incapacita para o trabalho, problemas relacionados com transtornos mentais, sérios problemas emocionais e de relacionamento familiar que, em última análise, os afasta da dimensão da família.

Afora isso, deve-se considerar que a grande questão, realmente, reside no que vem sendo debatido pelo meio acadêmico nos últimos tempos, que é o fenômeno da exclusão. Deixou-se, portanto, de falar de pobreza e desigualdade social para se falar em “exclusão social”, por todos os setores da sociedade.

No debate acadêmico que ganhou força na década de 80 era fundamental a distinção entre pobreza e exclusão social que, como coloca Escorel (1999), à época era tido como conceito de “nova pobreza”. Essa denominação não se refere a uma nova forma de ser pobre, e sim a grupos populacionais que se pauperizaram em massa e que poderiam até estar inseridos socialmente através de benefícios assistenciais e do sistema econômico, mas que acabaram por juntarem-se aos já tradicionais pobres. Desta forma, houve o achatamento da classe média e muitos destes migraram para o lado mais fraco da balança.

A pobreza traz em si a questão da destituição, da falta, do não acesso à renda, a serviços de saúde, à educação, à habitação, entretanto, gera a expectativa de superação da condição de pobreza através do trabalho exaustivo, mas honesto, e da educação. Yasbek conduz esse debate dizendo que a pobreza “expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade e certamente não se reduz às privações

¹⁸ Isto é comprovado nos depoimentos dos moradores de rua o qual colocam, não raro, que o fato de serem órfãos (independente da idade que tenham) faz deles pessoas sem ninguém e sem rumo.

materiais. Alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas de sobrevivência” (1993, p. 62-63).

Nesse destaque, Castel (1998) favorece a denominação “desfiliação” em detrimento de exclusão social, já que para ele, em primeira análise, há uma ruptura da rede de integração primária, ou seja, sistema de regras que faz o grupo ter o sentimento de pertence ao local que se vincula e não uma expulsão da sociedade como um todo. O autor explica que

[...] exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas. (...) Os “excluídos” são, na maioria das vezes, vulneráveis que estavam “por um fio” e que caíram. (...) dos trabalhadores qualificados que se tornam precários, dos quadros bem considerados que podem ficar desempregados.(...) Encontram-se *desfilia*dos, e esta qualificação lhes convém melhor do que a de excluídos: foram desligados, mas continuam dependendo do centro (CASTEL, 1998, p. 569).

Outros autores também trazem para esse terreno fértil suas contribuições, que fazem deste debate uma discussão muito interessante de ser realizada, tanto que Reis e Schwartzman (2003) discorrem a respeito, relacionando exclusão social intrinsecamente à cidadania, dado o fato de os indivíduos viverem em sociedade e não terem acesso aos bens e aos serviços de cidadania. Já Singer (1999), coloca que a exclusão social é nada mais que a miscelânea dos vários processos de exclusão que a sociedade enfrenta, seja a questão de gênero, de raça, de religião, dentre outros.

Nesse contexto, a Política Nacional de Assistência Social (2004, p. 36) afirma que “além de privações e diferenças de acesso a bens e serviços, a pobreza, associada à desigualdade social e a perversa concentração de renda, revela-se numa dimensão mais complexa: a exclusão social”.

CAPÍTULO IV - A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL E OS MORADORES DE RUA DE FORTALEZA

Diante de todas as argumentações desenvolvidas até aqui, acredito que o morador de rua é um segmento excluído socialmente e concordo com as considerações de Escorel (1999), quando explica o mundo dos habitantes da rua a partir do processo de ruptura desde a precarização do trabalho até a expulsão do mercado. Esse processo de ruptura social é, sem dúvida nenhuma, um isolamento do mundo, das instituições, da família.

Deste modo, a exclusão social é um fenômeno que vem se agudizando e tomando corpo nos últimos anos, exigindo do Estado sua presença com respostas eficazes para a minoração dos efeitos funestos que possa causar. Para responder à sociedade, a forma que tem sido encontrada para o enfrentamento das questões que a assolam é a Política da Assistência Social, através de programas assistenciais diluídos nas demais políticas de saúde, educação, habitação, dentre outras.

As organizações não governamentais – ONG's – também são elementos importantes para o enfrentamento da pobreza, através da prestação de serviços, muitas vezes, nas lacunas deixadas pelo Estado. Algumas delas são subsidiadas pelo Poder Público que, conforme convênio firmado, repassa recurso para as mesmas executarem serviços sociais.

Muito em voga também estão as ações das empresas que se filiam à idéia de Responsabilidade Social Empresarial. Essas empresas apóiam a filantropia e a benemerência, fazendo doações de grandes vultos em dinheiro para alguma causa.

Realizar assistência aos pobres é uma prática que percorre os tempos e, segundo Geremek (1995), não tem como se especificar com precisão o seu nascedouro, entretanto, todas as sociedades recorrem a esse recurso.

Para Castel (1998), a assistência se constitui de práticas cujas funções se caracterizam pela integração, proteção e, atualmente, pela prevenção. Essas práticas devem ser aplicadas com rigor técnico, mesmo que minimamente, no intuito de haver uma intervenção positiva, em um local adequado.

Nos séculos XIV e XV, com o renascimento urbano e o desenvolvimento das cidades, a assistência para com os pobres passa a ser realizada pelas ordens

religiosas financiadas através do dízimo doado pelos fiéis. A Europa desse período passa por grandes mudanças conjunturais e a forma de se perceber a pobreza também se modifica, e, em decorrência do advento da ética protestante, há uma reorganização na maneira de se fazer assistência (ESCOREL, 1999).

Surgem novas regulamentações que proíbem a prática da mendicância, principalmente para aqueles considerados aptos fisicamente para o trabalho, desta forma, passaram a ser perseguidos duramente e reclusos em Hospitais Gerais, seguindo uma rotina pesada de trabalhos forçados e orações incessantes (SOUSA, 2008).

As contradições do sistema capitalista de produção trouxeram no seu bojo a pauperização em massa da população que passou a andarilhar também pela cidade, adicionando assim, novos pobres aos já existentes, desta forma, a assistência deixava de ser destinada apenas aos vagabundos, mas também se destinava àqueles que sucumbiram ante ao sistema.

No Brasil a assistência social sempre teve seu estatuto ligado ao aspecto residual, secundário e, de acordo com Pereira (2002), o sentimento de pena e comiseração sempre esteve intimamente ligado à trajetória histórica da assistência social.

Na década de 30 o Estado começa a modificar sua postura repressora ante a questão social no que diz respeito aos segmentos excluídos da população. Para isso, funda a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Essa instituição, surgida no governo de Getúlio Vargas, tinha por intuito auxiliar as esposas dos pracinhas que lutavam na Segunda Grande Guerra, bem como potencializar a opinião pública para o apoio à guerra (SOUSA, 2008). Com o fim do conflito mundial, a LBA acentua a sua linha de atuação em praticamente todas as áreas de assistência social para suprir as atividades básicas.

(...) a LBA é organizada sobre uma estrutura nacional (órgãos centrais, estaduais e municipais), procurando mobilizar e coordenar as obras particulares e as instituições públicas, ao mesmo tempo em que, através de iniciativas próprias, tenta suprir as brechas mais evidentes da *rede* assistencial (CARVALHO e IAMAMOTO, 1993, p. 258)

Essa instituição foi um terreno fértil para a proliferação da prática do assistencialismo e do clientelismo, tornando o usuário refém da ação da

subordinação através da concessão indevida de benefícios. Tornou-se também uma instituição tutelada pelas primeiras-damas do Estado que se deu desde a senhora Darcy Vargas (esposa de Getúlio Vargas) até Rosane Collor (esposa de Fernando Collor de Melo).

Essa relação de “primeiro-damismo” com a assistência social se perpetuou nas demais esferas de governo e perdurou durante muitos anos no Brasil, dando um caráter de não-política às ações da assistência social, e sim um tom de compadrio, caridade e alienação.

É nesse movimento da sociedade que a assistência social se coloca no desafio de se concretizar como política pública de direito, apontando no horizonte histórico o momento contemporâneo da política da assistência social. Surgem as grandes discussões acerca do projeto ético, político e filosófico da assistência, compreendendo que o aparato legal que integra um conjunto de ações determinam um viés condutor para essa categoria.

Na década de 80, a inclusão da Assistência Social enquanto direito social, na Constituição Federal, como “não-contributiva”, destinada a quem dela necessitar, foi um grande avanço. Entretanto, sua efetivação enquanto política só se dá em 1993 através da Lei 8743/93 – Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS, a qual previa princípios, definição, objetivos, diretrizes, financiamento entre outras coisas.

Nesse sentido, a LOAS, definida como uma política pública não contributiva que provê os mínimos sociais para quem dela necessitar, passa a ser direito do cidadão e não mais uma benesse ou uma prática ancorada no clientelismo e no paternalismo, liberando a população do constrangimento das antigas trocas de favores.

Em 1998 é aprovada a Política Nacional de Assistência Social que visava estabelecer diretrizes, objetivos, princípios e estratégias para as ações da Assistência Social.

Nesse sentido ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista, ou ainda, tão só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais. O desenvolvimento depende também da capacidade de acesso, vale dizer da redistribuição, ou melhor, distribuição dos acessos a bens e recursos, isto implica incremento das capacidades de famílias e indivíduos (BRASIL- POLÍTICA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2005, p.16).

Essa política tem uma proposta inovadora de redefinição de conceitos, inserção, promoção, proteção e prevenção, discutindo setores antes relegados ao limbo. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social:

Por sua vez, ao agir nas capilaridades dos territórios se confrontar com a dinâmica do real, no campo das informações, essa política inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas – **população em situação de rua**,¹⁹ adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência (BRASIL- POLÍTICA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2005, p.16).

A Política Nacional da Assistência Social deve ser entendida como política pública de conteúdo próprio e ser tratada com competência e conhecimento de causa, tendo em vista desvincular-se do caráter apenas de provisão social, ou seja, como ação mecânica de distribuição de sustentáculos compensatórios desvinculados de um eixo norteador.

Deve-se abandonar a tendência definidora a qual baliza a antiga idéia que a assistência social tem por alvo apenas a pobreza absoluta. Portanto, não se pode reduzir a assistência social a prover situações de destituição plena ou a operacionalização da “caridade oficial”, muito pelo contrário, deve-se incluir serviços, programas e projetos. Segundo Aldaíza Sposati, o Estado deve responsabilizar-se pela efetivação dos direitos dos cidadãos e, na mesma medida, ser gestor estratégico, fornecedor de recursos, regulador e produtor direto de serviços, bem como deflagrar o processo da inclusão social na sociedade. “É possível e necessária uma política ativa de assistência social que resignifique a vida, a dignidade, a resistência, o empowerment dos ainda estruturalmente excluídos” (SPOSATI, 2004, p. 44).

Complementa ainda esse arcabouço legal a Norma Operacional Básica – SUAS – que normatiza o Sistema Único da Assistência Social.

Corroborada pela implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS – estabelece padrões de serviços de proteção²⁰, diferenciando as funções

¹⁹ Grifo nosso

²⁰ De acordo com o SUAS, a Proteção Social Especial tanto de média complexidade, como de alta complexidade, onde podemos situar nosso público em questão pode ser definida como a modalidade de atendimento às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social em decorrência de abandono, maus

que desempenham, dando ênfase na territorialização e no universo de pessoas que desses serviços de proteção necessitam e sua complexidade, dividindo-os da seguinte forma:

I – Proteção Social Básica

II – Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social de Alta Complexidade.

A Proteção Social Básica tem por objetivo a prevenção e o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, no sentido da busca do desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos e grupos. As atividades são desenvolvidas pelo CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, conhecido como “porta de entrada da assistência”, sob a perspectiva da autonomia e do protagonismo, segundo as vulnerabilidades do território.

Quanto à Proteção Social Especial, ela tem por natureza o resgate dos vínculos desgastados, exigindo do Estado uma atenção integral e complexa, já que diz respeito direto ao sistema de garantia de direitos. São atendidos indivíduos em situações de violação de direitos e cujos laços familiares e comunitários estão fragilizados e/ou já não existem mais, em decorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, situação de rua entre outros.

Os serviços socioassistenciais no SUAS são organizados segundo a Vigilância Social, que refere-se aos indicadores e índices territorializados de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais; a Proteção Social, quanto à segurança de sobrevivência, de convívio, de acolhida; a Defesa Social e Institucional, que diz respeito a direitos assegurados ao usuários, como por exemplo, atendimento digno, direito à informação, direito ao protagonismo, à oferta qualificada de serviço, à convivência familiar e comunitária.

Sua base organizacional se dá através da Matricialidade Familiar, Descentralização Político-Administrativa e Territorialização, Novas Bases para a Relação entre o Estado e a Sociedade Civil, o Financiamento, o Controle Social, exercido pelos conselhos de direito e as conferências, a Política de Recursos

tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimento, às famílias, seus membros e aos indivíduos com direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Já os serviços de alta complexidade garantem proteção integral: moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido. Eles se dirigem às famílias, seus membros e indivíduos que se encontram sem referência e/ou ameaçados e, nestas condições, necessitem ser retirados de seu núcleo familiar e comunitário.

Humanos, a Informação, o monitoramento e a avaliação.

No município de Fortaleza, a política da assistência social é uma política de direito voltada todos, entendendo alguns segmentos como público prioritário. Nesse sentido, os moradores de rua saem da “invisibilidade” e passam a ser compreendidos como uma categoria a ser atendida prioritariamente.

Entretanto, a política da assistência social compreende que o não tutelamento desse segmento é fundamental para possibilitar o impulsionar dos mesmos a novos horizontes.

Trabalhar a perspectiva do empoderamento na categoria dos moradores de rua não é somente mais um conceito “morto” a ser incluído e, sim, refere-se a esforços para promover uma mudança social efetiva como processo de afronta aos desequilíbrios dos grandes poderes e apoiar aos desprovidos de poder. Segundo Oakley (2003),

O empoderamento não é simplesmente uma terapia para fazer com os pobres se sintam melhores com a sua pobreza, nem é simplesmente apoio às “iniciativas locais” ou fazer com que tenham mais consciência política. Em consequência, não assume que as pessoas estejam totalmente desprovidas de poder, ou que não existam redes prévias de solidariedade e resistência através das quais os pobres confrontam-se com as forças que ameaçam suas condições de vida. Ao contrário, o empoderamento está relacionado a uma “mudança positiva” nos indivíduos e nas comunidades, e em um sentido estrutural, à organização e à negociação. (OAKLEY, 2003, p. 13)

Historicamente, em Fortaleza, as instituições de atendimento aos moradores de rua, em sua maioria, estão ligadas às igrejas e às diversas religiões, atravessadas pelo compadrio, emolduradas pela caridade e pelo amor ao próximo. Se não são realizadas por organizações, tais ações, muitas vezes, são realizadas por indivíduos motivados por questões de foro íntimo. Normalmente, ligadas à emergência do voluntariado, as atividades mais desenvolvidas são a distribuição de sopa, comida, roupa, corte de cabelo, calçados, remédios, cestas básicas, tudo permeado pelo mais profundo sentido cristão.

Pode-se vincular tal situação ao dismantelo da assistência social no município de Fortaleza, já que por décadas esse segmento ficou completamente esquecido pelo poder público o qual foi substituído pelos organismos religiosos. Em Belo Horizonte, por exemplo, referência nacional quanto à política para moradores

de rua, a atuação das religiões é forte, entretanto, a organização política do segmento se dá de forma organizada, o que dá outro tom ao movimento. (MDS, 2006).

A assistência social, ao se definir como política que vai exercer proteção social, tendo esse público como prioritário, terá que manter um diálogo franco e aberto com essas instituições, que ao longo dos tempos ocupou o espaço que o poder público renegou. Há de se reconhecer o papel fundamental, apesar do cunho religioso que possam carregar de alguma sorte, que essas instituições desempenharam e desempenham, além da metodologia de trabalho que desenvolveram ao lidar com esse público.

O desafio está em estabelecer parceria entre o poder público e as organizações não governamentais, no sentido de fazer delas grandes contribuintes para a implementação da Política Nacional da Assistência Social- PNAS, como um direito do cidadão e não como extensão de ato de caridade, tendo em vista que essas organizações têm tónus histórico de trabalho com os moradores de rua que deve ser respeitado e aproveitado.

É importante salientar que trabalhar com o segmento moradores de rua, expressão do refugo humano, de acordo com Bauman (2005), deve dar-se numa perspectiva emancipatória, pautada na liberdade de escolhas e da cidadania, rechaçando o tutelamento e o compadrio.

4.1. POLÍTICA PÚBLICA PARA MORADORES DE RUA: CONSTRUINDO UM DESENHO

No ano de 2007, após várias lutas da categoria e articulações políticas, surge no cenário de Fortaleza a Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, evento histórico de reconstrução da assistência social no município após longos anos de desmantelamento.

A Secretaria Municipal de Assistência Social tem por finalidade coordenar a Política Municipal de Assistência Social, através da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da formulação de políticas, elaboração de diretrizes gerais e da identificação de prioridades as quais deverão nortear ações

visando o desenvolvimento social e a melhoria das condições de vida da população.

A SEMAS se estrutura de acordo com o SUAS – Sistema Único de Assistência Social em três eixos: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Gestão do Sistema Único de Assistência Social.

A Proteção Social Básica tem por objetivo prevenir as situações de risco social com base no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e a promoção da inclusão social por meio de ações voltadas às famílias e aos cidadãos, como já dito anteriormente.

Os programas, projetos, serviços, ações e benefícios da Proteção Social Básica são:

- Centro de Referência da Assistência Social – CRAS;
- Núcleos de Benefícios Eventuais;
- Revisão e Avaliação do Benefício Prestação Continuada – BPC;
- Programa Bolsa Família;
- Projeto de Inclusão Produtiva para Mulheres do Programa Bolsa Família;
- Serviço de Ação Continuada – SAC da PSB;
- Programa de Proteção Social Básica ao Idoso;
- PROJOVEM Adolescente.

Quanto à Proteção Social Especial, é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras, também já explanado acima.

Os programas, projetos, serviços, ações e benefícios da Proteção Social Especial são:

- Centro de Atendimento à População de Rua;
- Albergue para a População de Rua;
- Casa de Passagem;
- Programa Municipal de Prevenção, Atendimento e Acompanhamento às Pessoas Idosas Vitimizadas;
- Núcleo de Atendimento à Pessoa Idosa Vitimizada;
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;

- Projeto FALA FAVELA;
- Atenção Socioassistencial às Famílias em Área de Risco Habitacional;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (parceria com FUNCI)
- Serviço de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (parceria com FUNCI);
- Centro de Referência da Mulher (parceria com Coordenadoria da Mulher);
- Casa Abrigo para Mulheres em Eminente Risco de Morte (parceria com Coordenadoria da Mulher).

Essa proteção tem especificidades, já que dentro da secretaria é um setor relativamente novo, portanto, embrionário. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e o Serviço de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes são executados diretamente na FUNCI – Fundação da Família e Criança Cidadã, órgão ligado a SEMAS, e monitorado pela mesma.

O Centro de Referência da Mulher e Casa Abrigo para Mulheres em Eminente Risco de Morte, equipamento sociais ligados à Coordenadoria da Mulher, também estão na mesma condição de parceria com a Proteção Social Especial - PSE.

Já o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, atualmente, encontra-se em fase de implantação, contratação dos profissionais e funcionará descentralizado nas seis secretarias executivas regionais. Os programas e projetos de execução direta da PSE são o Centro de Atendimento à População de Rua e o Núcleo de Atendimento à Pessoa Idosa Vitimizada. Os projetos Albergue para a População de Rua e Casa de Passagem (chamado de Casa das Violetas) estão em processo de implantação e planeja-se sua implementação para o segundo semestre do ano de 2008. O Projeto FALA FAVELA apesar de ser fortemente aplicável, ainda se apresenta como proposta que depende de articulação política.

O Centro de Atendimento à População de Rua, o Albergue para População de Rua e a Casa de Passagem integram uma gama de equipamentos sociais que são propostas de retaguarda de acolhimento à população de rua.

Consoante a proposta da Secretaria Municipal de Assistência Social em construir através de parceria com outros órgãos municipais, estaduais e da sociedade civil, uma Política Pública destinada à População de Rua da cidade de

Fortaleza com o intuito de garantir autonomia, qualidade de vida e superação dessa situação excludente, num processo de discussão com esses atores, onde exigiu grande esforço técnico, teórico e prático, os diversos parceiros estiveram presentes e incansáveis, a fim de elucidar informações sobre o tema e trazer contribuições.

Nessa perspectiva, foi criada a proposta da Política Intersetorial de Atenção à População em Situação de Rua discutida, acordada e articulada com as diversas secretarias municipais de acordo com os seguintes eixos: Assistência Social, Saúde, Habitação, Trabalho e Geração de Renda, Educação, Qualidade de Vida e Desenvolvimento Sustentável, Arte e Cultura²¹.

Cada eixo traz em si uma proposta definidora de elementos pensados para/com o segmento morador de rua, tão antigo, mas ambigualmente tão novo para as políticas públicas.

No que concerne à Assistência Social o definido foi: articular todas as áreas envolvidas na construção dessa política com o movimento organizado da população em situação de rua e com as organizações da sociedade civil que trabalham com este segmento; sensibilizar os moradores da cidade conjuntamente com os demais atores envolvidos para o enfrentamento dessa problemática, utilizando como estratégia campanhas educativas e os meios de comunicação de massa; implantar uma Rede de Serviços Especializados da PSE: o Centro de Atendimento à População em Situação de Rua, Albergue, Abrigo e CREAS, na perspectiva de garantia da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade; articular com a PSB a garantia de atendimento e inclusão desse segmento nos programas, projetos e benefícios da Assistência Social, além de propiciar a inclusão produtiva e a reconstituição dos vínculos familiares.

Através das discussões com os gestores da política da saúde as articulações foram definidas da seguinte forma: garantir atendimento específico para a população de rua com transtorno mental e problemas com álcool e drogas através dos serviços especializados como Centro de Atendimento Psicossocial-CAPS's Geral e AD's (Álcool e Droga), Albergues Terapêuticos, Serviços de Desintoxicação e Atendimento à crise em Hospitais Gerais; inserir a População de Rua na Rede de

²¹ Importante destacar que alguns desses eixos (com exceção de qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, arte e cultura) foram apontados pelos próprios moradores de rua como fundamentais para ações voltadas para eles, por ocasião dos grupos focais. Posteriormente, por sugestão dos parceiros foi incluído o eixo Violência Urbana.

Atenção Básica de Saúde com garantia de atendimento específico pelas equipes das unidades básicas de saúde e Programa Saúde da Família-PSF's, com foco nas principais problemáticas como tuberculose, hepatites, doenças sexualmente transmissíveis-DST's/AIDS e outras; articular e inserir os diversos profissionais e atores envolvidos no atendimento a essa população na Rede de Redução de Danos da cidade, buscando ações preventivas e interventivas diante das principais problemáticas; qualificar os profissionais que trabalham diretamente ou indiretamente com o segmento por meio de capacitações em saúde mental, álcool e drogas, redução de danos, dentre outros temas relevantes; garantir pronto-atendimento de média e alta complexidade na rede de saúde especializada e hospitalar para quem dele necessitar.

Outra política municipal pactuada diz respeito à política habitacional, onde se deve prever a priorização da população de rua atendida pelo Centro de Atendimento à População de Rua, equipamento social da assistência social municipal de atendimento aos moradores de rua, levando em conta sua condição de autonomia para inserção em programas habitacionais de concessão de moradias populares.

No que diz respeito à política da Educação, a proposta é oferecer e inserir a população de rua adulta em turmas de alfabetização e letramento, garantindo um processo educativo que reconheça as especificidades desse público; garantir às crianças e aos adolescentes que vivem nas ruas, em articulação com a assistência social/FUNCI e os conselhos de direito, inclusão e acolhimento no sistema formal de ensino em qualquer momento, além de proteção social e efetivação dos seus direitos; ofertar, no espaço de referência desse segmento, vagas para inserção dos jovens em situação de rua no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pró-Jovem Adolescente, Pró-Jovem Urbano e Pró-Jovem Trabalhador); sensibilizar e capacitar os professores da Rede Municipal de Ensino com metodologias de trabalho apropriadas para esse público, além de novas referências que superem o preconceito, o estigma e o assistencialismo na relação com os sujeitos.

Quanto à Qualidade de Vida e Desenvolvimento Sustentável, é fundamental: reconhecer os catadores de materiais recicláveis como agentes ambientais estratégicos na construção de uma cidade sustentável; construir em articulação com as demais áreas envolvidas um Programa Municipal de Coleta Seletiva, na perspectiva de geração de renda e auto-organização dos trabalhadores

envolvidos; oferecer e sensibilizar a população da cidade e a população em situação de rua práticas educativas ambientais, pensando no cuidado com a cidade, com meio ambiente e consigo mesmo, na perspectiva de uma melhor qualidade de vida e de um desenvolvimento sustentável da cidade; garantir a participação dos catadores de materiais recicláveis organizados ou não em projetos municipais, pensando no seu papel estratégico e ambiental, mas também, de garantia de geração de renda para sua sobrevivência.

Outra pactuação importante é relativa ao eixo Arte e Cultura no sentido de equacionar um equipamento social como um espaço de referência que promova a compreensão das múltiplas linguagens, evidenciando a dimensão da arte e da cultura como possibilidade do desenvolvimento social criativo, relacional e articulador; de trabalhar na população de rua suas potencialidades artísticas e culturais, no sentido de empoderá-los para a produção cultural nas artes cênicas, visuais, plásticas, dentre outras linguagens, reconhecendo a arte e a cultura como importante vetor de inclusão social; de potencializar a produção, organização e cooperação dos artistas que vivem na/e da rua, na perspectiva de auto-gestão e constituição da autonomia financeira desta população por meio dos preceitos da sócio economia solidária.

No que concerne ao eixo Trabalho e Geração de Renda, as articulações ficaram no âmbito da qualificação profissional para a população de rua, tendo em vista suas especificidades, limites e capacidades, bem como, potencializar a organização deste segmento em grupos produtivos e solidários com base nos preceitos da sócio economia solidária, buscando sua autonomia financeira; contribuir para organização e execução de uma política pública específica destinada para os catadores de materiais recicláveis, na perspectiva de potencializar tanto sua organização (cooperativas e associações) como a geração de renda por meio da reciclagem; participar dos Programas, Projetos e Ações de enfrentamento ao trabalho infantil e/ ou insalubre, assim como, pensar junto com os atores envolvidos outras estratégias para aqueles/as que já estão nesta condição, mas que precisam sobreviver. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2008).

O desafio consiste em consolidar esta política, tendo em vista a especificidade e a particularidade da assistência social diante da perspectiva da

intersetorialidade²². Não que sejam incompatíveis, mas é uma teia relativamente difícil de tecer, com vistas nas relações e interfaces do poder público. Nessa perspectiva, alguns teóricos discutem essa questão sob o prisma da intersetorialidade. Para Sposati (2004),

A questão do âmbito de cada política social supõe a divisão institucional de gestão combinada com o âmbito de cada esfera e instância do poder (Judiciário, Legislativo, Executivo, União, governo estadual e Prefeitura). Nesse desenho as políticas sociais ainda combinam o caráter próprio, o complementar dos diferentes modelos de gestão. Estes podem conter mecanismos de gestão intersetorial que, em geral, são articulados com gestões descentralizados, territorializados e equânimes, isto é, respeitam a diferenciação, a heterogeneidade e a equidade (SPOSATI, 2004, p. 52).

É um ponto nevrálgico a questão da intersetorialidade. Muitas vezes, resolvidas em gabinetes e demandadas por decretos, o ponto nodal não se encontra por traz de birôs, está muito mais na capilaridade das ações. Os comportamentos, os valores também precisam ser resignificados, as atuações isoladas ainda são ações enfraquecidas que não dão conta da totalidade. Leva tempo para desconstruir e reconstruir, principalmente “na ponta” (local final de atendimento), outra postura dos profissionais quanto aos moradores de rua, já que historicamente esse segmento sempre esteve à margem da sociedade, sem poder acessar os serviços públicos e básicos, devido a uma série de questões.

Outro aspecto importante também a ser pautado nessa discussão, diz respeito às competências ao que concerne cada secretaria. O morador de rua é um cidadão que está desenraizado, ex-patriado de si próprio, e que perdeu vínculos com as instituições, todavia continua sendo um cidadão que carrega em seu cerne direito e necessita exercê-lo em sua plenitude. Todos os setores do poder público devem assumir essa demanda para si e trabalhar na perspectiva da intersetorialidade para dar respostas eficazes à sociedade civil, entretanto, não raro, observa-se a responsabilidade do atendimento sendo entregue à Assistência Social, como se as outras políticas públicas não pudessem assumir o segmento morador de

²² Intersetorialidade é a articulação entre sujeitos de setores sociais diversos e, portanto, de saberes, poderes e vontades diversos, para enfrentar problemas complexos. É uma nova forma de trabalhar, de governar e de construir políticas públicas que pretende possibilitar a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais para produzir efeitos mais significativos na população. Disponível em http://www.redeunida.org.br/producao/div_interset.asp acesso 01/07/2008.

rua. Acerca desse aspecto, a Coordenadora do Centro de Atendimento à População de Rua coloca:

Que Política Intersetorial de Atenção à População de Rua? Na realidade eu vejo essa política como um acordo fixado entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e outros órgãos, né, da Prefeitura, mas que na realidade sobrecarregou a secretaria, de uma certa forma, e principalmente o Centro de Atendimento à População de Rua, porque eu acho que as outras instâncias não estão ainda abertas prá esta população de rua, estão extremamente resistentes(...)

A Política Intersetorial de Atenção à População de Rua se gesta nesse movimento contraditório da sociedade, à proporção que as demandas vão se colocando e que o poder público vai tentando dar respostas com vistas às cobranças societárias e da própria questão social que, ora se apresenta a olhos vistos, em cada baixio de viaduto da cidade, à mesma proporção vai se moldando ao tempo das instituições e pessoas que fazem essas instituições.

4.2. A REDE DE ASSISTÊNCIA

Diante disto, em novembro de 2007, iniciou o trabalho do Centro de Atendimento à População de Rua, primeiro trabalho com os moradores de rua de Fortaleza, executado de forma direta pelo poder público municipal, tendo em vista já haver repasse de recurso através de convênio com o Instituto Jesus Meu Abrigo, conhecido como Albergue Shalom para atendimento desse segmento.

O seu objetivo consiste em atender à população que vive e mora nas ruas, instrumentalizando um espaço coletivo que integre projetos, programas e serviços, contribuindo para o resgate da cidadania e dignidade deste segmento, oportunizando a superação da situação de vivência na rua.

Tem como frentes de atuação realizar trabalho de busca ativa nas ruas em termos de abordagem acolhedora, conversas e sondagem de expectativas; acolher aos usuários, com posteriores encaminhamentos a serviços conforme a demanda; prestar atendimento socioassistencial e psicossocial através de grupos de convivência, grupos terapêuticos e grupos operativos no intuito de empoderar os

indivíduos como cidadãos de direitos; trabalhar junto às famílias a promoção da convivência familiar e comunitária cujos vínculos estejam fragilizados ou rompidos; oferecer atendimento psicossocial individual por meio das demandas apresentadas; ofertar oficinas temáticas e cursos para qualificação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho para os que assim desejarem; viabilizar alimentação e acesso à higienização aos moradores participantes das oficinas e cursos ofertados pelo centro; desenvolver ações para incentivar a organização de grupos produtivos na perspectiva da socioeconomia solidária; apoiar e incentivar os usuários à organização social e comunitária (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2008).

Entretanto, as atividades iniciaram longe do que se imagina como ideal, já que este ideal, muitas vezes, habita, na verdade, o inconsciente e o imaginário simbólico, do que mesmo a realidade concreta e crua do cotidiano. Os trabalhos começaram numa sala, na sede da SEMAS, com muitas dificuldades e limitações, sendo necessária adaptações para realização das ações, que por questões espaciais, as atividades propostas no planejamento foram, temporariamente, adiadas.

No mês de abril de 2008, após reforma e adaptações realizadas no prédio alugado para ser o CAPR, localizado à rua Rodrigues Júnior nº 1170, Centro, o serviço foi deslocado para lá, onde comportaria as atividades anteriormente propostas. E, atualmente, funciona com a capacidade de duzentos atendimentos por mês. Entretanto, na rua, a rede de informações dos próprios moradores de rua é eficaz, o que fez com que o número de usuários aumentasse rapidamente.

Esse serviço foi pensado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social²³, baseado no modelo exitoso de Belo Horizonte, cuja política voltada para população de rua já antecede Fortaleza em, pelo menos, dez anos de experiência.

²³ Na cidade de Fortaleza, só a partir de 2006 que se inicia um processo de construção de uma política de atendimento voltada especificamente para a população de rua adulta. Os passos iniciais foram dados quando a Assistência Social do município ainda era executada pela Coordenadoria de Políticas Públicas de Assistência Social (CASSI), com a criação do Grupo de Trabalho Morador de Rua – GT Morador de Rua, que congregava inicialmente, a própria Coordenadoria, hoje Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS); e a Secretaria Executiva Regional II (SERII), representado pelo Distrito de Assistência Social. Apenas duas técnicas e três estagiários para pensarem uma política voltada para um segmento tão complexo e heterogêneo (SOUSA, 2008, p.80).

A prefeitura municipal de Belo Horizonte na área de atenção à população de rua é referência nacional. E a Gerência da Coordenação das Ações para População de Rua através Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social realiza ações de atenção a esse segmento. Os serviços oferecidos são: abordagem de rua, albergue noturno municipal, República Reviver, República Maria Maria, campanha de inverno Agasalhe BH, serviço de acompanhamento sócio familiar no domicílio/Bolsa Moradia, Centro de Referência da População de Rua.

Algumas parcerias são travadas com organismos da sociedade civil, tendo em vista a organização societária e a organização do movimento dos próprios moradores de rua. Vale ressaltar, ainda, que estão fortemente presentes as figuras das diversas religiões, mesmo com a intervenção do Estado. São elas: Pastoral de Rua da arquidiocese de B.H, Grupo Espírita “O Consolador”, Sociedade São Vicente de Paulo, Sopão Mineiro, Postos de arrecadação de doações. É importante reiterar aqui a importância histórica que essas instituições travaram ao longo dos tempos, desenvolvendo trabalhos caritativos com a pobreza e os excluídos, devido à ausência do Estado.

A política para população de rua em Belo Horizonte teve início em 1993, tendo como público prioritário pessoas adultas sozinhas ou famílias em situação de rua e que, portanto, utilizam de logradouros públicos como local de moradia e sobrevivência. O objetivo desta política pauta-se em construir alternativas de saída das ruas através de atendimentos de uma rede de serviços que proporcionam proteção, promoção, acesso e convivência.

O Centro de Referência da População de Rua de Belo Horizonte, entitulado pelos próprios moradores de rua de “Portão Azul”, segundo o coordenador Jadir de Assis (informação verbal) ²⁴, por ter realmente esse elemento, e para alguns representar a “passagem para outro mundo”, que não o da rua, foi criado em 1996 como uma conquista da população de rua no Orçamento Participativo.

Constitui como objetivo um espaço de referência, de encontro, de socialização e de acompanhamento social para a população em situação de rua, bem como fomentar a idéia da construção de um projeto de vida com vistas à saída das ruas. Suas ações estão no âmbito da disponibilização de serviços de guarda-

²⁴ Informação dada pelo Coordenador Jadir de Assis na I Capacitação sobre Política de Atendimento à População de Rua realizada pela SEMAS em 05 a 08 de novembro de 2007.

volumes, higienização, lavanderia, oficinas sócio-educativas, atendimento, acompanhamento e encaminhamentos sociais, propiciando oportunidade de convivência, integração, organização da população, discussão de questões pertinentes à situação de rua e disponibilizando referência de endereço.

O município de Belo Horizonte tem uma rede de atenção aos moradores de rua que facilita a organização comunitária desse segmento, por iniciativa municipal em parceria com os diversos organismos da sociedade civil e a universidade, realizaram o 1º Censo de População em Situação de Rua, em 1998 e o 2º Censo da População de Rua e Pesquisa Qualitativa iniciada em 2005 e finalizada no ano subsequente.

Em São Paulo, o Poder Público Municipal, em 1997, lança um projeto de Lei 12.316 de 16/04/1997, regulamentado pelo Decreto 40.232 de 02/01/01 que estabelece a obrigatoriedade da manutenção dos serviços de atendimento a moradores de rua, como Casas de Convivência, albergues, oficinas, restaurantes comunitários, e, ainda, a publicação anual do Censo dos Moradores de Rua de São Paulo (Lei 12.316 – Prefeitura Municipal de São Paulo).

Um aspecto importante levantado por Sposati (1998), no que tange à organização da população das ruas, no final da década de 1970, tendo como pano de fundo a luta contra a ditadura militar pela democracia, há uma travessia incipiente da condição de pedinte individual para coletivo, um segmento da população com necessidades comuns, não raro, questões habitacionais. Ainda segundo a autora, é somente na década seguinte que os moradores de rua começam a andarilhar de forma mais consistente, passando a ser reconhecido não mais só pela caridade, mas pelo reconhecimento público. Esse reconhecimento significa a travessia da condição de excluídos para o de alcançáveis pelas políticas públicas, o que fica ainda mais notório na década de 1990.

Sob vários pontos de vista, compreender e conceituar esse segmento é de certa maneira, muito denso e complexo, tanto pela conceituação em si como pela dimensão e amplitude do que venha a ser esse segmento. Diante disso, foi pactuado, entre os diversos organismos que compuseram o 2º Censo, que a definição utilizada para a população em situação de rua seria:

Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem a garantia da sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas

nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006, p. 24).

Esse ator social costuma ser contraditório em sua vida, carregando em si esse estigma na forma de se apresentar ao mundo no desalinho do corpo, no cheiro forte que exala. Alguns autores consideram que essa condição de estada na rua passa por estágios que vão se cronificando conforme a relação que o indivíduo estabelece com a rua.

Para Vieira (1992), há uma distinção entre “Ficar na Rua, Estar na Rua e Ser da Rua”, onde o primeiro reflete o estado de degradação, de quem está sem recursos para pagar um lugar para morar, não consegue vaga em albergue público e este estado é fruto de desemprego. Geralmente esses indivíduos sentem-se desvalorizados, têm muito medo de dormir ao relento, buscam ajuda nos serviços de assistência social e rejeitam, violentamente, a identificação com a figura do morador de rua. As pessoas que Estão na Rua, desalentados, adotam a rua como seu local de dormida e não a consideram tão perigosa assim. Iniciam uma relação com os demais indivíduos de rua e passam a freqüentar locais de distribuição de alimentação gratuita, bem como as instituições assistenciais. Entretanto, ainda tentam se diferenciar do conceito de morador de rua, apresentando-se como trabalhador desempregado. Já para os que São da Rua, esse processo já se cronificou e sedimentou, não que seja impossível romper com os laços que os prendem à rua, mas, de forma geral, o depauperamento físico e mental já os acometeu de forma que a droga, o álcool, a resignificação das relações sociais se estabeleceram. E, freqüentemente, recorrem ao discurso *do trabalhador que perdeu os documentos*.

Essas pessoas excluídas socialmente passam a ter experiências individuais de precarização dos vínculos com o mundo do trabalho, associada ao rompimento dos vínculos familiares e comunitários, obviamente não tendo só isso como elemento fundante no trato da questão. A isso, Escorel dialoga com os demais autores, colocando que se configura como o processo de desqualificação social, fase em que “são destacadas as transformações das condições de vida e das identidades sociais do indivíduo (...) que estabelecem relações típicas com os serviços de assistência social” (ESCOREL, 1999, p. 56).

Interessante se colocar que esse grupo populacional é tão heterogêneo

que pode surpreender. Faço, portanto um recorte temporal, e compartilho uma experiência vivida, individualmente, quando parada na via pública por ocasião de um semáforo²⁵, fui surpreendida por um morador de rua que se apresenta sempre vestido com roupas de Papai Noel, sexagenário. Ele me abordou, solicitando esmola e como eu não desse, pediu voto. Imediatamente imaginei que algum candidato a cargo político (estávamos em época de pleito) aproveitava-se da condição de vulnerabilidade daquele indivíduo para fazer propaganda de si, quando ele me apresentou um “santinho” com seu nome. “Um voto por uma outra política”, esse era o título do texto que divulgava as qualidades, cito escritor e artista de teatro, do então morador de rua e candidato a vereador da cidade de Fortaleza. Lembrei, então, de uma antiga reportagem que houvera lido anos atrás sobre este senhor, o qual afirmava que por opção vivia nas ruas pregando a doutrina de Buda e desapego das coisas materiais. Sua família é oriunda do bairro do Henrique Jorge e deseja tê-lo de volta ao lar, sem muito sucesso. Muito embora tenha escolhido esta vida para abraçar, não consegue acessar as políticas públicas e depende da ajuda alheia para sobreviver nas ruas.

É improvável afirmar se realmente esse indivíduo fez uma escolha de vida, deixando para trás todas as relações que construiu e estabelecendo uma nova trama de relações com a rua, ou ainda se o que ele apresenta é um quadro de transtorno mental aliado a outros fatores comprometedores de sua saúde mental.

Para Pimentel (2005), a rua oferece teias de relação que não são raras de serem vistas, e que se estabelecem a partir de uma Rede de Solidariedade. Ela está presente no tecido social brasileiro e tem grande importância para a formação, ampliação, mobilização e distribuição de recursos para as famílias, grupos e pessoas carentes, mas também se apresenta ligada à idéia de interdependência entre os membros da sociedade. É a noção de rede e de troca, de laços de dependência mútua entre os indivíduos.

Muitos moradores de rua movimentam-se na cidade conforme a dinâmica da Rede de Solidariedade, isto é, ao acordar tomam café na praça (sobra de pão do sopão do dia anterior), almoçam no Dispensário dos Pobres (mais conhecido como almoço da Irmã Inês), jantam a sopa dos diversos movimentos religiosos que passam, diariamente, pelos pontos de distribuição na cidade. Estabelecem um elo

²⁵ Avenida 13 de maio com avenida da Universidade

quase visceral com essas instituições.

Na cidade de Fortaleza, elencam-se algumas instituições da sociedade civil organizada que trabalham com esse público e desenvolvem algum tipo de atividade para os moradores de rua, desde distribuição de sopa até o albergamento, quais sejam: Casa Verde, Casa da Sopa, Abrigo Jesus Meu Amigo/Albregue Shalon, Volta Israel, Amigos Franciscanos, Refeitório São Vicente de Paula, Obra Lúmem, Comunidade Recado, Instituto Reluz, Toca de Assis (Feminina e Masculina), HAP Vida/ Fundação Ana Lima, Pastoral do Povo de Rua.

Existem também as iniciativas solitárias de cidadãos anônimos ou não, motivados pelo mais diversos sentimentos que se colocam como auxiliares nessa empreitada. Segundo o morador de rua Aílton, 40 anos, todos os dias (exceto aos fins de semana), um médico acompanhado de seus seguranças comparece ao amanhecer, à avenida Antônio Sales com sua bolsinha repleta de moedas de um real e as distribui a todos os moradores de rua que lá aparecerem. Ele relata que chegam a comparecer diariamente cerca de trinta a quarenta moradores de rua.

Devem ser lembradas também nesta tessitura da Rede de Solidariedade as lanchonetes, bares e restaurantes que, muitas vezes, são a grande fonte de subsistência destas pessoas, quando descartam suas sobras e dão alimentação em troca de pequenos favores por elas realizados.

Na Acal²⁶ passa quatro, cinco tipos de sopão (...) é porque lá tem os evangélicos, os espíritas, os católicos, são várias religiões que procura ajudar o morador de rua, então, como é que eles acham que pode ajudar, vem um, Hap Vida, por exemplo, de domingo à domingo, tem a sopinha do Hap Vida que é sete horas da noite, por exemplo, tem os ponto de distribuição que eles passam dando pros morador de rua, à noite (...) você repete quantas vezes quiser, um copão descartável, aí vai passando, a última é doze horas da noite. Terça e quinta a gente já sabe o que é que tem pro cardápio, segunda, quarta e sexta também, então, tem aqueles dias que a gente acha que é melhor, e a gente fica, pô, amanhã é sopa disso, lá passa sanduíche, tem um cara que dá pizza prá gente. Aí tem várias sopas, é muito bom lá por que...é como eu tô falando na rua ninguém passa fome, só se não abrir a boca (Washington, 24 anos).

Eu durmo na Santos Dumont, em frente ao Mac Donald (...) nós acorda quatro hora da manhã prá poder pegar o café da manhã que chega o monte de tempero, né, o rapaz da prá nós, adquire o negócio e leva prá dividir noutra local (Aílton, 40 anos).

²⁶ Loja de material de construções com grande marquise localizada na Tristão Gonçalves com Duque de Caxias.

O que são bastante relevantes nesta questão são as suas trajetórias vacilantes, isto é, são de acordo com a necessidade de sua sobrevivência material. Eles percorrem lugares de distribuição de comidas, roupas ou qualquer outro tipo de artigo que seja do seu interesse. Todavia, também há aqueles que se beneficiam de uma rede de serviços, inclusive culturais, oferecidos na cidade, seja para passar o tempo ou por interesse. Frequentam espetáculos de teatros²⁷, cinemas, exposições, Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Centro Cultural Dragão do Mar e Centro Cultural do Banco do Nordeste.

Nós se acordemos de manhã, fomos na mulher que dá merenda. Aí nós fumamos um cigarro, ficamos lá conversando. Uma hora a gente foi almoçar. Uma hora nós foi almoçar no irmão. Aí depois que a gente almoçamos... aí ficamos dormindo até duas, aí ficamos jogando dominó, aí fomos um pouquinho pro BNB e depois viemos prá cá. Amanhã nós vamos fazer quase a mesma coisa, só que uma hora nó vamos assistir filme no BNB até (...) O guarda é das umas olhada meio assim... (grupo formado por Roberto, 27, Everardo, 19, Vinicius, 20)

As instituições de atendimento aos moradores de rua reconhecem que apenas a Rede de Solidariedade não é suficiente para estabelecer uma ação positiva de propulsão de saída da condição em quem eles se encontram. Por mais que haja o sentimento de cristandade ou de “boa vontade” nas atitudes executadas, é necessário o estabelecimento de políticas públicas que regulamentem os serviços e atendimento à população de rua. Nesse sentido, sempre houve por parte das entidades uma pressão para formulação e execução de políticas para esse segmento, que partisse do pressuposto da autonomia, protagonismo e empoderamento.

Em evento realizado no município de Fortaleza, intitulado *Seminário: Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*, no mês de julho de 2008, reuniu-se toda a sociedade civil organizada que milita na causa, o poder público municipal, e representantes dos moradores de rua, para ouvir a proposta que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome trazia para a população de rua. Na oportunidade, foi apresentada a proposta da Política Municipal Intersectorial para População de Rua construída pelo Grupo de Trabalho de

²⁷ Presenciei a homenagem de um grupo de moradores de rua atendidos no CAPR que para assistirem a peça teatral “A menina dos cabelos de capim” no qual uma educadora da instituição participava, cataram por vários dias papelão e fizeram dele dinheiro e assim compraram o ingresso do espetáculo.

População de Rua.

Estiveram presentes no evento os representantes do Grupo de Trabalho Interministerial-GTI²⁸, grupo criado por decreto em 25 de outubro de 2006, com o objetivo de elaborar estudos e propostas de políticas públicas para a população em situação de rua que prime por uma ação intersetorial entre as diversas políticas.

A presente Política é resultado das lutas e reivindicações de setores organizados da sociedade civil, que historicamente exige a responsabilidade pública no atendimento a essa parcela da população, até então estigmatizada. Reconhecendo a necessidade de desenhar e implementar políticas públicas para pessoas em situação de rua, algumas ações foram e vêm sendo desenvolvidas pelo Governo Federal. No âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, podemos citar, por exemplo: a realização do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, em setembro de 2005 que visou discutir estratégias coletivas, levantar desafios e colher recomendações para a formulação de políticas, nacionalmente articuladas; o Financiamento para a população em situação de rua por meio do Fundo Nacional de Assistência Social; a Pesquisa Nacional Censitária e Por Amostragem da População em Situação de Rua e a Inclusão da população em situação de rua no Cadastro Único. Destaca-se também como resultado desse processo, a promulgação da Lei 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que inclui no artigo 23º da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993) a criação de programas de amparo às pessoas que vivem em situação de rua (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2008, p. 01).

Tem por princípio a garantia da cidadania e dos direitos humanos; o respeito à dignidade humana; o usufruto à cidade; a erradicação dos estigmas negativos; a valorização das diferenças; e a intersetorialidade das ações que garanta acesso aos direitos.

Suas diretrizes compõem a implementação das políticas públicas nas três esferas de governo nas políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura e o sistema de garantia e promoção de direitos, bem como garantia do desenvolvimento democrático; o incentivo à organização política da população em situação de rua; a alocação de recursos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais

²⁸ Compõem o GTI : Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome , Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União. Destacamos a fundamental participação de representantes do Movimento Nacional de População da Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS) que efetivamente contribuíram para a construção dessa Política.

para implementação das políticas públicas para a população em situação de rua; a elaboração e a divulgação de indicadores sociais; a sensibilização pública sobre a importância de mudança de paradigmas quanto à população de rua; incentivo à formação e à capacitação de profissionais para atuação na rede de proteção; a ação intersetorial para o desenvolvimento de três eixos centrais, a garantia dos direitos, a autonomia e a reorganização dos projetos de vida.

O plano tem como ações estratégicas: direitos humanos; segurança pública e justiça; trabalho e emprego; desenvolvimento urbano/habitação; assistência social; educação; segurança alimentar e nutricional; saúde; cultura e planejamento; orçamento e gestão.

A criação dessa política pública em nível nacional é, sem dúvida, a consolidação das reivindicações que já vêm, há muito tempo, sendo arrastadas pelos organismos da sociedade civil, que cotidianamente enfrentam, junto com os atores sociais envolvidos na questão, essa dura e perversa realidade da rua.

Tal política dispõe que a ordem econômica, funda-se na valorização do trabalho humano, assegurando a dignidade e a justiça social de acordo com os princípios de redução das desigualdades sócio-regionais.

Devido à realidade multifacetada da população em situação de rua, a política nacional também observa tais heterogeneidades. Nesse sentido, a intersecção com outros marcos legais como a Política Nacional de Assistência Social, Estatuto do Idoso, Política Nacional para Promoção da Igualdade Racial, Plano Nacional de Políticas para as Mulheres entre outros, dá suporte ao seu desenvolvimento como uma política pública coerente para a contemporaneidade (BRASIL, 2008).

Isso vem incentivar as esferas municipais e estaduais a solidificarem programas e serviços nos diversos âmbitos para realizarem atendimentos aos nômades das ruas e principalmente, a fazerem dessas ações política de Estado e não política de governo.

Outras iniciativas do governo federal quanto ao povo de rua já vêm sendo de implementadas no contexto nacional, haja vista ser uma população com tão poucas ações ao seu respeito. Uma dessas iniciativas foi o financiamento do governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, para que o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis realizasse pesquisa sobre custos de geração de postos de trabalho na economia

urbana no ano de 2005. Entre os dados encontrados, a pesquisa indicou que do total de 244 cooperativas pesquisadas, 28,27% encontravam-se em estágio elementar de organização e que 73,25% dos catadores de materiais recicláveis realizavam suas atividades em lixões ou nas ruas, em detrimento das organizações cooperadas, sem qualquer proteção social e sujeito aos “deposeiros”²⁹ (BRASIL, 2006). Essa informação sugere intrínseca ligação entre a categoria população de rua e catadores de materiais recicláveis, já que apesar de não serem o mesmo segmento, participam fortemente da atividade produtiva um do outro, tendo em vista que muitos moradores de rua fazem de sua principal atividade a catação.

Além desta, outra importante iniciativa foi a instituição da separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos da administração pública federal direta e indireta e a sua destinação para as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, por meio do Decreto 5.940 de 25 de outubro de 2006, que contribui para o fortalecimento da organização do movimento dos catadores, viabilizando uma ação de cunho social, mediante separação na fonte geradora (BRASIL, 2006b).

Há ainda outro ponto relevante nesta questão, diz respeito ao Sistema Único da Assistência Social – SUAS, que para população de rua, passa a “contemplar com recursos de co-financiamento de recursos federal a rede de acolhida temporária (abrigos, albergues, moradias provisórias)” (BRASIL, 2006c). Essa medida foi aprovada na Comissão Intergestora Tripartite-CIT, em 2006, beneficiando regularmente com financiamento os municípios que atenderem os critérios³⁰ estabelecidos.

Todas essas iniciativas em nível federal são de cunho inédito, é bem verdade, importantes no enfrentamento da problemática da população de rua. Entretanto, são incipientes e não dão conta da realidade. Tais ações procuraram em seu conjunto, arrematar a produção de informações e dados para proposição de políticas públicas, o que é relevante, mas a urgência da questão pede ações mais ousadas, com maior amplitude de eficácia, tornando as políticas públicas alcançáveis aos moradores de rua. É importante daqui para diante a realização de

²⁹ Atravessadores, donos de depósitos de reciclagem que normalmente retêm a documentação dos catadores em troca do empréstimo dos carrinhos para recolhimento dos materiais recicláveis.

³⁰ Os critérios exigidos são: município possuir mais de 300 mil habitantes; ter fornecido informações sobre população de rua à Secretaria Nacional de Assistência Social nos anos 2004/2005; ter identificado esse segmento no município; ter ações voltadas nesse sentido.

programas e projetos de atendimentos a esse segmento populacional que contemple a realização de ações de promoção do indivíduo.

É relevante destacar que à exceção do piso básico da alta complexidade, recurso destinado para ações com a população em situação de rua, alocado na Secretaria Nacional de Assistência Social, coordenadora da Política Nacional de Assistência Social-PNAS, não se tem notícia de outro recurso destinado em outra secretaria ou política para esse grupo populacional, o que torna frágil a execução de ações para esse segmento.

A política nacional para inclusão social da população em situação de rua sobre esse tocante prioriza em suas diretrizes alocação de recursos nos Planos Plurianuais, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, a fim de que haja implementação de políticas públicas para esses grupos.

Esse é um grande passo no caminho da conquista da autonomia e garantia dos direitos da população em situação de rua.

4.3. VIDAS EM FALAS: REFLEXÕES SOBRE O DESENHO DA POLÍTICA INTERSETORIAL DE ATENÇÃO À POPULAÇÃO DE RUA

O Brasil do século XX, desde os anos de 1980, ainda que lentamente, começa a dar sinais de mudanças na organização e no mercado de trabalho, e na estruturação produtiva. Na década posterior, quando o projeto neoliberal é assumido na gestão Fernando Henrique Cardoso, provoca-se uma intensa onda regressiva dos direitos trabalhistas, através de alterações trabalhistas e previdenciárias, enxugamento da máquina do governo e privatização das empresas estatais.

O contexto nacional favoreceu o intenso processo de mudança no mundo do trabalho rodeado pelo agravamento do desemprego, trabalho precarizado, desregulamentação dos direitos sociais e diminuição da média mensal da renda do trabalhador. Esses aspectos somados trouxeram o aprofundamento das desigualdades sociais e aumento das taxas de pobreza. Foi possível perceber que o fenômeno da população de rua também acompanha esse trajeto, tendo maior visibilidade na década de 1990.

Muitas mudanças ocorreram no contexto do país ao longo desses anos que modificaram o desenho do quadro ocupacional e se manifestaram como reflexos das transformações do mundo do trabalho.

Esse movimento de mutação reduziu drasticamente as ocupações trabalhistas que necessitavam de especialização, principalmente aquelas vinculadas ao setor industrial, como por exemplo, trabalhadores em sapatos, alfaiates, mestres em manufatura, montadores de eletrônicos. Deram espaço, por sua vez, ao setor de serviços, construção civil e trabalhadores não-organizados (trabalhadores domésticos, catadores de materiais recicláveis, prestadores de serviços, biscateiros, ambulantes). Essa alteração se refletiu direta ou indiretamente na constituição do aumento da população em situação de rua, que foi possível acompanhar a explosão pelas ruas das cidades (SILVA, 2006).

Quando em pesquisa de campo, realizei coleta de dados em instituições que tinham um público distinto e me adequiei a suas especificidades para realização dos grupos focais. Foi muito rica essa experiência de discutir com eles as suas necessidades e anseios, tendo em vista que nunca haviam sido escutados antes.

A conversa versava sobre vários assuntos e era o mais informal possível, sendo necessárias, às vezes, algumas brincadeiras para “quebrar o gelo”. Conversamos sobre a condição de morador de rua. Várias foram as narrativas e diversas as significações, haja vista que por estarem abrigados, alguns não mais se consideravam moradores de rua e outros tinham a percepção do “abandono”, “separação”, “orfandade”, liberdade”, “discriminação”.

Importante ressaltar que morar na rua é muito mais uma condição que uma predicação. Esse habitante do espaço público é um cidadão independentemente da sua transitoriedade ou da sua permanência na rua.

Rapaz, eu boto a culpa na bebida. Eu perdi mãe e pai... eu tenho família, mas o que adianta procurar meus irmãos, minhas irmãs pra me socorrer hoje pra amanhã “tacar” o calcanhar em mim. Eu prefiro pedir a vocês, que são estranhos, que no momento estão sendo amigos, que tão participando conosco aqui, desse grupo, os irmãos também sou muito grato por receberem nos também. Eu agradeço muito, tanto a Deus e a vocês e a eles também. Por que quando eu estava na rua e não estava passando o quê eu estou passando hoje. Eu não tinha roupa boa para vestir, eu não tinha banho para tomar, eu não tinha um café, com pão e manteiga de manhã, eu não tinha almoço certo na hora, não tinha um calçado. O quê que eu queria? Não só não comia lama, porque o resto, nem pegava coisas do lixo para comer. Às vezes chegava na casa de um conhecido, eu só queria comer, e pedia, porque o que é de Jeová é melhor pedir...bote o pé

na frente, siga em frente, porque atrás vem gente (Caetano, 46 - Toca de Assis).

Antes de eu ir a para rua eu morava na minha casa mesmo, minha própria com a minha mulher e meus filhos. E pai e mãe eu não tenho mais, perdi minha família todinha. Eu tenho uma irmã e ele é bem de vida, mas pra ela eu já morri (Manoel, 43- Toca de Assis).

Os motivos que levaram os participantes do grupo focal a irem morar na rua são os mais diversos. Esses motivos envolvem a morte dos pais; o sentimento de abandono; a separação; a falta de moradia; o desemprego; o alcoolismo e o uso de drogas, sendo, portanto, esses os mais indicados por eles. Há em suas narrativas certa nostalgia. A lembrança dos pais, por exemplo, remonta o universo da casa, da família, algo que agora esta distante do seu universo e só pode ser acessado através das lembranças, tristes para uns, alegres para outros. “A casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem [...] sem ela o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e da vida” (BACHELARD, 1993, p.201).

Algo que me chamou bastante atenção foram as diferentes falas que se repetem sempre acerca do sentido do falecimento dos pais, definindo posteriores conflitos familiares com os parentes próximos e evocando um sentimento de desproteção.

Eu perdi meu pai e minha mãe muito cedo. Éramos 03 irmãos, 04 irmãos alias, eram 02 homens e 02 mulheres, só que um era irmão meio do pai. Aí minha mãe se separou do meu pai, dele e foi viver com outro cara. Ficou grávida dele aí eram dois bebês gêmeos aí faleceu com eles no parto. Aí ficou eu e minhas duas irmãs, na época elas já eram adolescentes e foram viver a vida delas. Aí eu fiquei aqui em Fortaleza com meus tios, veio meu tio lá do RJ me buscar, e eu não me acostumei com o clima de lá, bateu uma doideira em mim e eu vim de volta pra Fortaleza de ônibus. Quando eu cheguei aqui em Fortaleza minha tia não quis mais aceitar eu em casa, porque a casa tava cheia de gente e não tinha condições de me dar comida. Aí eu fiquei morando nas casas de favor, um dia era na casa de um, outro dia na casa do outro. E ficava com pessoas que usava drogas aí eu peguei e quando fui ver já tava num beco sem saída, na vida do crime... na época eu era garoto e aquilo ali pra mim era aventura e continuei nas drogas, nas drogas, aí quando eu não tinha dinheiro saia pra assaltar o filho alheio, pra roubar e fiquei morando na rua e fiquei morando na rua por conseqüências das drogas, nas calçadas, comendo comida de restaurante. Aí tentei refazer minha vida aí tive uma mulher moramos juntos, tivemos 03 filhos, e ela também era usuária de droga. Ela não morava na rua tinha a família dela. Ela vinha pra rua passava uma semana e depois ia embora pra casa da mãe dela. E nos ficamos por conseqüência das drogas. O jeito que teve foi se separar porque no finzinho tava fazendo mal, ela tava mais do que eu (Marcelo, 32 - Shalom).

Eu morava na praça José de Alencar. É porque minha mãe tem 10 filhos comigo, agora ela tá doente e não pode cuidar de mim. Aí eu vim morar aqui, mas sinto muita saudade da minha família. Às vezes eu fico num canto, pensando. Aí eu tenho um quatinho lá no Jangurussu, mas eu não posso morar lá porque eu não tenho dinheiro, andei todas as ruas, todas as praças atrás de emprego, mas ninguém quis me dar emprego, me ajudar. Aí me obriguei a colocar meus filhos em um orfanato. Aí veio meu sofrimento. Eu tava na rua quando meu pai morreu, nem vi o corpo dele, aí eu fiquei preocupada, é tanto que eu ainda vivo preocupada com isso, que a mãe não me quer em casa (Eliete, 41 - Toca de Assis Feminina).

Eu é porque, eu sou filha única, num sabe, eu perdi minha mãe, há uns 4 anos, morava só em Itamaracá.(...) Aí me deu vontade de vir para Fortaleza, porque eu morei em Fortaleza em 1993 e 1994, mas tava tudo diferente, não sabe. Aí eu só tava com o dinheiro da passagem. Aí eu disse, eu vou pra lá, pra ver se eu arrumo um trabalho, e ficar por lá mesmo. Aí fiquei na rua, porque eu tava sem dinheiro (...) Eu passei dois dias na rodoviária, depois fui pra Beira-mar, tomar banho porque eu tava muito suja, tive que tomar banho lá de chuveiro. Depois fui andando pelas praças, aí fiquei na praça, que eu também não sei onde é a praça. Aí os dois policiais me viram muito tempo sentada lá pela praça, aí perguntaram pra mim, aí eu disse que tava sem dinheiro, aí eles me trouxeram pro hospital, aí o hospital disse que eu tinha que ficar aqui. Só me aceitaram porque eles eram policiais (Conceição, 46 - Toca de Assis Feminina).

Outro aspecto que explorei nos grupos foi quanto às estratégias utilizadas por eles no seu cotidiano, permitindo a garantia do alimento, da roupa e de todas as outras necessidades básicas para sua subsistência durante anos a fio nas ruas. Durante a escuta foi comum citarem a prática do recebimento das doações da rede de solidariedade que se monta nas ruas. Trata-se de grupos de distribuição de alimentos, roupas, além de comerciantes, restaurantes, lanchonetes e anônimos que doam sobras de comidas.

Tabela I – Sobrevivência nas ruas

Resposta	Quantidade	%
Pedir esmolas	09	25,0
Conhecidos na rua ajudaram (caridade)	04	11,1
Veio direto para o albergue	03	8,3
Fazia bicos	03	8,3
Pintor	03	8,3
Nada	03	8,3
Guardava carros	03	8,3
Sem resposta	02	5,6
Catador de papelão	01	2,8
Vendia picolé	01	2,8
Trabalhou em bar	01	2,8
Fez amigos/ limpava salão de beleza	01	2,8

Pedreiro	01	2,8
Entregador	01	2,8
Faz favores	01	2,8
Vigia	01	2,8
Camelo	01	2,8
Fazia empréstimos a juros	01	2,8
Metalúrgico	01	2,8
Missing	02	5,6

Fonte: Pesquisa de Campo

A permanência nas ruas vai depender das estratégias e das redes que o indivíduo vai tecendo com os demais sujeitos, estabelecendo relações e contatos com essa rede de solidariedade. Apesar da solidão ser um traço elementar do morador de rua, as imbricações com os demais companheiros ou “irmãos de rua”, como eles se auto-intitulam, são fundamentais para sobrevivência na rua.

Eles sabem, por exemplo, o dia e a hora que a sopa vai passar, a que horas vai ser servido o almoço nas irmãs, até quando podem ficar dormindo, pois as lojas vão abrir, dessa forma, suas vidas são regidas por uma temporalidade diferenciada, quer dizer, uma temporalidade definida pelos eventos das instituições.

Depois que minha mãe morreu e meu pai morreu do coração eu vim para o Mercado São Sebastião. Lá eu conhecia todo mundo. Aí lá no mercado, eu comecei ajudar no milho verde e tudo. Aí eu achei que não tinha lucro, porque trabalha demais, para ganhar 2, 3 contos. Aí não quis fazer mais nada não, estava trabalhando quase de graça. Vivo da sopa e da irmã Inês, que é lá na 13 de maio, todo dia tem um bolo. Meu dia hoje foi bom. Meu dia hoje, eu moro ali na praça do Ferreira, naqueles apartamentos que tem em frente... Aí eu me acordei 05 da manhã, 06 e meia, 07 horas da manhã, aí a gente não pode ficar dormindo lá. Aí depois eu fui para o mercado São Sebastião, aí juntei garrafas, porque na irmã que faz a sopa, essas garrafas de plástico de 2 litros. Aí eu ajunto, vou guardando, não tenho o que fazer. As latinhas que eu ajunto. Chego no mercado, uns me dão uma esmola. Aí chego nas irmãs e tomo logo um banho e fico esperando o almoço. É bom. Quando não é galinha, é carne. O almoço é bom, tem coxinha de galinha bem sequinha (José, 56- Casa da Sopa).

Esse aspecto em particular do morador de rua que, com o passar do tempo, a própria rua possibilita uma espécie de acomodação de sua condição de vivência de espaço público, foi discutido com preocupação no GT do dia 04/09/08, agora intitulado GT População de Rua. As instituições de acolhimento e proteção à população de rua têm como objetivo a deflagração do empoderamento do indivíduo, como potencializador de seu próprio projeto de vida, utilizando-se de ações necessárias para a dignidade do ser humano no seu cotidiano. Entretanto, alguns

desses sujeitos passaram a “paralisarem” devido a essas atividades desenvolvidas pelas entidades. Eis o desafio, fazer a mediação dessa situação. Desenvolver ações pedagógicas que possibilitem o indivíduo a ser protagonista da sua história.

Retomando os grupos focais, quando indagados acerca da suas percepções sobre direitos, o silêncio inicialmente foi quase sepulcral, incitados que foram sobre o tema, versaram principalmente sobre as “faltas”. As suas percepções diziam respeito à ausência ou a ineficácia das políticas públicas nas áreas da saúde, direitos humanos e discriminação que sofriam, o qual gerava quase sempre a noção da falta do direito.

Foi muito significativa a forma como a questão do direito foi abordada por eles, ressaltada pelo viés religioso: “Guardar os mandamentos de Deus.” “No meu ponto de vista, todos temos direitos, porque todos somos criaturas, somos seres humanos.” Não foi elaborado um pensamento no plano social, especialmente pelo aspecto das desigualdades sociais, mas tratado no sentido humanitário e cristão.

De modo singular, apenas dois participantes fizeram menção à questão dos direitos de forma coletiva, ressaltando de modo crítico os aspectos relacionados por eles como nas afirmativas a seguir:

Porque o atendimento assim além de ser precário ainda tem pessoas, pelo fato de serem funcionários públicos e tem toda certeza que não podem ser despedidas ou desonerados dos cargos aí não fazem o atendimento como é pra ser, fica demorando, as vezes a gente não ta , como varias vezes eu tive que esperar porque o médico tava passeando, o medico tava no horário de almoço e demorou três horas pra voltar. E funcionário publico né faz o que quer. Agora foi uma atitude louvável da nova gestão colocar o posto para funcionar em período noturno, eu acho que diminuiu um pouco o gargalo da política pública da saúde (Felipe, 18- Shalom).

Na saúde eu fui aqui no IJF né e até ser tratado lá foi dez né só que um funcionário de lá falou que eu tinha que ir na Santa Casa pagar 20,00 reais pa fazer um exame, poxa vida se é do governo porque eu tenho que pagar né. Um absurdo isso aí, e o funcionário foi bem claro: esse exame aqui que você vai fazer você paga 20,00 reais e você faz. Pô é um bem público porque que ele quer cobrar privado né, é um absurdo. Mas aí no Jose Frota eu fui bem atendido (Cícero, 44- Shalom).

Direito a gente não tem. Só que na corrente atual, eu acho que melhorou muito a condição de direito no país, desde a eleição do Lula ate agora né e vai melhorar, tem uma Prefeitura que é socialista, do governo socialista e a prefeitura também. Então tem melhorado entendeu? Eu acho que o pobre hoje é escutado, é ouvido, vocês estão representando isso né. Aonde eu ia imaginar que em outra prefeitura da direita poderia fazer isso né. A gente queria agradecer a prefeitura e vocês, porque direito é isso né. Todo

cidadão tem o direito de ser ouvido né, não só ser ouvido, é ate uma crítica também né e outra crítica, a moça que veio aqui na primeira vez entrevistar a gente, ela falou “ó a gente vai vim de novo” e ninguém acreditou, quer dizer agora a gente acredita. Quer dizer isso são direitos né, não foi necessário a gente cobrar que você sabe que é um direito nosso, só isso (Cícero, 44- Shalom).

No tocante à saúde, questão levantada por eles, há sérios empecilhos quanto aos atendimentos ambulatoriais ou mesmo hospitalares no Sistema Único de Saúde, que se propõe ser universal. São eles a ausência de documentação, quase sempre a mais comum, o transtorno mental de alguns moradores de rua, advindo ou não do alcoolismo e da drogadição, a falta de um responsável pelo internamento e, de modo geral, as complicações da rede de saúde pública (falta de vaga, lotação, filas).

A rua é um ambiente muito inóspito e proporciona por si só alta vulnerabilidade, portanto, o indivíduo, exposto a essas condições, normalmente apresenta problemas de saúde, dentre eles os mais freqüentes, doenças sexualmente transmissíveis, doenças respiratórias, tuberculose, doenças dermatológicas e transtornos mentais.

Outro tema bastante discutido nos grupos passou pela significância do trabalho, suas formas de organização de vida e sociabilidade. Essa questão é bastante complexa e perpassam diversas nuances que envolvem mais amplamente esse debate. A temporalidade de quem faz da rua sua morada não se baseia na organização produtiva, mas nos eventos existentes no território que eles freqüentam. Deste modo o significado acerca do trabalho também se deu de maneiras diversas.

Alguns definiram o trabalho como a própria cidadania, sendo destituído desta, à medida que se viam sem perspectiva laborativa, sendo ele um elemento estruturante no projeto de vida do indivíduo, como se fosse um portal para uma vida de sonhos.

Outros já partiram da perspectiva que o trabalho é uma forma de retirar do ócio, de dignificar o homem e “ocupar a mente”, fazendo nítida relação com o homem trabalhador desvinculado das drogas e da marginalização. Entretanto, houve aqueles que colocaram a atividade laborativa como uma forma desnecessária de enfrentar a vida na rua, podendo ser garantida através da mendicância ou de doações de instituições.

Os problemas e conflitos familiares também ladearam as questões ligadas ao trabalho, muitas vezes, tão intrinsecamente ligadas que se confundiam nas narrativas.

Eu quero retomar minha vida arrumar um emprego uma casa e criar meus filhos. Deixar a mulher de lado lá, porque eu já fui lá, mais o pessoal daqui e o pessoal dá força para sair daquela mesma rotina que eu estava. E o pessoal falava pra mim que ela não tá nenhum pouco interessada em querer mudar, e eu quero, daqui prá melhor e ver meus filhos crescer e dar um futuro melhor pra eles, né. Foi um erro que tive né cair na marginalidade, eu sei que é ruim não quero isso pra eles, não quero que eles passem o que eu passei né (Marcelo, 32- Shalom)

Mas eu tenho família, tenho mãe, eu amo minha mãe, tenho pai, ele me ama. Eu vou lá visitar sou bem recebido, levo as pessoas, são bem recebidas, levei ele ali, foi bem recebido ou não foi?! Me recebem bem só que quando eu entrei com 14 anos no crime, assalto de carros, roubos grandes... eu queria sapatos novos, roupas novas aí procurei a vida do crime. Eu nunca, como é que se diz, cai de menor, fui cair de maior(...) porque eu não vou morar com meus pais? por causa disso, sai de casa com 14 anos e vou atrás dos meus ideais. Quais seus ideais? (pergunta-se). Assinar minha carteira (Carlos Alberto, 27- Shalom)

Aí construí família, fui trabalhar. Hoje minha família passa eu, um lado da rua, eu passo do outro, finjo que nem conheço eles, porque eles já me viram na rua, mas nem me conhecem. Eu tenho mais respeito por vocês que estão aqui, do que por eles (Artaugnan, 35- Casa da Sopa)

Minha mãe brigava muito comigo, aí eu tive vontade de vir pra cá. Por que ela queria que eu trabalhasse. Não dava não, eu não arrumava emprego em canto nenhum. Ficava lá sentada (na praça), conversando com os amigos (Iracema, 48- Toca de Assis Feminina).

De acordo com a tabela I apresentada abaixo, coletada através de aplicação de questionários (vide apêndices), percebe-se que grande parte deles já exerceu alguma atividade produtiva remunerada. Isso contraria fortemente o senso comum que normalmente faz ligação da sua imagem com a do “vagabundo” e “malandro” que vive essencialmente de esmolas. Assim, pode-se dizer, que as pessoas em situação de rua já tiveram alguma experiência de trabalho anterior a sua situação de rua.

Tabela II - Experiência de trabalho

Resposta	Quantidade	%
Sim	27	75,0
Não	09	25,0
Total	36	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

Esse dado vem ao encontro da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2008, que aponta um percentual de 70,9% de moradores de rua nessa mesma condição, cuja experiência no mercado de trabalho se destaca através de atividades como catadores de materiais recicláveis (27,5%), construção civil (6,3%), limpeza (4,3%) e carregador/estivador (3,1%).

As experiências anteriores à vivência de rua deram-se, sobretudo, através de atividades de baixa qualificação profissional, nas áreas do serviço, comércio, indústria e ocupação doméstica.

Pode-se destacar também como um indicador importante o problema do desemprego estrutural e as questões de cunho subjetivo para possibilitar a saída desses indivíduos do circuito produtivo.

Outros pontos também podem ser enfocados como, por exemplo, atividades consideradas obsoletas, que foram substituídas por outros elementos e têm dificuldade de serem absorvidas pelo mercado de trabalho.

As respostas dadas pelos entrevistados, às vezes, se repetem, desta forma, compreende-se que antes de irem morar nas ruas, puderam exercer uma, duas ou mais atividades do quadro abaixo, cruzando assim, as informações.

Tabela III – Tipos de atividades laborativas exercidas antes da vivência de rua

Resposta	Quantidade	%
Sem resposta	09	33,3
Pedreiro/ Servente de pedreiro	05	18,5
Servente/ Zelador/ Limpador de piscina	05	18,5
Doméstica	03	11,1
Jardineiro	03	11,1
Porteiro	02	7,4
Abatedor de galinha	01	3,7
Ajudante de mecânico	01	3,7
Babá	01	3,7
Balconista	01	3,7
Baterista	01	3,7
Comerciante	01	3,7
Descarregador do CEASA	01	3,7
Fábrica de artesanatos	01	3,7
Manutenção de computador	01	3,7
Mecânico	01	3,7
Siderúrgica	01	3,7
Usina de açúcar e álcool	01	3,7
Agricultor	01	3,7

Auxiliar de eletricista	01	3,7
Contínuo	01	3,7
Eletricista	01	3,7
Flanelinha	01	3,7
Marceneiro/ Montador de móveis	01	3,7
Operador de máquina	01	3,7
Padeiro	01	3,7
Auxiliar de lavanderia	01	3,7
Bombeiro	01	3,7
Fábrica de fazer tijolo	01	3,7
Vendedor	01	3,7

FONTE: Pesquisa de Campo

Vale ressaltar que quando perguntados a respeito da área de interesse profissional que mais lhes atraia para retorno ao mercado de trabalho, as informações oferecidas por eles foram variadas, porém bastantes relevantes.

Daqueles que responderam à pesquisa, 25% apontaram para a falta de interesse em exercer alguma atividade profissional, desconstruindo a tese (levantada por eles próprios) que o trabalho é elemento fundamental nas suas vidas, mobilizador da saída de condição de rua e primordial para modificar seus estilos de vida, e que, conseqüentemente, são vítimas da escassez de trabalho. Abre-se, portanto, um debate sobre essa questão onde entram outros elementos que são fundamentais para construir a identidade do morador de rua, ou seja, sua subjetividade, desejos e histórias de vida.

Tabela IV - Interesse por área de trabalho

Resposta	Quantidade	%
Não	09	25,0
Qualquer um	05	13,9
Mecânico/ Oficina	03	8,3
Padeiro/ Cozinheiro/ Fazer biscoito	03	8,3
Porteiro/ Zelador	03	8,3
Doméstica/ Babá	02	5,6
Jardinagem	02	5,6
Garçom	02	5,6
Vigilante com carteira assinada	02	5,6
Servente	01	2,8
Serigrafia	01	2,8
Marcenaria	01	2,8
Vendedor ambulante	01	2,8
Construção civil	01	2,8
Balconista	01	2,8
Ciências da computação	01	2,8
Assistente Social	01	2,8
Pintor	01	2,8
Plataforma marítima	01	2,8

FONTE: Pesquisa de Campo

É importante destacar que segundo a pesquisa de campo, (27,8%) dos que estão na rua têm entre 18 e 30 anos de idade, que (58,3%) estão entre 30 e 60 anos, os que têm acima de 60 anos são (11,1%) e aqueles que não responderam estão entre os (2,8%). Entende-se que entre os (58,3%) há um percentual considerável de pessoas que são economicamente ativas e podem estar inseridas em atividades de geração de trabalho e renda. Entretanto, vislumbra-se que há outro grupo de pessoas que o mercado de trabalho não vai absorver, devido à faixa etária, devendo ser pensadas alternativas para elas. São homens (77,8%), solteiros (61,1%) com baixa escolaridade, ensino fundamental (63,9%), sabem ler e escrever (66,7%) e que moram na rua entre 01 e 05 anos (36,1%). Dos entrevistados (25%) disseram que sobrevivem de esmolas.

Tabela V - Faixa de tempo de vivência na rua

Resposta	Quantidade	%
Até um ano	09	25
Acima de 01 até 05 anos	13	36,1
Acima de 05 até 10 anos	04	11,1
Acima de 10 anos	06	16,7
Missing ³¹	04	11,1
Total	36	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo

Como condição motivadora de rompimento dos laços familiares e saída de casa alguns elementos foram citados, em geral, foram os problemas com a família, a perda do trabalho e o envolvimento com o álcool e a droga.

Existem, no entanto, diversos perfis de moradores de rua, haja vista os diversos perfis de atendimento das instituições. Aqueles que estão abrigados na Toca de Assis Masculina não se consideram mais moradores de rua, pois passaram a morar com os irmãos franciscanos, muitos são doentes e idosos e não têm ou não querem ter mais contato com suas famílias e não possuem condições para vida produtiva (vide fotos do campo em apêndices).

O mesmo ocorre com as mulheres da Toca de Assis Feminina, já que em quase sua totalidade são portadoras de transtorno mental. É importante destacar que no caso das mulheres, em particular, a situação de rua apareceu relacionada ao trabalho de empregada doméstica. Em suas falas, algumas vezes desconexas,

³¹ Respostas não identificadas.

comum aos indivíduos portadores de transtornos mentais, afirmavam ter tido conflitos com os patrões e por isso foram parar na rua. Reservadamente, os monitores da casa mencionaram casos de abuso sexual e desilusão amorosa nas casas que trabalhavam.

Os que estão albergados no Shalom, apesar de terem um tempo determinado de estada na instituição, também não se consideram mais moradores de rua. Já os atendidos pela Casa da Sopa estão totalmente vinculados à rua, submetido a toda a sorte que ela pode proporcionar.

Nos grupos, em geral, quando tocado no tema poder público, todos mencionaram os gestores executivos, seja o presidente ou a prefeita, inclusive tocando em seus nomes e colocando a noção de poder de forma abstrata. Entretanto, é possível supor que o morador de rua, apesar da sua condição de vivência de rua, não é um sujeito de total desconhecimento da realidade social de sua cidade.

Eu estou falando por mim, acho que a gente tem que pensar nos companheiros e companheiras que estão na rua que deveriam acompanhar (...) a prefeitura aqui de Fortaleza é bem articulada com o governo federal e agora com a eleição do Cid, né ele ganhou a eleição e vai ter uma parceria com a prefeitura e o governo do Estado. Então, a minha sugestão para todos que estão na rua né, é eu vejo até senhoras nas ruas com crianças nos braços usando droga e mendigando, é terrível isso e daí a sugestão nossa acho que de todos daqui é que a prefeitura crie uma frente de trabalho (...) e então pra sensibilizar que não é uma coisa só minha, que quem caminha nessa cidade tão bela tem muita miséria e eu acho que a prefeitura poderia dentro daquilo que é possível eu não sei como esta a prefeitura, ajudar o povo da rua que o morador de rua é cidadão, a moradora de rua também, porque eu sempre converso quando não estou sozinho, e aí como é que esta a vida aqui, e todo mundo reclama, pô aqui é uma cidade administrada pela prefeitura socialista é o governo federal que tá aí pra ajudar o povo né, que criando mais secretaria de direitos humanos. Outro dia um companheiro nosso aqui a polícia bateu nele, procura os direitos humanos ora, é um direito do cidadão (...), então a prefeitura e o governo federal tem a atribuição de cuidar da gente (Cícero, 44- Shalom).

Todos os grupos foram questionados quanto as suas expectativas sobre o poder público municipal, o que foram, de modo geral, respondidas apontando o desejo por abrigo e trabalho. Entretanto, em nenhum momento houve menção quanto à organização social ou movimento dos moradores de rua, havia na verdade uma passividade ante as ações que o poder público pudesse implementar, como se este fosse proporcionar a eles uma saída mágica dessa condição de vida.

Atrelado a isso, indaguei como seria um lugar ideal para o morador de rua:

Uma fazenda uma chácara uma coisa prá ter trabalho manda todo mundo varrer a rua de gari e a gente ganha remunerado um projeto de reciclagem comunitário na rua, mas isso aí é uma coisa pra adolescente. Na época do meu primeiro emprego saia na rua encaminhado, mas foi aproveitado lá, mesmo que voluntariamente. Isso aqui é só um braço da prefeitura. Fazer uma coisa grande, vamos viabilizar com a prefeitura para que possa expandir pra todo lado o que é que a juventude precisa. Que aquilo não é só lixo né tem coisas pra separar, que a população ainda não esta ciente (Marcelo, 32 - Shalom)

Como poderia ser esse lugar? A prefeitura podia construir uma grande sala, um grande galpão e começar a fabricar detergente, vassoura, rodo e colocasse os moradores de rua para trabalhar, produzir para ganhar um salário, uma comissão que desse para ter uma vida digna (Antônio Luiz, 49 – Toca de Assis).

Primeiro o governo tinha que criar cooperativas, nas ruas tem muita gente capacitada, profissionais, não tem só analfabetos. Se o governo, a prefeitura criasse um órgão, uma cooperativa, que desse para, alguém, pessoas voluntárias que quisesse fazer esse trabalho para buscar essas pessoas e de lá, no mesmo lugar colocar essas pessoas. Isso precisa de um investimento grande, porque em Fortaleza a gente vê muita gente nas ruas e só a Toca de Assis não dá conta de tanta gente que está na rua (Antônio de Sousa, 56- Toca de Assis).

Lá em São Paulo tem as Casas de Convivência, onde as pessoas tomam banho, troca de roupa (Jairo, 41- Toca de Assis).

Apesar de alguns integrantes dos grupos focais se colocarem, muitos não conseguiram fazer esse processo de abstração, se atendo apenas a solicitar apoio à prefeitura. Os que conseguiram se expressar mencionavam sempre o aspecto do abrigo, albergue e república, certamente ligado ao sentimento da segurança, e pediam oportunidade de trabalho para se sustentarem. Nesse sentido, ficou claro que o trabalho faz parte do imaginário coletivo dos que vivem no espaço público, que acalentam esse sonho de romper com a rua para se tornarem verdadeiramente “cidadãos”.

Dando continuidade ao processo da pesquisa passei para o próximo passo que consistia na realização das entrevistas com os atores em questão.

A entrevista é um processo de interação entre dois indivíduos que tem por objetivo obter informações por parte do outro. O entrevistador busca

respostas, através de um roteiro, que é pré-estabelecido e cuidadosamente estudado para observar a questão principal a ser tratada. É fundamental levar em consideração elementos como o entrevistado, a situação que envolve a própria entrevista, os instrumentos necessários para captação dos dados, e o próprio entrevistador, conforme observa Haguette (2007):

Na entrevista, a fonte de viés se localiza tanto nos fatores externos ao observador tais como o próprio roteiro e o informante ou entrevistado, como na situação interacional entre entrevistador e entrevistado, acrescidos dos vieses já mencionados e que se originam na pessoa do pesquisador (HAGUETTE, 2007, p.87).

Para obtenção das informações necessárias a essa parte da pesquisa, foi de fundamental importância a minha permanência durante alguns dias com os moradores de rua atendidos no Centro de Atendimento à População de Rua, para que eles adquirissem confiança e se dispusessem a colaborar nas entrevistas.

Foi preciso relativizar muitas de suas narrativas, tendo em vista a carga emocional que elas traziam, algumas vezes, recheadas de amargura, outras, de rancor e revolta. Às vezes, a esperança era o tom da entrevista que se mobilizava pelo apelo da sua vida e do seu passado, mas sem dúvida nenhuma, todas foram marcadas pelo desnudamento de suas intimidades. Haguette acentua que

As informações de natureza subjetiva estão sempre imersas em reações que devem ser levadas em conta: o estado emocional do informante, suas opiniões, suas atitudes, seus valores que devem ser confrontadas ou complementadas com comportamentos passados e expressões não-verbais, igualmente (HAGUETTE, 2007, p.88).

Os gestores públicos e trabalhadores sociais também foram atores importantes nesse contexto, pois participaram desse processo e ajudaram a compor um cenário geral desse momento da pesquisa. Suas colocações foram bastante úteis para contextualização do local social do morador de rua em Fortaleza e para compreensão da complexidade da demanda com a qual trabalham.

Em relação aos moradores de rua, vários foram os pontos abordados quando em conversa com aqueles atendidos pelo Centro de Atendimento à População de Rua. Quando inquiridos sobre como foram morar nas ruas, suas narrativas apontaram o uso das drogas como principal elemento que os compeliram

a fazer das calçadas sua casa, tendo em vista o desgaste com a família e o abandono de si mesmo. Curiosamente, apesar de serem usuários de drogas pesadas (crack), reconhecem que a utilização destas, normalmente, é fatal para a saúde física e mental do indivíduo.

Leva você na viagem da fumaça prá Los Angeles, prá tudo que é lugar bonito, quatro minuto de viagem, você vai pra Cancun, é prá quem tem dinheiro, né!? É o sistema que acaba com sua fome, com sua sede, você toma nojo da água, você quer é a pedra (Aílton, 40).

Posicionaram-se negativamente ante aos significados do que é a rua, colocando sempre os piores signos para essa situação, mesmo que eventualmente dissessem algo de positivo, retomavam sempre as pressões, os perigos e as dificuldades que os habitantes da rua têm que enfrentar.

Fora a casa que eu morava, eu tinha uma casinha. Alugava a casa, com isso acabei o dinheiro, acabei vendendo a casa, tudo fumando crack, tudo em pedra. Quando se acabou o dinheiro, né, eu tava dentro de casa, num tava mais levando nada prá dentro de casa, aí eu tava querendo era vende o que tinha dentro de casa, aí apelei prá esse caso, de levar a pior, de repente podia vender a casa. Por isso eu resolvi sai de casa, eu já tinha empenhado televisão, aí num vou menti, sai prá rouba, prá botá as coisa de novo dentro de casa. Aí depois que eu botei tudo de volta dentro de casa, resolvi sai, se eu ficasse era pior, num queria mais saber de trabaiá. Tá certo que na rua num é lá essas coisa (Aílton, 40).

Morar na rua eu nunca pensei passar por isso, na rua você não dorme, você cochila, na rua não é bom porque você tá sujeito a qualquer atrocidade muito ruim, porque na rua tem vários drogados, viciado em álcool, em droga prá usar droga eles são capazes de atrocidades que a pessoa nem imagina, roubar, matar, espancar, agredir (Washington, 24).

As suas opiniões versavam, em geral, sobre a idéia de que ser um morador de rua era ser um “fracassado”, “aquele que não deu certo na vida” ou a “ovelha negra da família” que precisou ser extirpado e excluído do convívio dos demais para não constranger ou ser constrangido em meio a situações desagradáveis. Colocavam sempre a necessidade de deixar sua casa, devido a não conseguirem largar o vício e/ou o roubo. Todavia, a esperança de dias melhores também rondava as falas, em flash quase instantâneo, às vezes, imperceptível aos mais desatentos. Nesse tocante, concordo com Pimentel (2005) quanto à necessidade de ter olhos astutos no trato aos moradores de rua, já que seus sinais

são quase subliminares, talvez devido às estratégias de sobrevivência que a própria rua impõe.

Ambiguamente, colocavam que aqueles que estão morando na rua o fizeram por livre arbítrio, quer dizer, não tiveram a força de vontade suficiente para não se envolverem com as drogas, por exemplo, tráfico ou conflito com a lei, em geral. Suas narrativas foram muito claras para mim quanto à responsabilização do próprio indivíduo em relação a sua condição. Em momento nenhum foi feita reflexão quanto aos elementos externos que possam intervir e assolar esse sujeito, como por exemplo, as questões advindas do mundo exterior, da sociedade, que possam levar o indivíduo ao mundo do crime e ao tráfico de drogas, onde este é compelido por situações exógenas a esse tipo de comportamento. “Depende da força de vontade de cada um, não depende de governo, de nada não” (Wellington, 28).

Já os trabalhadores sociais de modo geral encaram esse público como pessoas, que em sua maioria, estão envolvidas com drogas ilícitas e álcool, bem como questões ligadas à justiça.

Procuram a imediatividade como combustível para suas vidas. Vivem o momento sem muitas preocupações e quase nunca fazem ponte para o futuro. Ocupam-se do que vão comer agora, onde vão dormir hoje e nada mais. Não constroem projetos de vida e descartam naturalmente seus pertences quando não mais lhes convêm.

Os moradores de rua são pessoas que têm envolvimento com álcool e droga e também estão em conflito com a lei, isso é perceptível aqui, pessoas que não tem muito a questão do projeto de vida, se perdeu, não foi construído, não tem esperança (...) a vida deles é o hoje, o aqui, o agora (Andréa, assistente social do CAPR).

São pessoas com valores, com história de vida, com passado, muitas vezes secreto, a maioria não quer falar sobre o passado, vivem somente o presente, que não percebem, não vislumbram o futuro... Mas é uma população crescente talvez pela condição de pobreza que o país se encontra, pela questão da falta de trabalho, falta de oportunidade, falta de estudo que encontra na rua uma forma de sobrevivência (Elias, educador social do CAPR).

Aprofundando um pouco essa linha de raciocínio, os gestores públicos destacam que esse segmento populacional é de fato heterogêneo, já que vários perfis podem ser traçados a partir da prática institucional.

É possível perceber pessoas que não conseguem sair do estado de vivência de rua, determinada por inúmeros motivos, continuando por anos a fio nessa condição, e outros indivíduos que buscam superar a moradia de rua, pois têm um poder de resiliência maior, através da participação em atividades oferecidas pelo poder público, bem como da solicitação do engajamento no mercado de trabalho.

Eu percebo dois tipos de moradores de rua, possíveis de visualizar, podem ser até mais, os que estão presentes aqui, nós temos dois tipos: alguns que pretendem realmente, buscar uma outra condição de vida, e lutam por isso, solicitam abrigo, solicitam emprego, participam de todas as atividades oferecidas, que dão opiniões, que não infringem as regras e não gostam de ver as outras pessoas infringindo, né, são mais politizados de uma certa forma (...) e eu percebo também que tem o morador de rua que ele simplesmente se deixa ir com a maré, ele não busca uma superação, ele simplesmente vive o dia-a-dia (Iracema, coordenadora do CAPR).

Para os moradores de rua, o trabalho tem um significado forte em suas vidas, foi possível perceber em seus relatos que há um destaque muito grande para esse aspecto, um elemento quase “mágico”. O trabalho é elemento mobilizador das suas emoções, como se ele fosse o redentor de todos os “pecados” e definidor de grande parte de seu caminho. *Por causa do trabalho* é possível retornar à cidadania perdida; *por causa do trabalho* irão deixar as drogas; *por causa do trabalho* serão “pessoas direitas” e obterão a redenção.

Entretanto, há um elemento que se deve observar, quando apontam para o trabalho como questão fundamental. É compreensível que este se encontra na dimensão do concreto, daquilo que se pode mensurar. Porém, suas questões talvez passem muito mais em nível de subjetividade e pelo fato de não conseguirem lidar com as suas demandas internas, de relações interpessoais, vínculos familiares rompidos e envolvimento com drogas, do que propriamente pela falta de oportunidade de trabalho.

Quando inquiridos sobre que tipo de atividade deveria ser oferecida no CAPR, disseram que capacitação profissional era a melhor opção, tendo em vista que desejavam aprender atividades produtivas que pudessem render-lhes alguma remuneração, com encaminhamento e acompanhamento efetivo ao mercado de trabalho, onde os melhores alunos pudessem ser lotado em um ambiente profissional ao término de cada curso.

Todavia, o que se percebe nesse público é que parte deles não consegue passar do discurso, pois a instituição freqüentemente oferece cursos profissionalizantes, tentando adequar a carga horária, metodologia e didática às necessidades dos usuários, mas apesar da euforia inicial, a taxa de evasão é muito alta. Atribui-se a isso a própria condição de transitoriedade do morador de rua, que não se concentra completamente nem se fixa em uma atividade por muito tempo.

Esses e outros assuntos são discutidos em atividade realizada no CAPR, chamada de Roda de Conversa, onde os moradores de rua e técnicos conversam sobre temas relacionados ao cotidiano da instituição e dos moradores de rua. São ações que acontecem sempre às segundas-feiras pela manhã e os participantes envolvem-se espontaneamente, sendo, contudo convidados a estarem presentes nas atividades.

Parecia que estavam muito à vontade, “na sala de sua casa”, alguns faziam algazarra e marmotas, outros só observavam, havia um, no entanto, que estava visivelmente drogado, “chapado”, como eles falam, e nada levava a sério. “O silêncio é uma prece”, advertiu um deles. Era uma Babel, até o momento que uma liderança entre eles surgiu, “vamos deixar a pirangagem pra rua, aqui é uma casa de apoio”. Foi interessante perceber naquelas pessoas o sentido da resignificação e do valor que elas atribuíram para aquela casa. Ao término das atividades foi colocado um reegae, parecia que eles tinham momentaneamente sido subtraídos daquele espaço e estavam habitando outro local metafísico, foi uma “viagem” musical. O lanche então foi servido e eles fizeram questão que uma prece fosse proferida para abençoá-lo (Diário de Campo, CAPR, 23/06/08).

Entendo que o Centro de Atendimento à População de Rua como primeiro equipamento de uma política pública nascente, não terá condições de atender às necessidades gritantes da cidade de Fortaleza quanto à população de rua, pois há uma capacidade de atendimento que logo deverá ser superada devido ao grande número de moradores de rua, e, para além disto, existem outras necessidades advindas dessa condição que apenas este equipamento público não terá como suprir, necessidades de abrigo, internação, demandas relativas à saúde, educação, entre outros aspectos.

Nesse tocante, as discussões sobre a formulação de uma política pública para população de rua no município de Fortaleza, envolvendo a sociedade civil e o poder público, são de fundamental importância e devem discorrer com brevidade, elencando todos os dispositivos possíveis para a consecução do fato.

Sobre o assunto, os gestores públicos afirmam que essa pauta é prioridade da gestão municipal devido a esse tema ter entrado na agenda política da prefeitura como condição primeira, na área da assistência social, já que é uma demanda colocada na cidade de Fortaleza e historicamente foi alijada das políticas públicas, sem o reconhecimento desse agente como sujeito de direito e demandatários de serviços e atendimentos.

Para além da assistência social, a agenda do poder público também prevê a articulação da rede de parceiros governamentais e não-governamentais para implementação dessa política e do reconhecimento dos moradores de rua como, efetivamente, cidadãos.

Nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 80, tornou-se significativa a preocupação com o agravamento da pobreza e com crescimento do número de pessoas vivendo em condições de extrema privação. Em várias partes do mundo, inclusive em países desenvolvidos onde a realidade de moradores de rua é bastante grave, o tema é recorrente. Frente a esse contexto é que percebo o morador ou moradora de rua em Fortaleza como um segmento historicamente excluído pelo Estado de forma geral. Para nós foi uma prioridade: primeiro por entendermos a ausência de políticas públicas para a população de rua; segundo por ser um compromisso da prefeita com os segmentos mais vulneráveis e que seus direitos são violados; terceiro assumimos um compromisso com esse segmento e com a Pastoral do Povo da Rua; e por final por entendermos que a assistência é uma política de direito é que devíamos dar direção e implantar a política municipal para a população de rua por ser um dever do estado e um direito de quem dela necessitar (Elaene Rodrigues, Secretária Municipal de Assistência Social de Fortaleza, Gestão 2004-2008) ³².

Para a construção de uma política deste porte que mobilize todo o município, em nível de gestão e de movimentos sociais com mudanças de paradigmas, posturas e valores, é fundamental, inicialmente, a legalização da mesma, através de decreto municipal, a fim de que se torne uma política de Estado e não uma política de governo, modificada ao sabor dos ânimos do executivo.

Paralelamente, realizar trabalho de sensibilização com os gestores, os trabalhadores sociais, os profissionais, entre outros atores, através de pactuações para fazer a política exequível. É uma tarefa que se realiza cotidianamente, avançando aos poucos e ganhando espaço junto aos serviços que atendem à

³² Entrevista concedida por e-mail

população em situação de rua, esclarecendo sua condição de cidadão, sujeito de direito.

Grandes desafios ainda serão enfrentados para a consolidação de uma política para população de rua, já que a mudança de olhar no conjunto da sociedade é um elemento importante e sem isso a política será apenas uma “lei morta”.

A gente iniciou a construção e pactuação, uma questão extremamente desafiadora para nós, porque a gente tá nesse papel de tá instigando as outras secretarias, cavando essa pauta nas outras secretarias e fazendo essa articulação prá que ela, a curto, a médio e a longo prazo como política ela possa se consolidar. Como eu sempre digo, uma coisa é a gente pactuar em nível de gestores, inclusive com esse discurso da Fortaleza Bela, compromisso político com os mais excluídos, outra coisa é a pessoa, o trabalhador lá na ponta tá reconhecendo esse público como segmento prioritário, respeitando ele como cidadão. Então é uma questão muito desafiadora, não vai ser de agora, a gente vai ter muito tempo aí, prá tá construindo, fortalecendo e reivindicando essa política (Cynthia Studart, Coordenadora da Proteção Social Especial).

Os desafios apresentados na construção de uma política intersetorial passa pela falta de visão dos gestores de trabalhar de forma coletiva e entender que uma política pública é responsabilidade de todos os gestores. Então precisamos sensibilizar de forma geral para com tema, no sentido de rompermos com o estigma que existe com a população de rua. Enfim trabalhar com essa temática requer sensibilidade e compromisso com a garantia dos direitos humanos dessa população (Elaene Rodrigues, Secretária Municipal de Assistência Social de Fortaleza, Gestão 2004-2008).

Em meio a esse turbilhão de ações destinadas à confecção de uma política intersetorial de atenção à população de rua onde o alvo principal é este segmento, descortinando todas as dificuldades impostas pelo relento, os estigmas que a sociedade impõe sobretudo àqueles que perambulam sem rumo certo nem, muito menos, discernimento, percebo que eles não perderam a capacidade de sonhar e de acreditar que é possível.

Pimentel (2005) afirma que esses homens e mulheres são seres delirantes que percorrem a cidade à procura daquilo que é material, para dar conta de sua sobrevivência completa, no entanto, afirmando que são indivíduos “desejantes e procurantes”. Desejam cada um a seu modo, através de fantasias individuais ou coletivas como todos nós, e procuram elementos mais que materiais para preencherem suas vidas.

Ainda acalentam expectativas em suas vidas, sonhos intangíveis, talvez alguns pouco possíveis de serem realizados, outros não, mas ainda assim, são sonhos e isso é o que lhes resta de seus, pois a rua tem por característica capturar e roubar do indivíduo tudo o que ele possui. “Meu sonho é parar com o uso de droga, arrumar um emprego e conviver com meu filho. ‘Como você vai conseguir esse sonho?’ Trabalhando [pausa] até eu ter confiança em mim” (Aílton, 40). “Viver uma vida melhor, melhor do que essa que eu tô vivendo agora... trabalho, moradia, tudo pelo meu esforço” (Washington, 24).

Todas essas informações foram preciosas e de extrema relevância para o início da construção de uma política pública destinada à população de rua, já que eu tinha as opiniões sistematizadas dos protagonistas da ação. Sabia que para a construção de uma política pública o caminho é árduo e longo, mas deveria começar de algum ponto de partida, já que era de domínio público a necessidade urgente o atendimento dessa demanda.

Nessa perspectiva é que se abre o debate da criação de uma política pública intersetorial para população de rua, entendendo que a questão da moradia das ruas vai para além do trabalho, pois perpassa meandros que são difíceis de definir relacionados com o desenvolvimento do ser, da sua relação com o outro e consigo mesmo, de vínculos familiares interrompidos e passados secretos.

O ponto relacionado ao trabalho é certamente o mais enfocado entre os próprios moradores de rua, devido aos motivos já expostos anteriormente, entretanto, há de não se perder de vista que toda política, especialmente uma que se desenha à medida que se gesta, tem seus limites e suas possibilidades para enfrentar uma demanda tão complexa assim. Nada nessa política está definido, tudo ainda é proposta.

Há uma proposta de qualificação profissional para esse segmento populacional, no entanto a experiência tem mostrado que alguns impeditivos são elementos que devem ser levados em conta na consolidação desse intento, como por exemplo, o uso de drogas e a transitoriedade própria desse público. Em verdade, realizar programas de qualificação profissional para população de rua sem estar aliada a um programa de redução de danos de uso de álcool e outras drogas e oficinas terapêuticas, provavelmente serão esforços e recursos públicos desperdiçados. Concordo com Escorel na sua afirmativa, quando coloca que

A análise da prevalência de alcoolismo na população de rua deve levar em consideração elementos anteriores e posteriores a sua morada na rua. O alcoolismo constitui motivo de conflito e rejeição no grupo familiar, de dificuldade na obtenção e manutenção de empregos, e um forte obstáculo para a economia de dinheiro (ESCOREL, 1999, p. 167).

Outro aspecto cogitado na política intersetorial para população de rua é o estabelecimento de ações sob o preceito da socioeconomia solidária para realizar ações que visem à autonomia financeira do indivíduo, entretanto, para se arvorar nesse campo, deve-se compreender com certa profundidade suas estratégias de atuação.

Nesse sentido, a economia solidária diz respeito:

A um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuadas coletivamente (e sob diferentes modalidades do trabalho associado) pelos grupos populares, principalmente no interior de bairros pobres e marginais das grandes cidades latino-americanas. Tais grupos se estruturam, de modo bastante informal e encontram nas relações recíprocas tecidas no cotidiano de suas formas de vida (ou seja, nos próprios laços comunitários) os fundamentos de tais práticas (FRANÇA, 2006, p.58).

Essa economia popular permite a geração de trabalho para os que estão fora do mercado, portanto, fora do circuito formal da economia. Entretanto, a renda gerada é considerada bastante frágil, suficiente apenas, na maioria dos casos, para garantir a sobrevivência dos grupos.

O desafio da socioeconomia solidária consiste em ampliar as condições de vida mais gerais das pessoas no seu plano socioterritorial, pois de tal forma esses elementos impactam sobre as vidas dos indivíduos. Esse conjunto de aspectos é indissociável à participação e engajamento dos sujeitos nas atividades, o que remete ao grau de mobilização popular destes. Segundo ponto diz respeito à organização do trabalho ligado diretamente à questão da solidariedade, do trabalho comunitário, e de uma série de outros princípios ou valores, como a cooperação e gestão democrática de projetos. Nesse sentido, é possível afirmar que a prática da economia popular é antes de tudo, uma prática de solidariedade que são tecidas no interior dos grupos primários, como por exemplo, se manifestam na organização popular dos mutirões. (FRANÇA, 2006).

Diante dessas argumentações, destaco a proposta da política intersetorial

de atenção à população de rua como forma de inserção dos moradores das calçadas nesse sistema econômico para seu empoderamento e saída da sua condição de vivência de rua.

Todavia, essa é uma discussão tão nova e profunda que talvez desse outro elemento para estudo. Esse é um campo ainda desconhecido para os que trabalham com esse segmento de rua que merece muita atenção e cuidado, pois o povo da rua ainda terá um longo caminho a ser trilhado para inserção neste sistema econômico. Um dos principais elementos de sucesso para realização desse intento será a mobilização das entidades que trabalham com os mesmos no sentido de motivá-los à organização social e comunitária.

É próprio da natureza dos nômades da rua a solidão e o isolamento, eles não estão diametralmente opostos aos agrupamentos, se apresentam no interior dos grupos à medida que este não estabelece vínculo de inserção social.

O isolamento é apontado como tendo um significado existencial, isto é, “não possuir um lugar no mundo”, e, desta forma, tem por característica a impotência, está na esfera política. Já a solidão que ocorre na esfera dos contatos sociais, refere-se ao sentimento de abandono, de “não pertencer a esse mundo” (ARENDR, 1989 apud ESCOREL, 1999).

Esse segmento não tem uma trajetória de organização, deve-se isso, entre outras coisas, ao fato do isolamento. Em sua maioria, ainda que se reúnam, normalmente o fazem por motivos pontuais e que, temporariamente, os interessem. Em geral, o compromisso não é uma prerrogativa em suas vidas, pois são efêmeros como a rua é. Exemplos de organização são as “rodas de cachaça” que são agregadoras enquanto lhes é conveniente, depois dispersam conforme os desejos.

Para a consolidação da socioeconomia solidária é necessário um comprometimento e a afirmação da solidariedade do indivíduo no interior dessa prática econômica, por isso constitui-se um forte desafio a implementação deste tipo de economia como elemento de uma política pública para moradores de rua, haja vista essa questão precisar ser maturada nesse segmento.

É fundamental a compreensão das entidades governamentais e não-governamentais que trabalhar essa perspectiva talvez possa levar tempo para desenvolver em primeiro lugar as questões pessoais, advindas da subjetividade, para depois adentrar na dimensão da sociabilidade, onde ele possa reconhecer o outro como seu igual e finalmente discutir questões de organização política e

comunitária.

Desta feita será possível adentrar em outro campo, já não tão minado, e desencadear um processo de organização política, de tal modo que seja possível discutir com eles a inserção da proposta da economia solidária em suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O senso comum ronda nossas ações. Realizar este trabalho foi-me esclarecedor, pois retirou alguns véus e elucidou a realidade antes tão estranha. Posso confessar que a rua, para mim, era um ente quase reificado, com vida própria, cheia de surpresas que só ela poderia carregar, e que os homens e mulheres que habitam esse espaço tinham uma mágica em si que beirava a resistência. Suas ações em praça pública, o banho, o sexo, a casa, tudo era muito curioso.

O mergulho na conceituação histórica dos habitantes da rua possibilitou-me a construção da identidade desse povo e o conhecimento das estratégias por eles utilizadas para sobreviver nas ruas, respeitando assim, os seus códigos e territórios.

Desta forma, o século XVIII e XIX, com sua idealização “higienista” de estranhamento com a pobreza emergente, fez com que os mendigos fossem afastados do campo de visão da burguesia, para abrigos e manicômios. O que estava em ascensão era o disciplinamento da pobreza e a higienização dos corpos.

Em Fortaleza da Belle Époque, no século XIX, o processo não se deu diferente, com a “invasão” dos famintos da seca e a necessária intervenção do poder público, o que fez surgir as formas oficiais de contenção da miséria, ou seja, os abarracamentos e os campos de concentração. Outras formas de ordenar a pobreza também eram utilizadas, como os asilos, os institutos correcionais, leprosários e aprisionamento de mendigos.

Atualmente, esses instrumentos de contenção de miséria foram abolidos e os moradores de rua podem apresentar a sua pobreza incômoda nos mais luxuosos logradouros da cidade, normalmente nos bairros mais nobres onde o “lixo é mais rico”. Não estão confinados a bairros periféricos ou a locais de difícil acesso, pelo contrário, perambulam por toda a cidade e desfilam sua miséria para todos os cidadãos, na mais total destituição de si mesmos, de coisas materiais, de direitos e sonhos.

A rua do século XXI é um local insólito e deve ser respeitada por isso, desta forma, muitas relações se tecem nesse ambiente, sejam elas de moradores de

rua com outros atores do espaço urbano ou com profissionais que desejam adentrar no mundo deles.

Por isso, o trabalho com os moradores de rua é de extrema especialização, não podendo passar da medida, já que não pode ser assistencialista nem muito menos ser técnico demais. Os extremos são letais nesse tipo de trabalho, acaba por implicar em dependência do indivíduo às instituições, o que é muito fácil de estabelecer, tendo em vista o total estado de abandono em que se encontra e as dificuldades impostas pela rua. O contrário tende a afastá-lo por completo das atividades oferecidas, pois imposições eles já encontram no mundo da rua.

Entretanto, o trabalho com a população de rua sempre teve envolvimento histórico com as instituições religiosas que acolheram essa demanda populacional em seu seio, ficando o poder público distante da temática.

Com o reordenamento da Política de Assistência Social no município de Fortaleza, seguindo as diretrizes da Política Nacional da Assistência Social - PNAS, com a garantia da implementação do Sistema Único da Assistência Social, surge a Secretaria Municipal da Assistência Social, trazendo novos ares para a cidade.

Dentro dos ditames da PNAS, em Fortaleza, ganha corpo a criação de um desenho de política pública voltada para o segmento morador de rua, nunca antes pensado neste município. Pautados em experiências de outros estados e, posteriormente, na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, foi-se, coletivamente, agregando sugestões para a concepção desse novo arcabouço legal através do Grupo de Trabalho População de Rua (organismos governamentais e não governamentais).

O Centro de Atendimento à População de Rua é um dos equipamentos sociais que fazem parte desse projeto de política pública e que atendem aos moradores das calçadas de forma a oferecer serviços específicos as suas demandas. Entretanto, uma política não se faz apenas com um equipamento social, sobrepõe muitos fatores que nesse processo são necessários para uma mudança de paradigma quanto ao estigma que recai sobre o morador de rua.

A articulação com as outras políticas públicas, trabalhando a perspectiva da intersetorialidade, ponto fulcral para a estabilização desta questão, bem como a legalização de uma proposta de política para moradores de rua, no âmbito do município, e o envolvimento político são elementos fundamentais para fazer com que essa política realmente seja implementada. Claro que se não houver um

trabalho de base, de mudança de atitude nas pessoas e instituições, no modo de agir ao receber um indivíduo, por exemplo, quando necessita de atendimento médico e este não possui um documento pessoal e por isto não é acolhido, nenhum esforço terá sido válido.

Este é um caminho sem volta. O primeiro passo já foi dado e não há como retroceder, a cidade grita sua pobreza pelas ruas e o poder público deve dar respostas. E está dando, mas a seu tempo. No entanto, a miséria não aguarda, ela é dinâmica, rápida, corrosiva, seu tempo é diferente, acelerado. É o tempo da indignação.

Os moradores de rua aqui estudados demonstraram isto claramente, quando destacaram questões como o trabalho, que para o universo simbólico deles é algo de extrema importância, tendo em vista o resgate do estatuto do homem trabalhador que precisa de um labor para se sentirem cidadãos.

Contudo, essa tese se desfaz quando inquiridos quanto ao interesse por alguma área de trabalho. Um percentual de 25% informou não se interessar por nada e essa mesma percentagem diz sobreviver como pedintes. Muitas questões poderiam ser levantadas a partir daí, pois assim como o povo da rua é multidimensional, assim também são as formas de explicá-los; talvez não entendam a extensão da necessidade do trabalho em um mundo do capital, talvez tenham desistido de adentrar as portas do mercado de trabalho ou, simplesmente, não queiram isso para suas vidas.

Ainda sobre a questão do trabalho, 75% informam já terem tido alguma experiência laborativa, normalmente atividades de baixa qualificação profissional, ligadas ao setor de prestação de serviços (servente, pedreiro, doméstica, jardineiro).

Outro aspecto importante diz respeito ao tempo de vivência de rua. 36,1% dos estudados estão de um a cinco anos morando na rua por motivos diversos, como a droga, os laços familiares desfeitos, o desemprego. 58,3% têm entre trinta e sessenta anos.

Para esse público, a proposta da política pública para população em situação de rua em âmbito municipal coloca em pauta a discussão acerca da socioeconomia solidária, tendo em vista o grande número de moradores de rua que o mercado de trabalho não absorverá por diversos motivos, como baixa qualificação e idade. Todavia, anterior à questão da economia popular está a organização pessoal, social e comunitária desse segmento, pois essa teoria só se sustenta diante

de um espírito de coletividade e solidariedade, ainda embrionários na maioria dos moradores de rua. Não que todos eles ainda estejam despreparados para essa vivência, mas, em sua essência, o indivíduo que habita as ruas foi obrigado a viver o individualismo, a solidão e o isolamento. Talvez por que isso os proteja das intempéries da rua ou, talvez, pelo instinto da sobrevivência.

Quiçá uma saída seja a realização de trabalhos incansáveis de desenvolvimento do ser coletivo com esse público, passando pelo básico do ser humano, a subjetividade, pois sem este pressuposto o indivíduo não sai da “linha de partida”. Esse resgate pode dar-se por diversos aspectos e leva em conta o grau de amadurecimento da pessoa. A partir daí desencadear um processo de reconhecimento de si no outro, buscando, assim, uma organização social e política para essa categoria e o fortalecimento da sua imagem perante a sociedade, o que poderá gerar a quebra da “invisibilidade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. **A miséria e os dias** - história da mendicância no Ceará. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

ARENDT, H. **Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2005.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Análise do Custo de Geração de Postos de Trabalho na economia Urbana para o Segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis. Relatório Final (mimeo). Brasília, 2006a.

_____. Presidência da República. **Decreto 5940**, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Diário Oficial da União, nº 206, de 26 de out. de 2006b, seção 1, p.4.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Expansão dos Serviços sócio-assistenciais e destinados ao desenvolvimento e aprimoramento dos CRAS e CREAS. NOTA TÉCNICA CGRPP/DGSUAS/SNAS/MDS nº29/2006, Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006c.

_____. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008.

BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua-nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Gramond, 2000.

CARVALHO, Alba Maria Pinho. **Assistência social como política de proteção social no Brasil Contemporâneo: direitos a garantir e metas a perseguir**. VI Conferência Estadual de Assistência Social, Outubro, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**, Tradução Iraci D. Poleti, Petrólis-RJ:Editora Vozes,1998.

DAMATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

_____. **A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DESEMPREGO em Fortaleza. **Diário do Nordeste** versão on-line, Fortaleza, 25 jul 2007. Caderno de Economia e Negócios. Disponível em < <http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias> >. Acesso em: 25 jul. 2007.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe operária na Inglaterra. IN: FERNANDES, Florestan. **K. Marx, F.Engels.** São Paulo: Ática, 1983.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

_____. **Vivendo de Teimosos** – moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro, In: M. Burzryn (org.). No meio da rua – nômades, excluídos e viradores, Rio de Janeiro, Grammond, 2000.

FERREIRA, F. P. Martins; MACHADO, S. C. Carrilho. **Vidas privadas em espaços públicos: o caso dos censos da população de rua em Belo Horizonte conceitos e exclusão.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2007.

FIALHO, M. Brandt. **Saúde mental e pessoas em situação de rua.** Capacitação sobre a Política de Atenção à População de Rua. Fortaleza, 2007.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico.** Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

FRANÇA, Genauto et al. **Ação Pública e economia solidária uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia 1400 – 1700.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** 11ª ed., Petrópoles, RJ: Vozes, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991).** Trad. Marcos Santarrita, 2ª ed., SP: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. Vilela. A questão social no capitalismo. **REVISTA TEMPORALIS,** Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social, Ano 2, nº 03, Brasília-ABEPSS, 2001a.

_____. **Trabalho e Indivíduo Social.** São Paulo: Cortez, 2001b.

_____; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em < www.ibge.gov.br/fortaleza >. Acesso em: 21 mar. 2008.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. Trad. Marie-Agnès Chauves. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MATOS, K.S.LOPES; VIEIRA, S. LERCHE. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. 2ª ed. rev e atual. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

MAUTNER, A. Verônica. (1995), A sombra das cidades ou vivendo dos excessos, In: M. C. R. MAGALHÃES (org), **Na sombra da Cidade**, São Paulo, Editora Escuta.

MESQUITA, A. Cecília. A seca desenha a cidade. **Revista Fortaleza**. Fortaleza, n.5, maio. 2006.

MINAYO, Cecília de S.(Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 4ª Ed., Petrópolis, Vozes, 1995.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **2º Censo da População em Situação de Rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte: meta 10 – realização de ações de atendimento sócio-assistencial de inclusão produtiva e capacitação para população de rua**. MDS. Belo Horizonte, 2006.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – 2004**. Brasília, 2004.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Relatório do I encontro nacional sobre população em situação de rua**. Brasília, 2006.

_____. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Pesquisa nacional sobre população em situação de rua: sumário executivo**. Brasília, 2008.

_____. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Pesquisa nacional sobre população em situação de rua: cidade de Fortaleza**. Brasília, 2008b.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Pesquisa censitária com moradores de rua: manual do entrevistador**. Brasília, 2007.

NETO, O.C.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L.F.M. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação, **Ser Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social/ Universidade de Brasília**. Departamento de Serviço Social. v. 1 -1º semestre. Brasília: Ser Social UNB,1988.

NEVES, Delma Pessanha. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. **Caderno CRH**, Salvador, v.30, jan/dez. 1999.

OCUPAÇÕES mudam o perfil da cidade. **O Povo** versão on line, Fortaleza, 20/12/07. Caderno de Habitação. Disponível em < WWW.opovo.com.br >. Acesso em: 26 de jul. 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. Sobre a política de assistência social no Brasil. In: _____; BRAVO, Maria Inês Souza (orgs). **Política social e democracia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.

_____. Como conjugar especificidade e intersetorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. **Revista do Serviço Social e Sociedade** n. 77, ano XXV, São Paulo, Editora Cortez, 2004.

PIMENTEL, Lídia Valesca. **Vidas nas Ruas, Corpos em Percursos no Cotidiano da Cidade**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. ANTUNES, Ricardo (org). Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo. Boitempo Editorial, 2001.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social 1860 – 1930. 2ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Fundação de Habitação de Fortaleza. **Seminários sobre política habitacional de interesse social**. Fortaleza, 2006.

_____. **Relatório Política Intersetorial de atenção à população de rua**. Fortaleza, 2008. (mimeogr.).

_____. **Sistematização dos estudos**: o que pensam e desejam os moradores de rua: resultado da escuta através de grupos focais; mapeamento da ocupação de população em situação de rua nos espaços públicos de Fortaleza, 2007. (mimeogr).

REIS, Elisa Pereira; SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza e exclusão social**: aspectos sócio-políticos. [S.l.,s.n.], 2003.

ROSA, Cleisa M. M. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec/Rede Rua, 2005.

SALGUEIRO, Pedro. Anjos das Ruas. **O POVO**, Fortaleza, 28 jan. 2008, p.5, Vida & Arte.

SANTOS, M. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: 2002.

SCHENEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Ivan. **Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais**. Raízes: Revista de Ciências Sociais, Campina Grande, v.23, nº 01 e 02, p. 99-117, jan-dez 2004.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - **Pesquisa população moradora de rua. São Paulo**, 2003.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Plano Plurianual**, Fortaleza, 2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Plano Plurianual**, Fortaleza, 2002.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL-SMDS- **Pesquisa morador de rua da cidade de Fortaleza**. Fortaleza, 2000.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno da população de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade de Brasília, DF.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SOUSA, R. de Oliveira. **Mágica da sobrevivência**: as práticas de assistência ao morador de rua na cidade de Fortaleza – limites e possibilidades. 2008. Monografia (Graduação em Serviço Social), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

SPOSATI, Aldáza. Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. **Revista do Serviço Social e Sociedade**. n. 77, ano XXV, São Paulo, Editora Cortez, 2004.

_____. Os mais excluídos entre os excluídos. In: A POPULAÇÃO de rua : seminário sobre políticas públicas, 1998, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Fórum de População de Rua de Belo Horizonte, 1998. p. 129-143.

TELLES, V. Silva. A “Nova Questão Social” brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade. **Caderno CRH. Revista do Centro de Recursos Humanos Faculdade de Filosofia e Ciências Humana Universidade Federal da Bahia**. n 30/31, jan/dez, Salvador, EDUFBA, 1999.

VIEIRA, M. A. da Costa; BEZERRA, Eneida M. Ramos; ROSA, Cleisa M. Maffei (orgs.). **População de rua quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 1992.

VIEIRA, Tanísio. MetrÓpole da fome: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879. In: NEVES, Frederico de Castro; SOUZA, Simone (orgs). **Seca**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

WALDAMAN, Maurício. **Natureza e Sociedade como espaço de cidadania**, São Paulo: Contexto, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

APÊNDICES

PERFIL DOS PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL

1-LOCAL DA APLICAÇÃO:_____

2-NOME:_____

IDADE:_____

NATURALIDADE:_____

SEXO: MASCULINO () FEMININO ()

ESTADO CIVIL:_____

3- ESCOLARIDADE

a) VOCÊ FREQUENTOU ESCOLA? () SIM () NÃO

b) SE FREQUENTOU, ATÉ QUE SÉRIE ESTUDOU?_____

c) SE NÃO FREQUENTOU, SABE LER E ESCREVER? () SIM () NÃO

4- HÁ QUANTO TEMPO MORA NA RUA?_____

5- O QUE FAZ PARA SOBREVIVER NAS RUAS? _____

6-VOCÊ TEM OU TEVE ALGUMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO?

SIM () NÃO ()

7- CASO A RESPOSTA TENHA SIDO SIM, EM QUE VOCÊ TRABALHOU?

8- VOCÊ SE INTERESSA POR ALGUM TIPO DE TRABALHO?

9- HÁ QUANTO TEMPO É ATENDIDO POR ESSA INSTITUIÇÃO?

10- QUANTO TEMPO PRTENDE SER ATENDIDO POR ESSA INSTITUIÇÃO?

ROTEIRO GRUPO FOCAL

1. Acolhida, motivo da reunião, apresentações
2. Nome e idade de cada participante
3. Por que você frequenta essa instituição de acolhimento?
4. Fale sobre não morar com a sua família.
5. Com que idade você saiu de casa?
6. Fale sobre como chegou à rua.
7. Como é o seu dia?
8. Para você o que são direitos? (explorar o conhecimento de algum direito social)
9. Em sua opinião, como a prefeitura pode ajudar àqueles que moram na rua?
10. Se houvesse um lugar específico para atender a pessoa que vive nas ruas, como poderia ser esse local?
11. Em sua opinião como os moradores de rua poderiam se organizar?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES DE RUA

1. Gostaria que você falasse sobre sua vida
2. Como você foi morar na rua?
3. O que significa para você morar nas ruas?
4. Em sua opinião o que é um morador de rua?
5. Por que você acha que as pessoas vivem nas ruas?
6. Descreva seu cotidiano, desde a hora que acorda até a que vai dormir.
7. Como você percebe a questão do trabalho?
8. Fale sobre o atendimento da instituição que frequenta?
9. Em sua opinião como a prefeitura poderia assistir os moradores de rua?
10. Quais são os seus sonhos? Como você acha que eles podem se tornar realidade?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES SOCIAIS

1. Fale sobre seu trabalho
2. Como você percebe a questão da população de rua?
3. De acordo com o perfil do morador de rua, traçado por você, quais as principais dificuldades encontradas em trabalhar com essa demanda?
4. Quais as potencialidades do trabalho com os moradores e rua?
5. Você considera determinante que o indivíduo vá morar na rua devido a situação econômica?
6. Como você vê a proposta da política pública municipal de atenção à população de rua, ora nascente.

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS GESTORES PÚBLICOS

1. Como você percebe o morador de rua?
2. Fale sobre a política intersetorial da atenção população em situação de rua, ora nascente.
3. Em sua opinião, por que a temática morador passou a ser público prioritário da assistência social no município de Fortaleza.
4. Em sua opinião quais desafios ainda serão enfrentados para consolidação da política intersetorial de atenção à população de rua?

FOTOS DO CAMPO



Foto I – Grupo Focal Toca de Assis Masculina



Foto II – Grupo Focal Toca de Assis Feminina



Foto III – Grupo Focal Casa da Sopa



Foto IV – Grupo Focal Albergue Shalom



Foto V – Morador de rua que dormia próximo ao Hospital Geral de Fortaleza, que abordamos por ocasião da Checagem do Mapeamento. Fez questão de pousar para foto.



Foto VI – Morador de rua dormindo na Praça do Carmo (Checagem do Mapeamento)



Foto VII – Oficina de Hip-Hop para os moradores de rua que freqüentam o CAPR



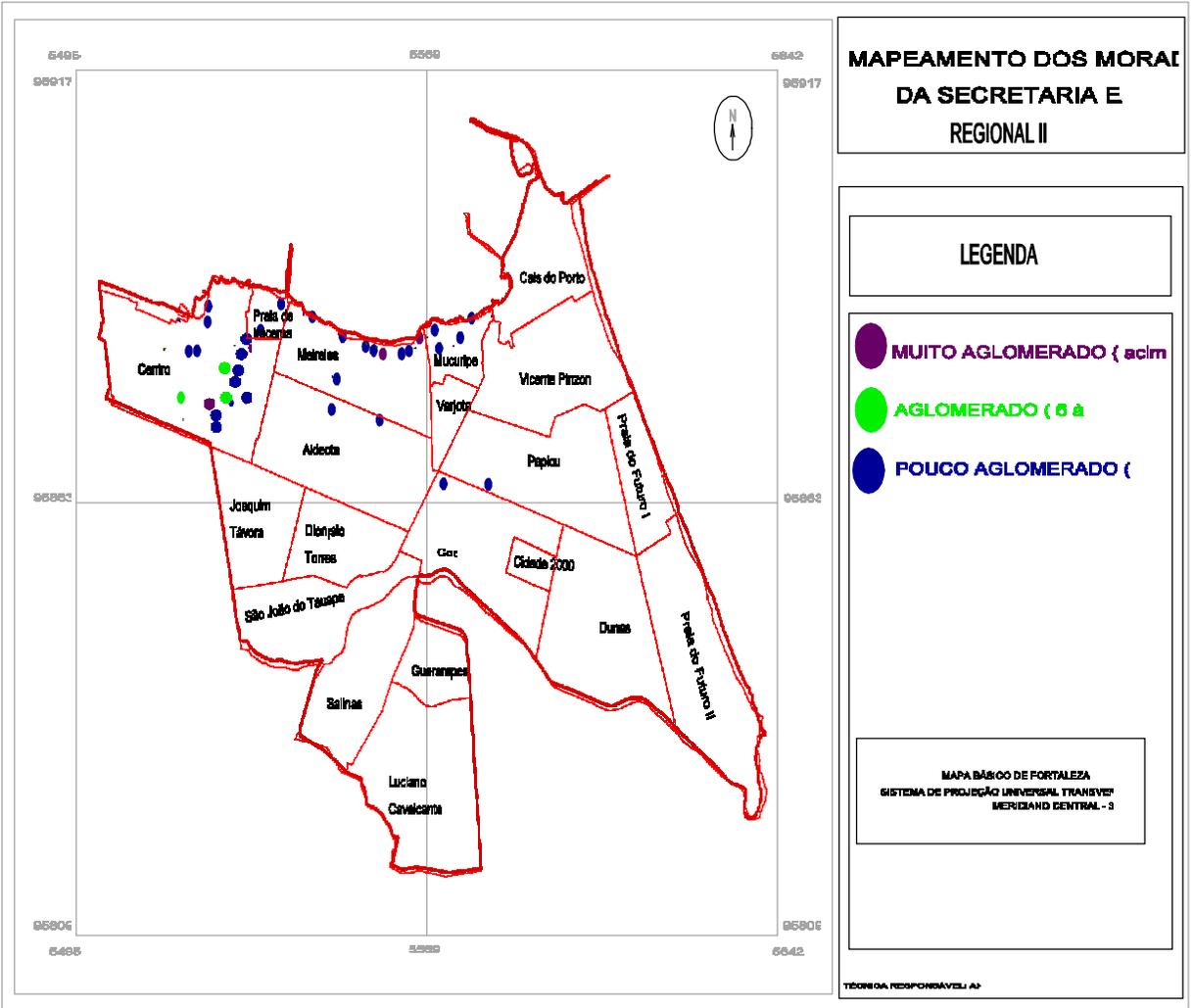
Foto VIII – Hora do ócio



FOTO IX – Roda de Cachaça



FOTO X – Vestígios da passagem de população de rua



6495

6599

6642

95917

95917



95982

95982

95806

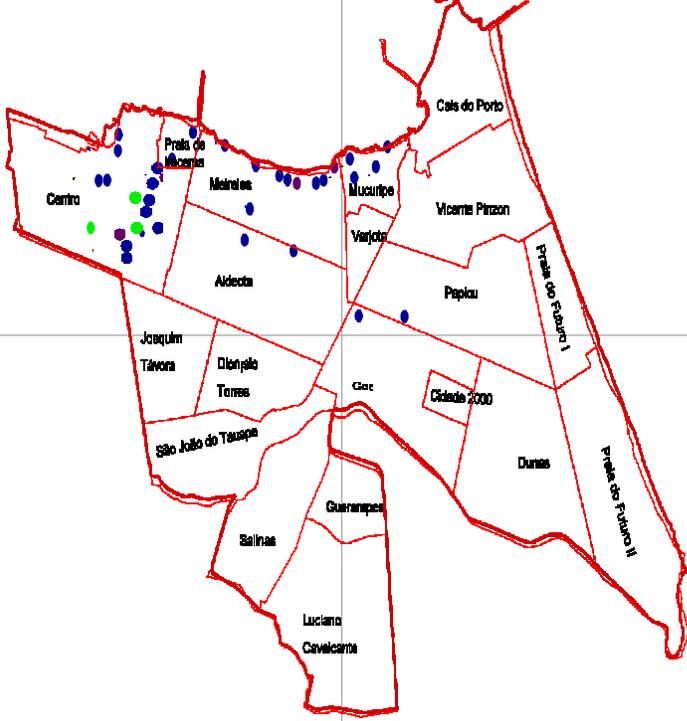
9599

6642

6495

6599

6642



Centro

Praia do Alcaide

Meireles

Mucuripe

Vicente Pinzon

Varejo

Papicu

Aldeota

Joaquim

Távora

Dionísio

Torres

São João do Tauape

Cocó

Cidade 2000

Dunas

Guaranapem

Salinas

Luciano

Cavalcanti

Cais do Porto

Praia do Serequê I

Praia do Serequê II